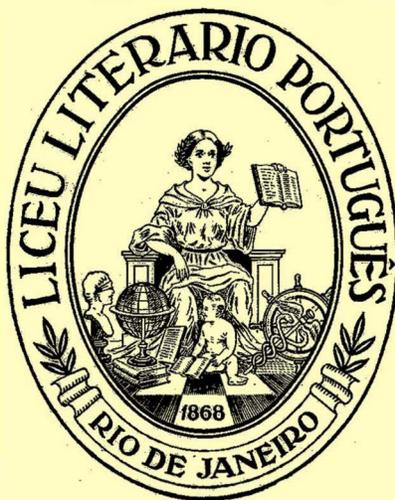


# CONFLUÊNCIA

REVISTA  
DO  
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

*Per multiplum ad unum*



**N.º 13 - 1.º semestre de 1997 - Rio de Janeiro**

# CONFLUÊNCIA

*Per multiplum ad unum*

*"As armas e padrões portugueses  
postos em África, e em Ásia, e em  
tantas mil ilhas fora da repartição  
das três partes da terra, materiaes  
sam, e pode-as o tempo gastar: però  
nã gastará doutrina, costumes,  
linguagem, que os portugueses  
nestas terras leixarem."*

(JOÃO DE BARROS, *Diálogo em Louvor  
da Nossa Linguagem*)



N.º 13 - 1.º semestre de 1997 - Rio de Janeiro

# CONFLUÊNCIA

REVISTA  
DO  
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS  
Presidente: Manuel Paulino

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS  
Diretor: Antônio Gomes da Costa

DIRETORIA DO I.L.P.  
Manuel Paulino (Presidente)  
Sílvio Elia (Vice-Presidente)  
Gladstone Chaves de Melo  
Maximiano de Carvalho e Silva  
Evanildo Bechara  
Antônio Basílio Rodrigues

CONFLUÊNCIA  
Diretor: Evanildo Bechara  
Comissão de Redação:  
Sílvio Elia  
Gladstone Chaves de Melo  
Maximiano de Carvalho e Silva  
Antônio Basílio Rodrigues

Produção Gráfica  
Editora Lucerna Ltda

Pede-se permuta  
Pídese canje  
On demande l'échange  
Si chiede lo scambio  
We ask for exchange  
Man bitte um Austausch

Endereço para correspondência:  
Liceu Literário Português  
Rua Senador Dantas, 118  
CEP 20031-201 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
Tel.: (021) 220-5495 / 220-5445 - Fax: (021) 533-3044

A matéria da colaboração assinada é da responsabilidade dos autores.

Este número de *CONFLUÊNCIA* contou com o apoio especial da Secretaria de Estado da Cultura de Portugal, da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras e da Tap – Air Portugal

## SUMÁRIO

	Pág.
Editorial (ANTÔNIO GOMES DA COSTA) .....	5
Homenagem a Cândido Jucá (filho) .....	9
Cândido Jucá (filho), o Gramático (JOSÉ ROGÉRIO FONTENELE BESSA) .....	11
Bibliografia de Cândido Jucá (filho) (RAIMUNDO BARBADINHO NETO) .....	29
<b>ARTIGOS</b>	
Ortografia e as Ortografias do Português. (JOSÉ G. HERCULANO DE CARVALHO) .....	39
Coincidências Lingüísticas ... (OLMAR GUTERRES DA SILVEIRA) .....	47
A Posição da Metafonia no Quadro das Alternâncias Vocálicas. (VIVIANE CUNHA) .....	49
Acerca do Texto Reconstituído da Ode IX de Camões. (ÁLVARO DE SÁ) .....	57
Os Sonetos de Camões (Alguns dados estatísticos). (ANTÔNIO GERALDO DA CUNHA) .....	69
<b>REGISTRO BIBLIOGRÁFICO</b> .....	77
<b>RESENHAS CRÍTICAS</b>	
VOGT, Carlos & FRY, Peter. <i>Cafundó</i> . (SÍLVIO ELIA) .....	95
BACELAR, Bernardo L.M. <i>Gramática Filosófica da Língua Portuguesa</i> . (SÍLVIO ELIA) .....	107
BECHARA, Evanildo. <i>Luís de Camões: de Língua e de Linguagem</i> . (SÍLVIO ELIA) .....	111
MESSNER, Dieter. <i>Dicionários dos Dicionários Portugueses</i> . (A. G. CUNHA) .....	117
PRISTA, Luís e ALBINO, Cristina. <i>Filólogos Portugueses entre 1868 e 1943</i> . (EVANILDO BECHARA) .....	119
SANTOS, Emmanoel dos. <i>Certo ou Errado? Atitudes e Crenças no Ensino da Língua Portuguesa</i> . (EVANILDO BECHARA) .....	123
RANAURO, Hilma. <i>Contribuição à Historiografia dos Estudos Científicos da Linguagem no Brasil</i> . (EVANILDO BECHARA) .....	125
<b>NOTICIÁRIO</b> .....	127
<b>COLABORADORES DESTE NÚMERO</b> .....	131

## EDITORIAL

### O HOMEM PORTUGUÊS

Antônio Gomes da Costa

Estamos reunidos neste "altar da Pátria", erguido no coração do Rio de Janeiro, para comemorar o *Dia de Portugal*. E na liturgia da solenidade o primeiro impulso é evocar a Epopéia de um povo, desde Ourique até hoje, a dimensão e as vicissitudes de sua História, a coragem e o gênio de seus Maiores. Mas seria pouco ficarmos atidos ao passado e ao simples louvor daqueles que sonharam, defenderam e construíram uma grande nação. O que foi Portugal ao longo de mais de oito séculos; o nome de seus heróis e de seus santos; a sua determinação para manter-se livre e com identidade própria na meseta da Península; os feitos das Descobertas e das conquistas de além-mar que dilataram o Império e os limites da cristandade; a difração de uma cultura e a diáspora de um povo – tudo isso enche-nos de orgulho e baliza, no breviário cívico da grei, uma certeza inabalável: a de que a grandeza de Portugal não dependeu de sua geografia ibérica; nem de suas riquezas naturais; nem de seu poderio militar – dependeu sim, quase sempre, do esforço e da coragem do Homem português. Foi ele que expulsou os mouros no início do reinado portugalense; foi ele que saiu às ruas para levar D. João I a levantar as forças genuinamente nacionais contra Castela; foi ele que tornou realidade os sonhos do Infante de Sagres e contruiu naus, e pôs-se ao mar, e contornou a África e descobriu o Brasil e as rotas das especiarias; foi ele que levou a Língua e a Fé às regiões mais remotas; que construiu igrejas e fortes; que se misturou com outras etnias; que empreendeu em todos os meridianos e rasgou em todas as direções.

No Homem português, na sua capacidade de sonhar e de fazer, na sua vocação de interpelar o impossível, e desafiá-lo, no seu jeito simples de conquistar almas e amizades, é que estão fincados os alicerces de uma nação.

Foi no Passado assim – e que testemunhe o Brasil, onde, desde a chegada da frota de Pedro Álvares Cabral e das primeiras expedições, até à Diáspora dos séculos XIX e do século XX, os portugueses cumpriram e ajudaram a realizar a Obra fantástica que transformou a "terra dos brasis",

como a chamavam os primeiros jesuítas, numa das maiores potências do mundo. Da unidade do território à catequese; da civilização nos trópicos à mistura de raças; do cruzamento de culturas à união dos "dois reinos"; da fundação de cidades ao enriquecimento do idioma – em todos os setores e domínios este país sentiu o valor e a estatura do Homem português, alargou-lhe os horizontes, constituiu-se em espaço exuberante e fecundo para a multiplicação de seus "gens", abriu-se, em oportunidades para que pudesse realizar todos os seus projetos.

Não, não foram os Vice-Reis, nem os Governadores; não foram as Cortes; não foi um herói sozinho, nem um estadista ousado que marcaram o Brasil com o brasão da lusitanidade. Foi o Homem português, anônimo e humilde, sem pendão e sem bandeira, na sua entrega à terra generosa e boa, que levou as fronteiras para oeste, sem se importar com as Tordesilhas; que povoou o território com a sua prole; que introduziu técnicas de produção; que rezou e cantou a cruz em lugares distantes; que cometeu seus erros históricos e equívocos na administração, mas sempre pensando no país novo que se construía e no futuro que chegava.

Por isso, neste "lausperene" ao Passado, à Epopéia camoniana, àqueles em "quem poder não teve a morte", temos também de projetar o devir. Numa altura em que não acontece o "fim da História", a que se referia Fukuyama, mas em que a globalização e a formação de grandes espaços econômicos e políticos tendem a dissolver as linhas demarcadoras das nacionalidades, cabe perfeitamente a pergunta sobre onde vai estar e ficar esse Homem português, criador e aventureiro, peregrino e inquieto, que desceu o atlântico, que desbravou sertões, que se deparou com outras raças, que foi parar a todas as sete partidas do mundo? Onde vai estar e ficar esse Homem português, inserido num conjunto de países europeus, onde as soberanias são em grande parte reduzidas, onde os interesses mais fortes são determinados pelos Estados mais ricos? Onde vai estar e ficar esse Homem português, até aqui disperso pela Diáspora, que tende a desaparecer nas próximas décadas nos países de acolhimento onde realizam seus projetos de vida? Onde vai estar e ficar o Homem português, na Península, com a sua identidade intacta, ou na União Européia a seguir as diretivas de Bruxelas, a cumprir os critérios de Maastricht, a plantar vinhas no Douro na quantidade que for determinada pelos parceiros, ou a comer a manteiga trazida da Holanda e as frutas importadas da Espanha?

Apesar das dúvidas e das perplexidades, nós acreditamos que o Homem português vai continuar, na sua inteireza de raiz, a ser o mesmo, não abdicará jamais de seu caráter, não se deformará na sua maneira de ser e de estar no mundo. Não se venderá aos fundos estruturais da Europa; não renegará a sua

vertente atlântica; não deixará de ser autêntico, telúrico, robusto na crença e sovina na guarda de seus valores civilizacionais – porque, se por acaso esse Homem mudar, se perder o amor próprio, se deixar que os outros decidam por ele, se perder o seu conteúdo patriótico, então, perder-se-á Portugal, como se houvera uma tragédia cósmica.

Mas se no tricentenário da morte de Camões em 1880, num 10 de junho como hoje, quando a onda de desânimo e os escândalos tomavam conta do país – era a crise da monarquia, era a Conferência de Berlim, era o "mapa cor de rosa" e o Ultimatum inglês, era o desentendimento dos partidos e as críticas arrasadoras dos "vencidos da vida" – tivemos a reação dos portugueses do Brasil, um grito que se ouviu do outro lado do mar, contra o decadentismo e o bota-abaixo; se foram os portugueses do Brasil que de alguma forma se mostraram inconformados com os "cortejos do bacalhau" da baixa lisboeta ou com os desatinos dos políticos, e deram, eles próprios, um exemplo fantástico, construindo esta Casa para celebrar Camões, remetendo libras para sustentar a paridade do câmbio, mandando fazer palacetes na sua terra natal para dar trabalhos aos conterrâneos; se foram os portugueses do Brasil que em outras oportunidades históricas apostaram na "paideia" de um povo – também agora, ao aproximarmo-nos do fim do milênio, quando tantas transformações atingem os países e as novas tecnologia apontam para um mundo novo, são eles que outra vez têm um grande dever. E não é para indicar caminhos aos portugueses do outro lado, nem para sinalizar perigos da integração, nem tampouco para pôr dúvidas sobre opções feitas neste ou naquele sentido. O nosso dever, neste momento, é convencer Portugal e os portugueses da Europa que se existe um país no mundo onde ele se pode sentir grande e eterno, esse país chama-se Brasil. Numa federação de estados continentais dentro de um século ou de um milênio pode ser que um pequeno território perca seus traços individualizadores, como no passado correu o risco de ser absorvido pela Madre Hispania, quando estiveram em moda os profetas do iberismo. Mas, do Brasil, Portugal nunca desaparecerá. A sua Língua é a nossa Língua; o seu sangue é muito do nosso sangue; os seus legados estão incorporados no corpo e na alma deste país.

Nem todos podem ter consciência desta transubstanciação lusíada e muitos haverá que, por causa do fascínio de além-Pirineus, não sentem a aproximação e o gosto do Brasil. Como outrora os "fumos da Índia" e os ganhos fáceis do comércio de especiarias não permitiram perceber que a grande missão dos portugueses não estava na chatinagem da pimenta e das sedas do Oriente, do gengibre e das pérolas do Ceilão, mas estava nos desafios da terra de Vera Cruz.

O Homem português não será mais o mesmo se em seu imaginário e em sua alma, nos seus afetos e nos seus sonhos, não estiver presente o Brasil. E se o Homem português mudar, se não for o mesmo, nas suas virtudes e na sua estrutura interior, Portugal também mudará, será talvez mais europeu, ajustar-se-á às regras de Bruxelas, integrará programas comunitários, obedecerá às políticas comuns, ao Bundesbank, ao parlamento de Estrasburgo, mas decerto não será o Portugal ecumênico e universal de sempre, faltar-lhe-á a dimensão do mar, será um país decepado de Sonhos, – daqueles sonhos que o fizeram grande ao correr dos séculos.

\*

Discurso pronunciado no Real Gabinete Português de Leitura no *Dia de Portugal* – 10.06.97, pelo Presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, Dr. Antônio Gomes da Costa

\*\*\*

**NÚMERO EM HOMENAGEM A  
CÂNDIDO JUCÁ (filho)**



**CÂNDIDO JUCÁ (filho)**  
**(1900 – 1982)**

## CÂNDIDO JUCÁ (FILHO), O GRAMÁTICO\*

José Rogério Fontenele Bessa  
Univ. Federal do Ceará

Figura ímpar das letras brasileiras, contista, crítico literário, filólogo, ortógrafo e gramático, Cândido Jucá (filho) nasceu no Rio de Janeiro, no dia 2 de setembro de 1900 e, na mesma localidade, faleceu no dia 8 de maio de 1982.<sup>1</sup> Filho do professor cearense Cândido Jucá,<sup>2</sup> com estudos secundários no Ginásio Pio Americano, bacharel em Direito em 1919, ainda muito jovem, precisamente aos 17 anos, iniciou a sua carreira no magistério como auxiliar-de-ensino na Escola Quinze de Novembro. Onze anos depois, submeteu-se ao concurso para professor de Português das Escolas Técnicas Secundárias da Prefeitura do Distrito Federal, havendo sido lotado na Escola Visconde de Cairu, de onde saiu, em 1933, para exercer, também por mérito de concurso público, a cátedra de Português e Literatura do Instituto de Educação. Todavia, somente em 1950, conseguiu realizar seu sonho maior no que diz respeito ao magistério oficial: assumir, mediante concurso, a famosa cátedra de Português do Colégio Pedro II.<sup>3</sup> Por último, fez parte da Faculdade de Filosofia de Valença, no Rio de Janeiro.

Lia e falava em várias línguas, entre as quais cumpre ressaltar o francês, o inglês, o alemão e o romeno. Pertenceu a várias entidades científicas, tais como a Academia Brasileira de Filologia, a Societé da Linguistique Romane, a Academia Carioca de Letras, o P.E.N. Clube do Brasil e a Casa dos Quixotes. A sua produção escrita é vastíssima e supera em número às de todos os seus contemporâneos, entre os anos de 1923 e 1968, publicou 196 trabalhos, incluindo-se, entre eles, artigos elaborados para jornais e revistas especializadas, as teses de concurso, as gramáticas, as obras referentes à Estilística e a produção literária.<sup>4</sup> O trabalho mais antigo, publicado no Brasil, no âmbito da Estilística, é de sua autoria e se intitula *O Fator Psicológico na Evolução Sintática*, cuja 1. ed. data de 1933 e traz o subtítulo de "con-

---

\* Transcrito da *Revista da Academia Cearense da Língua Portuguesa*, com autorização do Autor e a intervenção de Antônio José Chediak.

tribuição para uma Estilística Brasileira", subtítulo que, inexplicavelmente, não figura na 3ª ed. 1971, da Fundação Getúlio Vargas. Por essa razão, cremos não lhe fazer nenhum favor ao considerá-lo "pai da Estilística no Brasil", não obstante a ausência desta sua obra nas bibliografias de obras congêneres posteriores.<sup>5</sup>

Era nosso desejo, antes de nos manifestarmos sobre o patrono da cadeira nº 40 da Academia Cearense da Língua Portuguesa, ler e bem conhecer, ao menos, as suas principais obras, já que a curto prazo nos parecia impossível dominar, em profundidade, o copiosíssimo produto de sua intensa atividade intelectual. Quer-nos parecer que a leitura de *Grafia moderna* (1931), *O fator psicológico na evolução sintática* (1933), *Língua nacional* (1937), *A pronúncia brasileira para uso de estrangeiros* e *O pensamento e a expressão em Machado de Assis* (1939), a *Gramática brasileira do português contemporâneo* (1943), a *Gramática histórica do português contemporâneo* (1945) e *A gramática de José de Alencar* (1966) é suficiente para uma avaliação e valoração qualitativas da contribuição lingüística do autor às letras brasileiras. Ao atender, aqui e agora, à solicitação da Academia, ainda não nos sentimos capaz de proceder a esta avaliação, que ainda não perdemos de vista, pois que o nosso intuito é, num futuro próximo, demonstrar, por exemplo, a modernidade do pensamento lingüístico de Cândido Jucá (filho). A leitura exaustiva e profunda das obras que acabamos de mencionar permitir-nos-á não só ter acesso às linhas mestras de seu pensamento lingüístico, mas também detectar as questões relevantes que ele abordou, combateu ou defendeu ao longo de sua vida. Uma dessas questões é a da "língua brasileira", tema com o qual se ocupou, com muita proficiência, em *Língua nacional* e, a bem da verdade, esta era a faceta temática de seu pensamento lingüístico que hoje gostaríamos de aqui abordar, só não o fazendo porque a abordagem desta faceta temática implicaria a leitura da bibliografia relativamente extensa que sobre o tema se produziu em nosso País.<sup>6</sup>

Dada a impossibilidade de focar, em um único trabalho, a copiosíssima produção lingüística do autor, para já nele não considerar a sua produção literária, ocorreu-nos discorrer, neste primeiro momento, sobre as duas primeiras gramáticas acima referidas, deixando para outra oportunidade a consideração d'*A gramática de José de Alencar*, que, não obstante o título, é "gramática" de outra natureza, não nos parecendo justo, pois, apreciá-la com as demais.

Neste trabalho, todavia, relevaremos mais a *Gramática brasileira do português contemporâneo* que a *Gramática histórica do português contemporâneo* em virtude de sua maior originalidade e de suas qualidades intrínsecas. Dito isto, cabe indagar por que duas gramáticas de tanto valor, mas

certamente desconhecidas da quase totalidade do público brasileiro atual, não tiveram o mesmo sucesso editorial, por exemplo das gramáticas de Celso Ferreira da Cunha, da de Evanildo Bechara e da de Rocha Lima, para citar apenas as mais representativas da Língua Portuguesa, publicadas no Brasil. Sendo de estranhar este fato e como a *Gramática brasileira do português contemporâneo* é obra de inegáveis e extraordinários méritos, que não encontra similar entre as obras do gênero, havemos por bem apreciá-las neste trabalho e conseqüentemente, enaltecer as qualidades de Cândido Jucá (filho) como gramático. Eis, portanto, aqui e assim definido o tema propriamente dito deste trabalho, para cujo desenvolvimento esperamos contar com a atenção paciente dos senhores, sem a qual não será possível o exercício conjunto desta reflexão crítica.

O termo *gramática*, como todos sabemos, é empregado em muitas acepções e por essa razão, acompanha-se quase sempre de designações adjetivas muito variadas. É evidente que esta variedade de designações epítéticas decorre, mais precisamente, das diferentes finalidades ou concepções que presidem à elaboração de obras deste gênero. Assim sendo, as gramáticas são, ora *descritivas*, ora *expositivas*, ora *filosóficas*, ora *metódicas*, ora *modernas*, ora *normativas*.<sup>7</sup> Da lingüística, procedem os epítetos de *científica* e/ou *formal*, e *pedagógica* e/ou *prática*. A de Cândido Jucá (filho), no entanto, denomina-se *Gramática brasileira do português contemporâneo*. Por que é ela assim designada? Por que *brasileira* e por que *contemporâneo*?

Disfarçaria o adjetivo *brasileira* algum recôndito sentimento de lusofobia? Quanto a isso, podemos garantir que não, porque Cândido Jucá (filho), lúcido como sempre, foi um dos primeiros a enxergar nas diversidades do português europeu e do português americano aquela "superior unidade", a que Celso Ferreira da Cunha, em uma de suas melhores obras, algumas vezes se refere.<sup>8</sup> Em "O problema da Dialectologia Brasileira", trabalho apendiculado à *Gramática histórica do português contemporâneo*, Cândido Jucá (filho) aborda a distinção entre *língua* e *dialeto* como a chave para a compreensão do problema da Dialectologia brasileira, antecipando aí muitas soluções para a inteligência exata da deriva da Língua Portuguesa no Brasil. Para ele, "está na própria essência do conceito de língua a noção de pluralidade dentro da unidade" e, por isso mesmo, "o conceito de língua comporta fundamentalmente a noção de pluralidade de linguagens".<sup>9</sup> Ao cabo de todas as considerações técnicas expendidas, o gramático conclui que a diferença entre o português europeu e o português americano é simplesmente de linguagem.

A demonstração de que o adjetivo *brasileira* não reflete qualquer sentimento de lusofobia não responde, de forma satisfatória, à nossa indagação

inicial. Voltemos, pois, a insistir na pergunta: "Por que *brasileira* e por que *contemporâneo*?" o primeiro adjetivo poderia denotar o fato de que os exemplos ilustrativos utilizados na gramática são todos de escritores brasileiros, e o segundo, o fato de que o gramático se serve apenas de obras de escritores de seu tempo. Todavia, estas hipóteses são falsas, porque: 1º) os exemplos atestados, ilustrativos das mais diferentes noções gramaticais, são, ora de escritores portugueses, ora de escritores brasileiros, não sendo raro encontrarem-se, em uma mesma página, exemplos de escritores dos dois lados do Atlântico; e 2º) os exemplos utilizados não pertencem a escritores brasileiros e portugueses do tempo do gramático, mas, ao contrário, são até muito díspares em perspectiva crônica. Em uma mesma página, convivem exemplos, ora de Castilho, Manuel de Melo, Camilo e Camões, ora de Machado e Sá de Miranda. Contudo, o adjetivo *contemporâneo* nos parece inteiramente defensável em virtude de as construções lingüísticas citadas permanecerem vivas e correntes na atual sincronia da língua. Além disso, convém observar que o gramático se serve também de provérbios e estes, convenhamos, não têm fronteiras nem de espaço nem de tempo.<sup>10</sup> Já o adjetivo *brasileira* não encontra outra explicação, senão o fato de ter sido a gramática elaborada no Brasil por gramático brasileiro que, em nenhum momento, tenta impingir aos brasileiros a linguagem portuguesa. A reprodução de lanços de obras de escritores portugueses ao lado de lanços de obras de escritores brasileiros só pode ter tido como objetivo refletir a "superior unidade" da língua, que, como tal, sobrepuja qualquer sentimento nativista.

Feita esta reflexão sobre os termos do título da gramática, é hora de questionarmos a finalidade ou a concepção que presidiu à elaboração da *Gramática brasileira do português contemporâneo* e de verificarmos a sua organização, para daí procurarmos depreender-lhe as principais características em comparação com as de outros tipos de gramáticas particulares.

Sob esta linha de raciocínio, admitamos que uma gramática autenticamente *descritiva* seria aquela que tivesse por escopo descrever e classificar os fatos da língua. Na verdade, porém, as gramáticas da Língua Portuguesa assim denominadas não atingem este duplo objetivo. Elas são iguais, em plano e concepção, às gramáticas ditas *expositivas*, *filosóficas*, *metódicas* e *normativas*, pois que como estas partem sempre da teoria, para desta prescreverem modos cultos de dizer estranhos aos fatos atuais da língua. Neste particular, a *Gramática brasileira do português contemporâneo* é inteiramente diversa, pois que, em sua construção, o gramático optou pelo método indutivo, ou seja, preferiu partir dos fatos e destes deduzir a teoria gramatical programada, em termos oficiais, para as quatro séries do antigo Ginásio, descrevendo-a de forma suave, lenta e gradativa. Por isso mesmo, é ela, tanto quanto saibamos, uma gramática *sui generis*, pelo menos no Brasil,

possivelmente classificável como *pedagógica*. Investigar esta possibilidade é o que nos propomos a partir de agora.

A tarefa central da Lingüística aplicada ao ensino de línguas estrangeiras é a conversão de uma gramática científica numa gramática pedagógica. Isto é, *mutatis mutandis*, o que afirmam os especialistas no assunto.<sup>11</sup> Por que, então, a conversão da primeira na segunda não haveria também de beneficiar o ensino das línguas nativas? Admitindo-se a extensão deste benefício às denominadas *línguas nativas*, cumpre-nos indagar o que seja uma *gramática pedagógica* ou que forma esta deve ter. Segundo SAPORTA, é uma gramática regida por princípios de aprendizagem, isto é, princípios não primariamente lingüísticos, mas de conteúdo estritamente lingüístico.<sup>12</sup> Todavia, a conclusão referente ao status pedagógico ou não-pedagógico depende fundamentalmente da distinção entre *gramática científica* e *gramática pedagógica*.

J.P.B. ALLEN, um dos editores de *The Edinburgh Course in Applied Linguistics* e autor do trabalho intitulado "Pedagogic grammar", que figura no terceiro volume do referido curso, estabelece a seguinte distinção:

*Uma gramática científica diz respeito à especificação das propriedades formais da língua, ao "código" e não ao "uso do código". O autor de uma gramática científica objetiva dar uma explicação sistemática do conhecimento lingüístico idealizado ou competência, que subjaz ao uso atual da língua em situações sociais concretas. Uma gramática científica se baseia numa teoria formal da linguagem e dela se espera que atinja certos padrões de adequação descritiva. (...)*

*Uma gramática pedagógica tem objetivos bem diferentes dos de uma gramática científica. O autor de uma gramática pedagógica não está, antes de tudo, interessado em dar uma explicação sistemática da competência idealizada do falante nativo, mas em prover um arcabouço relativamente informal de definições, diagramas, exercícios e regras verbalizadas que podem ajudar o aprendiz a adquirir conhecimento de uma língua e fluência nela.*<sup>13</sup>

Sob os aspectos ressaltados na distinção acima, a *Gramática brasileira do português contemporâneo* é pedagógica. Ela apresenta, de forma sistemática, definições informais de noções gramaticais e regras verbalizadas, e, sob denominações análogas, diagramas e exercícios. Os diagramas se denominam, ora *quadro*, ora *esquema* e os exercícios se chamam *aplicações*.

Estas, aliás, trazem, não raro, orientação para o professor, constituindo um bom exemplo, de saída, a destinada ao domínio prático da noção de oração:

*O mestre salientará que cada uma das seguintes orações é a expressão completa do fato que se enuncia, e indicará nelas sujeitos e predicados: salientará as orações sem sujeito, e aquelas que têm verbos ocultos (= elípticos).<sup>14</sup>*

Todavia, a gramática de Cândido Jucá (filho) não seria pedagógica à luz de certos requisitos que norteiam a construção deste tipo de gramática. ALLEN, no prosseguimento que dá à caracterização de uma gramática pedagógica, afirma que:

*Em circunstâncias normais, o autor de uma gramática pedagógica recorre a uma gramática científica (usualmente a mais de uma) com a finalidade de apurar os fatos lingüísticos ou verificar as instituições que já tem. Depois de haver estabelecido uma base de fatos lingüísticos extraídos de uma ou mais gramáticas científicas, o próximo passo será converter as expressões lingüísticas formais naquele tipo de apresentação que o autor sabe, por experiência, ser o mais provável de promover aprendizagem rápida e eficiente no grupo particular de estudantes que tem em mente.*

É evidente que no que concerne ao requisito de apelo a uma ou mais gramáticas científicas para a apuração de fatos lingüísticos relevantes e posterior construção de uma base para o ensino da língua, a *Gramática brasileira do português contemporâneo* não é ainda o que hoje se denomina gramática pedagógica.

Vimos, porém, ser a gramática em questão merecedora dessa designação pelo fato de apresentar definições informais de noções gramaticais, regras verbalizadas, diagramas e exercícios, mas não é apenas, sob estes aspectos, que ela merece a designação que ora lhe atribuímos. Há outros que a legitimam como uma autêntica gramática pedagógica. ALLEN, no já citado trabalho, acrescenta que:

*(...) ao planear a apresentação, para sala de aula, de regras gramaticais, devemos ter em linha de conta muitos fatores – e.g., a idade dos estudantes, a habilidade do professor, os objetivos do curso – que são puramente pragmáticos e não mantêm nenhuma relação direta com o tipo de consideração envolvida na elaboração de gramáticas lingüísticas formais.<sup>16</sup>*

Neste particular, são palavras de Cândido Jucá (filho) no Prefácio à sua gramática:

*Este livro não dispensa o professor-- desde que se destine a ginasiais que não hajam ultrapassado a idade mínima legal.*

*Aliás, decorre do próprio espírito da lei de ensino ora em vigor, que as noções gramaticais – ministradas embora em doses preestabelecidas – devem parecer ao aluno como que ensejadas pelo texto de leituras adequadas.*

---

*Não nos pareceu dever juntar a este trabalho nenhum exercício já formulado. Todavia, TODOS OS CAPÍTULOS ESTÃO ACOMPANHADOS DE "APLICAÇÕES", por onde se sugere a maneira como pode a matéria ser tratada, quando intente o professor sondar o aproveitamento do aluno.*

*Os exercícios, na opinião do autor, têm que ser adrede preparados, conforme o adiantamento médio da classe, e até na altura da idade mental dos alunos. Os exercícios organizados no gabinete de trabalho, para classes ideais, reduzem o ensino a um mecanismo estéril, que lembra aqueles tempos de antanho, em que saber uma disciplina era ter tido êxito na feitura dos temas do livro tal...<sup>17</sup>*

Baseando-nos nestas palavras e ainda na constatação de que o autor as põe, efetivamente, em prática ao longo da gramática, podemos garantir que, na pior das hipóteses, ele levou em conta os fatores "idade dos estudantes" e "habilidade do professor", tendo como certo que o objetivo da gramática é tornar exequível o prescrito em lei, na época, no que concerne ao ensino da Língua Portuguesa no Ginásio.

Nada, na *Gramática brasileira do português contemporâneo*, é estéril. Tudo é muito ameno e agradável e nada deixa de ter a representação diagramática. A exposição de todas as noções gramaticais tem como ponto de partida os fatos da língua. Toda a teoria gramatical flui de modo muito informal e sempre ilustrada, ora por diagramas em que elementos constituintes oracionais mutuamente substituíveis são dispostos em colunas, ora por diagramas rotulados. A primeira ilustração diagramática em que elementos constituintes oracionais mutuamente substituíveis são dispostos em colunas destina-se a representar as noções de *sujeito* e *predicado*. Vejamo-la, então:

<i>aquele rapaz</i> <i>as lebres</i> <i>as lebres</i>	<i>matou</i> <i>foram mortas</i> <i>morreram</i> <i>neva</i> <i>não faz</i> <i>deu</i> <i>gosta muito</i>	<i>as lebres</i> <i>pelo rapaz</i>  <i>calor</i> <i>boas notas</i>	<i>aos discípulos</i> <i>de flores</i> <sup>18</sup>
---	---	--	---

A partir desta ilustração, Cândido Jucá (filho) dá uma demonstração de como se pode ensinar, de modo simples, a concordância verbal, tipos de verbos e de orações, devendo-se notar que as noções de *sujeito*, *predicado*, *objeto direto*, *objeto indireto* e *agente da passiva* não são, neste momento, salientadas, afastando o gramático a possibilidade de sentimentos negativos com relação às noções gramaticais. O que importa, no primeiro momento, é motivar os alunos, sendo bastante a só percepção da estruturação oracional em constituintes, cuja rotulação se dá em etapa posterior.

Encontrando-se os alunos já familiarizados com a estruturação oracional e já devidamente treinados no que tange à substituição de constituintes, aplicam-se, então, as denominações correspondentes às diferentes partes da oração, quando são utilizados os *diagramas* rotulados. O primeiro diagrama deste tipo é introduzido, para ilustrar o conceito de oração, servindo-se o autor dos mesmos exemplos, mas evitando excessos terminológicos. Note-se que, no diagrama abaixo reproduzido, evita os rótulos de objeto direto e objeto indireto, preferindo, no lugar destes, adotar a designação mais genérica de complemento:

<b>SUJEITO</b>	<b>PREDICADO</b>	<b>OUTROS COMPLEMENTOS</b>	
<i>aquele rapaz</i> <i>as lebres</i> <i>as lebres</i>	<i>matou</i> <i>foram mortas</i> <i>morreram</i> <i>neva</i> <i>não faz</i> <i>deu</i> <i>gosta muito</i>	<i>as lebres</i> <i>pelo rapaz</i>  <i>calor</i> <i>boas notas</i>	<i>aos discípulos</i> <i>de flores</i> <sup>19</sup>

Estes procedimentos metodológicos e os esquemas de chaves são consistentes e empregados ao longo de toda a gramática. Deles só encontramos um precedente, isolado e casual, no §602 da *Gramática Histórica*, de Eduardo Carlos Pereira,<sup>20</sup> podendo, no entanto, encontrarem-se outros precedentes em gramáticas que não são de nosso conhecimento. O que é de admirar é que o nosso gramático, não contando, como é quase certo, com uma prática metodológica deste tipo a servir-lhe de exemplo, possa ter utilizado diagramas só vistos em obras que seguem o modelo taxonômico de gramática.

Nos anos 40, época de publicação das duas gramáticas de Cândido Jucá (filho), os lingüistas do primeiro mundo nem sequer haviam cogitado o tipo de gramática destinado a preencher todos os requisitos de adequação descritiva, o que significa dizer que longe estávamos de uma descrição sistemática e consistente dos fatos da Língua Portuguesa. Inexistindo, por conseguinte, esta base científica, não pôde o nosso gramático contar com o referencial requerido e necessário à construção de uma gramática verdadeiramente pedagógica. Somente sob este aspecto não é ela pedagógica, pois que, quanto aos demais, não o deixa de ser, parecendo-nos surpreendente a utilização sistemática e consistente de procedimentos metodológicos próprios do modelo gramatical taxonômico.

Admitimos estar, na época, já concebido, consolidado e aplicado à Língua Inglesa o modelo taxonômico de gramática, mas nem mesmo este havia chegado ao Brasil nem muito menos sido aplicado, aqui ou alhures, à Língua Portuguesa. Assim sendo, a *Gramática brasileira do português contemporâneo* não poderia jamais refletir o conteúdo de uma gramática científica, mas, por isso mesmo, é ela surpreendente, porque a exposição de seu conteúdo semelha a apresentação do conteúdo de gramáticas pedagógicas baseadas no modelo taxonômico. Surpreende-nos, pois, esta coincidência, impossível sendo a correspondência entre ela e uma gramática científica.

Teria Cândido Jucá (filho) tido a oportunidade de acompanhar o desenvolvimento da Lingüística norte-americana ou mesmo tido conhecimento de alguma gramática que constituísse a aplicação do modelo taxonômico a alguma língua ocidental moderna? Embora não tenhamos ainda condições de responder, com absoluta convicção, a estas indagações, inclinamo-nos a admitir que não, pois, ao percorrermos os trezentos e setenta e um títulos da Bibliografia apendiculada à sua *Gramática histórica do português contemporâneo*, não encontramos aí sequer os clássicos da Lingüística norte-americana que foram publicados nos anos 20 e 30. Mas uma coisa temos como certa: a familiaridade de Cândido Jucá (filho) com a Língua Espanhola, levando aqui em conta não apenas o fato de ele ser nela versátil, pois que nela

sabia ler e escrever muito bem, mas também a sua atualização com os estudos lingüísticos espanhóis. A sua familiaridade com este universo lingüístico-cultural era tanta que escreveu e publicou, em 1944, *El castellano contemporáneo*; gramática y texto para uso de los colegios brasileños.

Assim sendo, é claro que à Bibliografia apendiculada às duas gramáticas não poderiam faltar as obras célebres da literatura lingüística e gramatical da Língua Espanhola. Percorrendo-a, constatamos, entre seus títulos, o da notável *Gramática de la lengua castellana*, de Andrés Bello e o excelente trabalho denominado *La oración y sus partes*, do lingüista alemão Rodolfo Lenz, responsável, durante mais de vinte e cinco anos, pela cátedra de Lingüística Geral no Instituto Pedagógico do Chile. É claro que, de súbito, brotou em nós o interesse em consultar estas obras com a finalidade de descobrir se elas punham em prática metodologia idêntica, semelhante ou análoga à utilizada no modelo taxonômico de gramática e se haviam sido a grande fonte de inspiração de Cândido Jucá (filho).

Ao compulsar estes dois notáveis trabalhos, constatamos que os seus autores foram movidos sempre por intensa preocupação com a pedagogia e a "superior unidade" da Língua Espanhola. Em Bello, notamos certa preocupação pedagógica no que respeita à dosagem das noções gramaticais. No Prólogo, o extraordinário gramático venezuelano afirma:

É (...) uma preocupação bastante comum a que nos faz crer simples e fácil o estudo de uma língua, até o grau em que é necessário para falá-la e escrevê-la corretamente. Há, na gramática, muitos pontos que não são acessíveis à inteligência da primeira idade; por isso, julguei conveniente dividi-la em dois cursos, reduzido o primeiro às noções menos difíceis e mais indispensáveis, e extensivo o segundo àquelas partes do idioma que requerem um entendimento um pouco exercitado. Assinalei-os com tipo diverso e os incluí em um só tratado, não só para evitar repetições, mas também para proporcionar aos professores do primeiro curso o auxílio das explicações destinadas ao segundo, se alguma vez *delas necesitarem*. *Creio, além disso, que essas explicações não serão inteiramente inúteis aos principiantes, porque, à medida que se adiantem, irão desvanecendo-se gradualmente as dificuldades de entendimento que se ofereçam a eles. Por este meio, fica ao arbítrio dos professores acrescentar às lições do ensino primário tudo o que das do curso posterior lhes parecer oportuno, segundo a capacidade e o aproveitamento dos alunos.*<sup>21</sup>

Apesar desta expressa preocupação pedagógica, a gramática de Bello não é pedagógica. Não pode ela ser assim considerada, não obstante a lucidez e o bom senso lingüístico que levaram o seu autor a sobrepôr a unidade da Língua Espanhola a qualquer sentimento político e a distinguir entre *gramática geral* e *gramática particular*. Andrés Bello não define, de modo indireto, as diferentes classes de palavras, senão de modo direto. Salvo equívoco, somente ao tratar do verbo, parte de exemplos – a saber: "el niño aprende" e "los árboles crecen" – deixando, para último plano, a definição propriamente dita desta classe de palavras; adota aí, por conseguinte, o método indutivo, próprio de uma assumida postura pedagógica.

O que é notável é o gramático venezuelano partir de orações, para tratar do verbo, como se pretendesse demonstrar ser impossível uma compreensão desta classe de palavras, abordando-a isoladamente e fora de contexto, definindo-a de saída, classificando-a em seguida e impingindo depois a estéril e desaconselhável prática pedagógica de exposição do sistema de conjugação verbal espanhola. O método de abordagem gramatical, preconizado por Bello, que deve ter exercido benéfica e poderosa influência sobre o ensino e a elaboração de materiais instrucionais referentes à Língua Espanhola, deve também ter servido de modelo à construção de outras obras gramaticais, primeiramente em países de Língua Espanhola e depois em países em que se falam outras línguas. Não nos parece uma mera coincidência que a obra de Rodolfo Lenz se denomine precisamente *La oración y sus partes*. Na realidade, não o é, pois Lenz, ao conceder, em seu trabalho, destaque especial ao pensamento de Bello, ora citando-o, ora criticando-o, fornece uma soberba e inequívoca prova de que a gramática de Bello constituiu, como, de fato, ainda constitui uma obra de referência indispensável e obrigatória.

Cândido Jucá (filho) não só faz ambos figurarem em sua Bibliografia como também inicia a sua *Gramática brasileira do português contemporâneo* pela noção de oração, o que, para nós, constitui um indício da influência – até certo ponto relativa – das duas obras acima citadas sobre o pensamento do gramático brasileiro. Influência relativa e meras fontes de inspiração, porque as obras gramaticais de Andrés Bello e Rodolfo Lenz, comparadas à *Gramática brasileira do português contemporâneo*, são muito compactas e ainda muito teóricas, pois que nelas não se encontram exemplos sob a forma de diagramas nem exercícios, senão definições informais de noções gramaticais e regras verbalizadas, sendo que estas, tanto as definições quanto as regras, são fortuitas, o que vale dizer não ter sido o método indutivo por eles posto em prática de modo consistente e sistemático. Desse modo, ainda mais avultam os méritos de Cândido Jucá (filho) no que diz respeito à sua *Gramática brasileira do português contem-*

*porâneo*. Só lamentamos que a sua *Gramática histórica do português contemporâneo* não seja igualmente pedagógica. Todavia, o fato de esta não ser também pedagógica não lhe ofusca os inegáveis méritos e a relativa originalidade que ostenta, comparada a outras obras do mesmo gênero.

## NOTAS

- \* Palestra proferida, no dia 28 de junho de 1991, em reunião ordinária da Academia Cearense da Língua Portuguesa. Nossos agradecimentos a todos os que, com suas observações valiosas e pertinentes, contribuíram para o melhoramento deste trabalho e, de forma especial, aos Professores Francisco Tarcísio Cavalcante, Pedro Paulo de Sousa Montenegro e Rafael Sâncio de Azevedo por fundadas informações e empréstimo de livros para consulta.
- 1. Esta informação à data de falecimento de Cândido Jucá (filho) acha-se em: COUTINHO, Afrânio e SOUSA, J. Galante de, dirs. *Enciclopédia de literatura brasileira*. Rio de Janeiro, OLA/FAE, 1989, v.2., p 757.
- 2. O Professor cearense Cândido Jucá nasceu em 1886 e faleceu em 1929. Não deixou obras publicadas por razões que Cândido Jucá (filho) deu a conhecer em palestra proferida na Academia Brasileira de Filologia, no dia 3 de abril de 1965. Esta palestra foi publicada em: *Aspectos*; Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social, Fortaleza, 4: 55-71, 1972. Embora não tenha deixado obras publicadas, Cândido Jucá elaborou três discursos sobre o ensino da língua (1897, 1898 e 1899), o primeiro dos quais foi publicado na *Gazeta de Notícias* e os dois últimos no *Jornal do Comércio* (ambos na edição de 5 de dezembro). Produziu ainda os estudos intitulados "Questões do ensino" e o "Ensino da Língua Portuguesa", divulgados em maio e em junho de 1911 pelo *Correio da Manhã*. Todavia, Cândido Jucá (filho), a quem fizemos uma visita em dezembro de 1980, oportunidade em que dele obtivemos estas e outras informações, não soube precisar as edições, adiantando-nos apenas que o último foi também publicado na *Revista de Língua Portuguesa*.
- 3. Cumpre-nos esclarecer que estes dados biográficos relativos à formação e às brilhantes conquistas de Cândido Jucá (filho) no âmbito da carreira do magistério apóiam-se nas informações biográficas que se lêem na capa posterior da 3ª ed. de *O fato psicológico na evolução sintática*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971.

4. A informação acima referente ao total de trabalhos publicados por Cândido Jucá (filho) baseia-se no levantamento bibliográfico que acompanha a miscelânea organizada por Raimundo Barbadinho Neto. Cf. BARBADINHO NETO, Raimundo. *Estudos em homenagem a Cândido Jucá (filho)*. Rio de Janeiro, Simões (s.d.) 255 p. A "Bibliografia de Cândido Jucá (filho)" se localiza nas p. 13-27.
5. Entre as obras congêneres de publicação posterior e em cujas respectivas bibliografias não se inclui a obra de Cândido Jucá (filho), mencionamos, por exemplo, as seguintes:
  - CÂMARA JR., J. Mattoso. *Contribuição à estilística portuguesa*. Rio de Janeiro, Simões, 1953.
  - BUENO, Silveira. *A estilística brasileira*. São Paulo, Saraiva, 1964.
  - MELO, Gladstone Chaves de. *Ensaio de estilística da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Padrão, 1976.
6. Em virtude da exigüidade de espaço, não nos é possível listar toda a bibliografia produzida em nosso País em torno da questão da "língua brasileira". Todavia, não podemos deixar de aqui mencionar estes dois fundamentalíssimos trabalhos:
  - ELIA, Sílvio. *O problema da língua brasileira*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura / Instituto Nacional do Livro, 1961. 180 p. (Biblioteca Científica Brasileira, Col. de Filologia, 4).
  - MELO, Gladstone Chaves de. *Alencar e a "língua brasileira": seguida de "Alencar, cultor e artífice da língua"*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Educação / Departamento de Imprensa Oficial, 1972. 119 p. Tese de Livre-docência.O trabalho de Sílvio Elia condensa um apanhado histórico das polêmicas em torno da infrutífera questão da "língua brasileira" e nele o Autor conclui "pela 'unidade lingüística' entre Portugal e o Brasil" (cf. p. 173).
7. Para a caracterização adjetiva das gramáticas, levamos em conta apenas os títulos de algumas publicadas em Portugal e no Brasil. Além disso, cumpre-nos esclarecer que, entre as designações epítéticas acima mencionadas, não figura a de *histórica*, porque temos em vista ressaltar e questionar a denominação diferente que tem a *Gramática brasileira do português contemporâneo*, de Cândido Jucá (filho), em face de gramáticas comparáveis à dele no que respeita ao caráter não-histórico.
8. Cf. CUNHA, Celso Ferreira da. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 5ª ed. atual. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975. 124p. (Col. Temas de todo tempo, 13).

Nesta obra, a expressão *superior unidade* aparece, por exemplo, nas p. 19, 75 e 82.

9. Cf. JUCÁ (filho), Cândido. *Gramática histórica do português contemporâneo*. Rio de Janeiro, EPASA, 1945. 518 p. (Col. Biblioteca de ensino moderno). V. p.419.

Para o gramático, como logo veremos, a diferença entre o português europeu e o americano é de "linguagem" e este ponto de vista se coaduna com a opinião posterior de SILVA NETO, que, em um de seus trabalhos mais exemplares, refere-se à oposição entre linguagem portuguesa e linguagem brasileira. Cf. SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Presença; Brasília, INL, 1976. 237 p. (Col. Linguagem, 1). V., de modo especial, a p.87. Convém notar que a 1ª ed. desta obra de SILVA NETO é de 1950 e, portanto, posterior, de fato, às considerações de Cândido Jucá (filho), que, em muitos assuntos, a muitos se antecipou e até com certa originalidade. Enquanto o gramático por exemplo, refere-se, como vimos à "pluridade dentro da unidade", SILVA NETO emprega as expressões "diversidade na unidade" e "unidade na diversidade" (op. cit., p. 64), que não nos parecem sequer originárias de Portugal nem do Brasil, senão traduções de correspondentes expressões estrangeiras.

10. Os provérbios, com a toda a gama de variações – diatópicas, diastráticas e diafásicas – que comportam, são de todo tempo e, assim sendo, situam-se no plano da contemporaneidade. É neste sentido que com eles argumentamos, para demonstrar a defensabilidade do adjetivo *contemporâneo* no título da gramática. Cumpre-nos ainda observar que a utilização de provérbios não deve ser vista como uma inovação de Cândido Jucá (filho) nem como uma das novidades e originalidades da *Gramática brasileira do português contemporâneo*, senão como cumprimento de sugestões oficiais no tocante ao ensino da língua, que também foram postas em prática por gramáticos antecessores. No Prólogo da *Gramática expositiva*, de Eduardo Carlos Pereira, já na 56ª ed., em 1941, há referência à "lei da organização do ensino ginásial" e à "sugestão do programa oficial de português que determina a apreciação de trechos em que entrem provérbios, máximas e sentenças morais". A utilização de provérbios, máximas e sentenças morais satisfaz, como o próprio gramático esclarece no referido Prólogo, "o excelente princípio da pedagogia alemã: aguçar o intelecto e formar o caráter". Cf. PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática expositiva*. 56ª ed. adapt. à ortografia oficial por Laudelino Freire. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1941, p. 11.

11. Veja-se a esse respeito o que nos diz um grande lingüista contemporâneo: *A central question in the application of linguistics to the teaching of foreign languages involves the conversion of a scientific grammar into a pedagogical grammar.*  
Cf. SAPORTA, Sol. *Scientific grammars and pedagogical grammars.*  
ALLEN, J. P. B. and CORDER, S. Pit, eds. *Readings in applied linguistics.* London, Oxford University Press, 1973 (*The Edinburg Course in applied linguistics.* v. 1, x + 284 p.) p. 265-74. O lanço acima reproduzido se localiza na p. 265.
12. Eis o que, em outras palavras, ainda o mesmo lingüista afirma:  
*What form the pedagogical grammar takes, whether drills or rules or some combination of the two, is presumably determined by some assumptions about the nature of learning in general, that is, by principles which are not primarily linguistic. On the other hand, the content of the grammar, that is, a specification of what is to be learned, is narrowly linguistic. Id. ibid., p.265.*
13. São os seguintes os termos da distinção no texto original:  
*A scientific grammar is concerned with a specification of the formal properties of language, with the 'code' rather than 'use of the code'. The writer of a scientific grammar aims to give a systematic account of the idealized linguistic knowledge, or competence, which underlies the actual use of language in concrete social situations. A scientific grammar is based on a formal theory of language and it is expected to attain certain standards of descriptive adequacy; (...).*  
*A pedagogic grammar has quite different aims from a scientific grammar. The writer of a pedagogic grammar is primarily concerned not to give a systematic account of a native speaker's idealized competence, but to provide a comparatively informal framework of definitions, diagrams, exercises and verbalized rules which may help a learner to acquire knowledge of language and fluency in its use.* Cf. ALLEN, J.P.B. *Pedagogic grammar.* In: ALLEN, J.P.B. and CORDER, S. Pit. *Techniques in applied linguistics.* London, Oxford University Press, 1974. xv + 366 p. *The Edinburg Course in Applied Linguistics.* v. 3, p. 59-92. Quanto à localização do lanço citado, v. p. 59-60.
14. Cf. JUCÁ (filho), Cândido. *Gramática brasileira do português contemporâneo.* 2ª ed. corrigida e ampliada. Rio de Janeiro, EPASA, 1945. 400p. (Col. Biblioteca de ensino moderno, s/n) p. 15.  
O conteúdo desta gramática se reparte, de forma equilibrada e de acordo com as instruções oficiais vigentes, nas quatro séries do antigo Ginásio e

o de cada uma destas em unidades programáticas, cujos conteúdos se apresentam no alto, abaixo dos respectivos títulos, sob a forma de ementa. Desse modo, a gramática se divide não propriamente em capítulos, mas em unidades programáticas, que enfeixam o que poderíamos denominar *capítulos*. Estes, por seu turno, subdividem-se em *subcapítulos*.

15. *In normal circumstances the writer of a pedagogic grammar turns to a scientific grammar (usually more than one) in order to ascertain the linguistic facts of to verify the intuitions that he already has. Once the writer has established a basis of linguistic facts drawn from one or more scientific grammars the next step is to convert the formal linguistic statements into that type of presentation which he knows from experience is most likely to promote quick and efficient learning in the particular group of students he has in mind. Cf. ALLEN, J.P.B. op. cit. acima, nota 13, p. 60.*
16. (...) *in devising a classroom presentation of grammatical rules we must take into account many factors – e.g., the age of the students, the skill of the teacher, the aims of the course – which are purely pragmatic and bear no direct relation to the type of consideration involved in the writing of formal linguistic grammars. Id. ibid., p. 60.*
17. V. JUCÁ (filho), Cândido, op. cit. acima nota 14. As páginas em que se localiza o Prefácio não são numeradas e, por isso, a referência, neste particular, é impossível.
18. Apud JUCÁ (filho), Cândido, op. cit. acima nota 14, p. 12.
19. Apud JUCÁ (filho), Cândido, op. cit. acima nota 14, p. 14.
20. O § 602 da gramática de Eduardo Carlos Pereira trata da relação de *posse*. Para ilustrá-la, serve-se o gramático de exemplos em que o possessivo é expresso por "dupla referência sintática", representando esta os elementos mutuamente substituíveis. Todavia, para uma idéia exata do que afirmamos, nada melhor que a reprodução dos próprios exemplos por ele utilizados. Vejamo-los, então:

meu	livro e meus	livros que pertencem	a mim
teu	livro e teus	livros que pertencem	a ti
seu	livro e seus	livros que pertencem	a ele ou a ela a eles ou a elas
nosso	livro e nossos	livros que pertencem	a nós
vosso	livro e vossos	livros que pertencem	a vós
seu	livro e seus	livros que pertencem	a ele ou a ela a eles ou a elas

Cf. PEREIRA, Eduardo Carlos. *Grammatica historica*. 9ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1935. 592 p. (Col. Bibliotheca pedagogica brasileira, Série 2, Livros didacticos, 6) § 602. p. 426. A folha de rosto indica a 9ª ed., mas a capa, a 8ª.

Apesar de os elementos mutuamente substituíveis não serem, nos exemplos acima, separados por barras verticais, não se pode negar que se dispõem em colunas e que os exemplos assumem a feição dos *diagramas de preenchimento de lacunas*.

21. Es (...) una preocupación harto común la que nos hace creer llano y fácil el estudio de una lengua, hasta el grado en que es necesario para hablarla y escribirla correctamente. Hay en la gramática muchos puntos que no son accesibles a la inteligencia de la primera edad; y por eso he juzgado conveniente dividirla en dos cursos, reducido el primero a las nociones menos difíciles y más indispensables, y extensivo el segundo a aquellas partes del idioma que piden un entendimiento algo ejercitado. Los he señalado con diverso tipo y comprendido los dos en un solo tratado, no sólo para evitar repeticiones, sino para proporcionar a los profesores del primer curso el auxilio de las explicaciones destinadas al segundo, si alguna vez las necesitaren. Creo, además, que esas explicaciones no serán enteramente inútiles a los principiantes, porque, a medida que adelanten, se les irán desvaneciendo gradualmente las dificultades que para entenderlas se les ofrezcan. Por este medio queda también al arbitrio de los profesores el añadir a las lecciones de la enseñanza primaria todo aquello que de las del curso posterior les pareciere a propósito, según la capacidad y aprovechamiento de los alumnos.

Cf. BELLO, Andrés. *Gramática de la lengua castellana*. 5. ed. completa, esmeradamente revisada, corregida y aumentada con un prólogo y frecuentes observaciones de Niceto Alcalá-Zamora y Torre. Buenos Aires, Editorial Sopena Argentina SA., 1958, 384 p.

*Notas a la Gramática de la lengua castellana*, de Andrés Bello, por Rufino J. Cuervo, con observaciones de Niceto Alcalá-Zamora y Torres, p. 385-499 e Indices, p. 501-541.

O trecho, acima reproduzido, do Prólogo de Andrés Bello à sua Gramática se lê na p.21. Pareceram-nos necessários este esclarecimento e a localização, em destaque, do trecho reproduzido, porque a citada edição da Gramática traz ainda outro Prólogo, o da autoria de Niceto Alcalá-Zamora y Torres.

\*\*\*

## BIBLIOGRAFIA DE CÂNDIDO JUCÁ (FILHO)

### 1923

- O Sinclitismo*. In "Correio da Manhã" de 6/4/1923.  
*O Sinclitismo (II)*. In "Correio da Manhã" de 15/4/1923.  
*O Sinclitismo (III)*. In "Correio da Manhã" de 20/4/1923.  
*O Sinclitismo (IV)*. In "Correio da Manhã" de 29/4/1923.  
*Outras Razões contra o Sinclitismo*. In "Correio da Manhã" de 6/5/1923.  
*Alterações à Reforma Ortográfica*. In "Correio da Manhã" de 16/5/1923.  
*Sugestões para a Reforma Ortográfica*. In "Correio da Manhã" de 25/5/1923.  
*A Reforma Ortográfica*. In "Correio da Manhã" de 1/6/1923.

### 1924

- Aportuguesamento (I)*. In "Correio da Manhã" de 11/2/1924.  
*Aportuguesamento (II)*. In "Correio da Manhã" de 8/3/1924.

### 1925

- O Dialeto Brasileiro*. In "Correio da Manhã" de 2/6/1925.  
*Um Capítulo Sedutor: "Enclístono"*. In "Correio da Manhã" de 7/7/1925.

### 1926

- Pseudo-Pleonasmos de Camões*. In "Correio da Manhã" de 7/1/1926.  
*Português e Castelhana (I)*. In "Correio da Manhã" de 3/4/1926.  
*Português e Castelhana (II)*. In "Correio da Manhã" de 26/5/1926.  
*Latinismo Gramatical (Graus e Comparação de Adjetivos)*. In "Correio da Manhã" de 6/7/1926.

### 1928

- O Pronome "Se" no Português (I)*. In "Correio da Manhã" de 15/4/1928.  
*O Pronome "Se" no Português (II)*. In "Correio da Manhã" de 29/4/1928.  
*Ritmos Lusiádicos (I)*. In "Correio da Manhã" de 30/9/1928.  
*Ritmos Lusiádicos (II)*. In "Correio da Manhã" de 14/10/1928.  
*A Prosódia d'Os Lusíadas*. In "Correio da Manhã" de 21/10/1928.  
*Um Trecho d'Os Lusíadas*. In "Correio da Manhã" de 4/11/1928.  
*A Prosódia Brasileira*. In "Correio da Manhã" de 18/11/1928.  
*Brasileirismos*. In "Correio da Manhã" de 9/12/1928.

**1929**

- Brasileirismos Verbais*. In "Correio da Manhã" de 20/1/1929.  
*Comparações Dialetais*. In "Correio da Manhã" de 24/2/1929.  
*Sintaxes Verbais*. In "Correio da Manhã" de 24/3/1929.  
*Brasileirismos Pronominais*. In "Correio da Manhã" de 31/3/1929.  
*Mais Brasileirismos*. In "Correio da Manhã" de 19/5/1929.  
*Ainda o Pronome SE*. In "Correio da Manhã" de 16/6/1929.  
*A propósito de SIM*. In "Correio da Manhã" de 30/6/1929.  
*Awa-Nheẽ*. In "Correio da Manhã" de 14/7/1929.  
*A propósito de Ulissipo*. In "Correio da Manhã" de 6/10/1929.  
*A Simplificação Ortográfica*. In "Correio da Manhã" de 20/10/1929.  
*Os Advérbios*. In "Correio da Manhã" de 15/12/1929.

**1930**

- Ortografia Acadêmica*. In "Correio da Manhã" de 5/1/1930.  
*No Capítulo dos Advérbios*. In "Correio da Manhã" de 19/1/1930.  
*Ortografia?* In "Correio da Manhã" de 9/2/1930.  
*A Grafia Legítima*. In "Correio da Manhã" de 23/12/1930.  
*O Verbo Crear*. In "Correio da Manhã" de 27/4/1930.  
*Criar e Crear*. In "Correio da Manhã" de 25/5/1930.  
*Ortografia Luso-Brasileira*. In "Correio da Manhã" de 6/7/1930.  
*Ainda a Grafia Luso-Brasileira*. In "Correio da Manhã" de 13/7/1930.  
*O Pronome Objetivo LO (Zenódoto)*. In "Correio da Manhã" de 20/7/1930.  
*Formas Alotrópicas*. In "Correio da Manhã" de 27/7/1930.  
*O Gênero (Zenódoto)*. In "Correio da Manhã" de 27/7/1930.  
*A Riqueza Vocabular Portuguesa (Zenódoto)*. In "Correio da Manhã" de 3/8/1930.  
*Nomes Próprios com Artigo (Zenódoto)*. In "Correio da Manhã" de 10/8/1930.  
*Artigos Demasiados (Zenódoto)*. In "Correio da Manhã" de 17/8/1930.  
*Ainda Brasileirismos*. In "Correio da Manhã" de 24/8/1930.  
*A Expressão da Vontade (Zenódoto)*. In "Correio da Manhã" de 31/8/1930.  
*Dezasseis, Dezassete, e Dezanove*. In "Correio da Manhã" de 21/9/1930.  
*Impossível Concorrência de SE e LO (Zenódoto)*. In "Correio da Manhã" de 21/9/1930.  
*O Fator Psicológico na Evolução Sintática*. In "Correio da Manhã" de 5/10/1930.  
*Pronomes Oblíquos em Função Subjetiva (Zenódoto)*. In "Correio da Manhã" de 5/10/1930.  
*Ortografia Racional*. In "Correio da Manhã" de 12/10/1930.

**1931**

- Grafia Moderna* (Explicação do Formulário Ortográfico e Vocabulário de Dificuldades). Livraria Freitas Bastos. Rio de Janeiro, 1931.  
*O Crepúsculo de Satanás* (contos). J. R. de Oliveira & Cia., Rio de Janeiro, 1931.

- Pronomes de Tratamento* (Zenódoto). In "Correio da Manhã" de 18/1/1931.  
*Emprego não-Reflexivo do Pronome Si*. In "Correio da Manhã" de 8/2/1931.  
*O Estudo do Latim e o Conhecimento da Antiguidade Clássica*. In "Correio da Manhã" de 8/3/1931.  
*O Acordo Ortográfico*. In "Correio da Manhã" de 22/3/1931.  
*Rimas Camonianas*. In "Correio da Manhã" de 12/4/1931.  
*Ainda o Acordo Ortográfico*. In "Correio da Manhã" de 26/4/1931.  
*"S" e "Z" finais*. In Revista de Língua Portuguesa, nº 2, Rio, novembro, 1931. (pp. 38-42).

### 1932

- José Veríssimo* In "Correio da Manhã" de 20/3/1932.  
*A respeito da Sintaxe do Infinito*. In "Correio da Manhã" de 28/2/1932.

### 1933

- O Fator Psicológico na Evolução Sintática*. (Contribuição para uma Estilística Brasileira). J. R. de Oliveira & Cia., Rio de Janeiro, 1933.

### 1934

- Haverá um Dialeto Brasileiro?* In "Correio da Manhã" de 3/6/1934.

### 1935

- Posse do Acadêmico Lindolfo Gomes*. In "Diário Mercantil" de 16/12/1935 (Juiz de Fora).

### 1936

- Novo Método de Análise da Linguagem* (Análise Léxica, Análise Morfológica, Análise Sintática). Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1936.  
*Orações Reduzidas com Sujeito Próprio*. (Evolução Sintática). In Revista Filológica II, Ano II, nº 6, Rio, novembro, 1936 (pp. 3-15).  
*A Linguagem das "Sextilhas de Frei Antão"*. (comunicação apresentada no 2º Congresso das Academias de Letras, em maio de 1936, no Rio de Janeiro). In Anais do 2º Congresso das Academias de Letras, Rio de Janeiro, 1939. (pp. 137-143).

### 1937

- Língua Nacional*. Distribuição da Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1937.  
*Geografia Lingüística do Brasil*. In "Jornal do Comércio" de 21/5/1937.  
*Problemas da Fonologia Carioca*. (comunicação apresentada no Congresso da Língua Nacional Cantada, de 1937, em São Paulo). In Anais do 1º Congresso da Língua Nacional Cantada, Departamento de Cultura, São Paulo, 1938. (pp. 327-340).

### 1938

- A Brasilidade de Antônio José*. In "Jornal do Comércio" de 7/8/1938.

**1939**

- A Pronúncia Brasileira para Uso dos Estrangeiros*. Coeditora Brasília Cooperativa, Rio de Janeiro, 1939.
- O Problema Brasileiro da Grafia Simplificada*. (comunicação apresentada no 2º Congresso das Academias de Letras, em junho de 1939, no Rio de Janeiro). In *Anais do 2º Congresso das Academias de Letras*, Rio de Janeiro, 1939. (pp. 71-79).
- O Pensamento e a Expressão em Machado de Assis*. (Ensaio de Estilística). Distribuição da Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1939.

**1940**

- Antônio José, o Judeu*. Distribuição da Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1940.
- O Ritmo na Linguagem*. In *Revista Filológica*, nº 1, Rio, dezembro, 1940. (pp. 54-60).

**1941**

- O Ritmo na Linguagem (II)*. In *Revista Filológica*, nº 2, Rio, janeiro, 1941 (pp. 65-74).
- O Ritmo na Linguagem (III)*. In *Revista Filológica*, nº 3, Rio, fevereiro, 1941. (pp. 55-67).
- O Ritmo na Linguagem (IV)*. In *Revista Filológica*, nº 4, Rio, março, 1941. (pp. 38-51).
- Português e Castelhana (I)*. In *Revista Filológica*, nº 5, Rio, abril, 1941. (pp. 49-55).
- Português e Castelhana (II)*. In *Revista Filológica*, nº 6, Rio, maio, 1941. (pp. 58-63).
- Português e Castelhana (III)*. In *Revista Filológica*, nº 9, Rio, agosto, 1941. (pp. 50-56).
- O Problema da Grafia Simplificada*. In *Revista Filológica*, nº 7, Rio, junho, 1941. (pp. 31-40).
- Mário Barreto*. In *Revista Filológica*, nº 11, Rio, outubro, 1941. (pp. 10-13).
- A Ortografia dos Topônimos*. In *Revista Filológica*, nº 12, Rio, novembro, 1941. (pp. 66-73).
- Américo Vespucci e o Nome "América"*. In *Revista Filológica*, nº 12, Rio, novembro, 1941. (pp. 88-90).
- Índice Comentado da Obra de Mário Barreto*. In *Revista Filológica*, nº 12, Rio, novembro, 1941. (pp. 60-64).
- Índice Comentado da Obra de Mário Barreto (II)*. In *Revista Filológica*, nº 13, Rio, dezembro, 1941. (pp. 87-91).
- Ernesto Carneiro Ribeiro*. In *Revista Filológica*, nº 14, Rio, janeiro, 1942. (pp. 103-105).
- Índice Comentado da Obra de Mário Barreto (III)*. In *Revista Filológica*, nº 14, Rio, janeiro, 1942. (pp. 127-182).
- Índice Comentado da Obra de Mário Barreto (IV)*. In *Revista Filológica*, nº 15, Rio, fevereiro, 1942. (pp. 233-238).
- Índice Comentado da Obra de Mário Barreto (V)*. In *Revista Filológica*, nº 16, Rio, março, 1942 (pp. 334-338).
- A Pronúncia Reconstituída do Latim*. In *Revista Filológica*, nº 16, Rio, março, 1942. (pp. 284-289).

- Índice Comentado da Obra de Mário Barreto* (VI). In *Revista Filológica*, nº 17, Rio, abril, 1942. (pp. 56-60).
- Índice Comentado da Obra de Mário Barreto* (VII). In *Revista Filológica*, nº 18, Rio, maio, 1942. (pp. 111-116).
- Índice Comentado da Obra de Mário Barreto* (VIII). In *Revista Filológica*, nº 19, Rio, junho, 1942. (pp. 247-250).
- Ainda a Pronúncia Reconstituída do Latim*. In *Revista Filológica*, nº 19, Rio, junho, 1942. (pp. 193-205).
- Índice Comentado da Obra de Mário Barreto* (IX). In *Revista Filológica*, nº 20, Rio, julho, 1942. (pp. 291-294).
- Índice Comentado da Obra de Mário Barreto* (X). In *Revista Filológica*, nº 21, Rio, agosto, 1942. (pp. 50-53).
- Vária e Varia*. In *Revista Filológica*, nº 21, Rio agosto, 1942. (pp. 83-86).
- Índice Comentado da Obra de Mário Barreto* (XI). In *Revista Filológica*, nº 2, Rio, novembro, 1942. (pp. 162-165).
- A Expressão da Vontade*. (Carta a Artur Torres). In *Revista Filológica*, nº 22, Rio, novembro, 1942. (pp. 184-188).

### 1943

- A Pronúncia Reconstituída do Latim*. (As Falsidades. O Conformismo e a "Etriocrítica"). Editora Epasa, Rio de Janeiro, 1943.
- Gramática Brasileira do Português Contemporâneo*. Editora Epasa, Rio de Janeiro, 1943.
- "*Houveram Coisas Terríveis*." In *Revista Filológica*, Ano IV, nº 22, Rio, novembro-janeiro, 1943 (pp. 113-146).
- A Língua Geral*. In *Revista Filológica*, nº 23, Rio, fevereiro, 1943 (pp. 223-228).

### 1944

- Índice Comentado da Obra de Mário Barreto* (XII). In *Revista Filológica*, nº 23, Rio, fevereiro, 1944. (pp. 247-252).
- Índice Comentado da Obra de Mário Barreto* (XIII). In *Revista Filológica*, nº 24, Rio, junho, 1944. (pp. 328-331).
- "*Últimos Estudos*". In *Revista Filológica*, nº 27, Rio, setembro, 1944. (pp. 226-230).
- "*Últimos Estudos*". In *Revista Filológica*, nº 28, Rio, outubro, 1944. (pp. 342-346).
- Em Defesa do Idioma* (co-autoria). S/editora, Rio de Janeiro, 1944,
- El Castellano Contemporâneo*. (Gramática y Texto, para uso de los colegios brasileños). Editora Epasa, Rio de Janeiro, 1944.
- Viagem na América Meridional, de Ch. - M. de La Condamine*, (tradução). Editora Epasa, Rio de Janeiro, 1944.
- Uma Festa Brasileira*, de Ferdinand Denis, (tradução). Editora Epasa, Rio de Janeiro, 1944.

**1945**

*Gramática Histórica do Português Contemporâneo*. Editora Epasa, Rio de Janeiro, 1945.

*O Prodigioso Espírito de Unidade Luso-Brasileiro*. Oficinas Gráficas do Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 1961.

**1947**

*O Último Acordo Ortográfico*. In "Gazeta de Notícias" de 18/12/1947.

*O Acordo sem Circunflexo*. In "Gazeta de Notícias" de 28/12/1947.

**1948**

*Um Acordo Natimorto*. In "Gazeta de Notícias" de 8/1/1948.

*A Necropsia do "Vocabulário Resumido"*. In "Gazeta de Notícias" de 11/1/1948.

*A Necropsia do "Vocabulário Resumido" (II)*. In "Gazeta de Notícias" de 18/1/1948.

*A Necropsia do "Vocabulário Resumido" (III)*. In "Gazeta de Notícias" de 5/2/1948.

*A Necropsia do "Vocabulário Resumido" (IV)*. In "Gazeta de Notícias" de 4/3/1948.

*A Necropsia do "Vocabulário Resumido" (V)*. In "Gazeta de Notícias" de 18/3/1948.

*A Necropsia do "Vocabulário Resumido" (VI)*. In "Gazeta de Notícias" de 11/4/1948.

*A Necropsia do "Vocabulário Resumido" (VII)*. In "Gazeta de Notícias" de 15/1/1948.

*A Necropsia do "Vocabulário Resumido" (VIII)*. In "Gazeta de Notícias" de 29/1/1948.

*A Necropsia do "Vocabulário Resumido" (IX)*. In "Gazeta de Notícias" de 27/2/1948.

*A Necropsia do "Vocabulário Resumido" (X)*. In "Gazeta de Notícias" de 11/3/1948.

*A Necropsia do "Vocabulário Resumido" (XI)*. In "Gazeta de Notícias" de 1/4/1948.

*Os "Bocas Negras", ou os "Boca Negra"?* In "Gazeta de Notícias" de 18-7-1948.

*A Língua de José de Alencar*. In "Gazeta de Notícias" de 22/8/1948.

*A Língua de José de Alencar (II)*. In "Gazeta de Notícias" de 29/8/1948.

*A Língua de José de Alencar (III)*. In "Gazeta de Notícias" de 12/9/1948.

*A Língua de José de Alencar (IV)*. In "Gazeta de Notícias" de 19/9/1948.

*A Língua de José de Alencar (V)*. In "Gazeta de Notícias" de 25/9/1948.

*A Língua de José de Alencar (VI)*. In "Gazeta de Notícias" de 17/10/1948.

**1949**

*Uma Obra Clássica Brasileira: Iracema*. (tese de concurso a uma cadeira de Português no Colégio Pedro II), edição privada, Rio de Janeiro, 1949.

*Palas – Rui Barbosa*. In "Gazeta de Notícias" de 13/11/1949.

**1950**

*A Língua e o Pensamento*. In "Gazeta de Notícias" de 19/3/1950.

*Dois Motivos Literários Nacionais*. In "Correio da Manhã" de 30/7/1950.

*Dois Motivos Literários Nacionais*. In "Correio da Manhã" de 6/8/1950.

*A Estrutura Sonora dos Versos de Castro Alves*. In Caderno nº 19 da Biblioteca da Academia Carioca de Letras, Rio, 1950.

### 1951

*Uma Gramática Oficializada?* In *Idéias e Livros*, nº 10, Rio, fevereiro, 1951. (pp. 145-147).

*A Gaguez, a Blesidade, e Outros Defeitos de Dicção*. In "Correio da Manhã" de 12/3/1951.

*Discurso de Posse no Colégio Pedro II*. In *Internato*, Ano II, nº 2, Rio, janeiro, 1951 (pp. 259-270).

*Nome de Mês com Maiúscula*. In "Correio da Manhã" de 27/10/1951.

### 1952

*Anchieta*. In "Correio da Manhã" de 10/5/1952.

*A Língua e o Pensamento*. In *Studia*, Ano III, nº 3, Rio, dezembro, 1952. (pp. 19-28).

Obs. – É reprodução, com modificações, do artigo publicado na "Gazeta de Notícias" de 19/3/1950.

### 1953

*As Categorias Gramaticais (Adjetivos Determinativos)* Distribuição da Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro, 1953.

*Curso de Português (Gramática Histórica)*. 1º Ano colegial, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1953.

*Versos na Poesia e na Prosa*. In *Internato*, Ano IV, nº 4, Rio, outubro, 1953 (pp. 9-21).

### 1954

*O Professor Silva Ramos*. (Aula inaugural do ano de 1953, dada no Colégio Pedro II). In *Internato*, Ano V, nº 6, Rio, dezembro, 1954 (pp. 24-36).

*A Língua Portuguesa para o Artigo 91*. Edição da Organização Simões, Rio de Janeiro, 1954.

*Curso de Português (Arte Literária)*. 2º ano colegial. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1954.

### 1955

*A Projeção do Camões na Literatura Barroca*. In *Revista Filológica/II*, nº 2, Rio, maio, 1955 (pp. 24-52).

*Curso de Português (Literatura Brasileira)*. 3º ano colegial. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1955.

*O Pernambucano Jorge d'Albuquerque Coelho*. In "Correio da Manhã" de 4/6/1955. *Crucifixo*. In *Revista Filológica/II*, Ano I, nº I, Rio, março, 1955. (pp. 28-29).

*"O Melhor dos Mundos possível"*. In *Revista Filológica/II*, Ano 1, nº 3, Rio, junho e julho, 1955. (pp. 13-19).

"Asia" *proparoxítono*. In Revista Filológica/II, Ano 1, nº 4, Rio, setembro, 1955. (pp. 13-22).

### 1956

*O Verbo Crear*. In Revista Filológica/II, Ano II, nº 5, Rio, fevereiro, 1956. (pp. 3-14).

### 1957

*Quem seja o Autor do "Naufrágio"*. In Revista do Livro, Ano II, nº 7, Rio, setembro, 1957 (pp. 83-88).

*O Sufixo - UD* - In Revista Filológica/II, Ano III, nº 7, Rio, dezembro, 1957 (pp. 25-41).

### 1958

*132 Restrições ao Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical*. Distribuição da Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1958.

*Determinativos & Pronomes*. In "Jornal do Comércio", de 29/6/1958.

*Determinativos & Pronomes*. In "Jornal do Comércio", de 27/7/1958.

*Abreviaturas, Adjetivo, Advérbio, Alfabeto, Americanismos, Arabismos, Brasileirismos, Conjunção, Ernesto Carneiro Ribeiro, Estrangeirismos, Etimologia, Figuras de Linguagem, Fonologia, Geografia Lingüística, Germanismos, Gramática, Latim, Linguagem, Língua Francesa, Língua Inglesa, Língua Portuguesa, Línguas Romances, Línguas Indo-Européias, Metaplasmos, Morfologia, Numeral, Oração e Análise Sintática, Ortografia, Pontuação, Preposição, Pronome, Sintaxe, Substantivo, Verbo*. In Enciclopédia Barsa, Encyclopaedia Britannica Editores Ltda., 16 vols., Rio de Janeiro, São Paulo, 1964.

*A Categoria do Pronome nalgumas Línguas Românicas*. (comunicação apresentada no Simpósio de Filologia Românica, de agosto de 1958, no Rio de Janeiro).

*Questionário Linguístico-Etnográfico Brasileiro*. (comunicação apresentada no I Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia, em setembro de 1958, em Porto Alegre). In Revista de Portugal – Série A, vol. XXIV, Lisboa, 1959 (pp. 14-20).

### 1959

*O Fator Psicológico na Mutação Vocálica Portuguesa*. (comunicação apresentada no IX Congresso Internacional de Lingüística Românica, em março de 1959, em Lisboa). In Actas do IX Congresso Internacional de Lingüística Românica, tomo I, Universidade de Lisboa, 1959. (pp. 143-162).

*A Leitura do Verso*. (comunicação apresentada no IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, em agosto de 1959, em Salvador). In Revista de Portugal - Série A, vol. XXV, Lisboa, 1960. (pp. 5-15).

### 1961

*Manual de Conjugações Verbais*. Oficinas Gráficas do Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 1961.

**1963**

*A Dialética Contemporânea* (Alocução de Paraninfo). J. Ozon + Editor, Rio de Janeiro - São Paulo, 1963.

*Noite Insonne* (Contos). Edição da Organização Simões, Rio de Janeiro, 1963.

*Dicionário Escolar das Dificuldades da Língua Portuguesa*. Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, 1963.

**1966**

*O Superlativo em Português*. In Revista de Portugal – Série A, vol. XXXI - Lisboa, 1966 (pp. 374-381).

*A Gramática de José de Alencar*. Oficinas Gráficas do Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 1966.

*Notícia sobre Daniel Defoe, sua obra, e particularmente sobre Robinson Crusoe*. In *Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe. Edições de Ouro, Rio de Janeiro, 1966.

*Prefácio*. In *Chamado Selvagem*, de Jack London. Edições de Ouro, Rio de Janeiro, 1966.

**1967**

*Sir Walter Scott*. In *Ivanhoé*, de Walter Scott. Edições de Ouro, Rio de Janeiro, 1967.

*Robert Louis Stevenson e sua Obra Surpreendente*. In *A Ilha do Tesouro*, de Stevenson. Edições de Ouro, Rio de Janeiro, 1967.

*Um Latinismo Gramatical*. In *Estudos Filológicos em homenagem a Serafim da Silva Neto*. Edições Tempo Brasileiro Ltda., Rio de Janeiro, 1967. (pp. 71-81).

*Origens Históricas e Psicológicas da Síncrise Pronominal*. In Revista de Portugal – Série A, vol. XXXII, Lisboa, 1967. (pp. 151-168).

*O Acordo é Possível?* In M.E.C., nº 39, Rio de Janeiro. (pp. 23-25).

*O Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro*. In "Jornal do Comércio" de 20/8/1967.

*Ramalho Ortigão e a sua Técnica*. In Revista de Portugal - Série A, vol. XXXII, Lisboa, 1967. (pp. 13-27).

*De como me veio o Gosto dos Estudos Filológicos*. In Revista de Portugal – Série A, vol. XXXII, Lisboa, 1967. (pp. 456-460).

*Aos Nossos Moços*. In Revista de Portugal – Série A, vol. XXXII, Lisboa, 1967 (pp. 460-464).

**1968**

*Tolstoi*. In *Ressurreição*, de Tolstoi. Edições de Ouro, Rio de Janeiro, 1968.

*Aspectos da Linguagem Brasileira*. (comunicação apresentada no II Simpósio de Língua e Literatura Portuguesa, em janeiro de 1968, no Rio de Janeiro). In Revista de Portugal – Série A, vol. XXXIII, Lisboa, 1968. (pp. 457-476).

**1980**

*Gonçalves Dias, o erudito*. In *Miscelânea Rocha Lima*. Oficinas Gráficas do Colégio Pedro II. Rio de Janeiro, 1980 (pp. 45-63).

Raimundo Barbadinho Neto

## ORTOGRAFIA E AS ORTOGRAFIAS DO PORTUGUÊS

José G. Herculano de Carvalho  
Universidade de Coimbra

### 1

Desde o século de quinhentos até ao início do presente, agora findoiro, século, a *ortografia* – termo que rigorosamente equivale a "grafia correta" e a que, em sentido também rigoroso, se opõe o termo *cacografia* "grafia incorreta ou errada" – andou entregue ao parecer, mais ou menos autorizado, dos "ortógrafos". Cada um deles propôs o modelo gráfico que se lhe afigurava o melhor, embora todos balançassem entre não mais de dois critérios que lícita, ainda que simplistamente, podemos denominar de *etimológico* e *fônico*. Nenhum desses modelos (senão, na segunda metade do século 19, com Barboza leão, aderente, com "quase" perfeita coerência, do critério "fônico" a que chamou *sônico*) foi porém somente uma ou outra coisa e nenhum também chegou jamais a impor-se à universalidade dos que escreviam em língua portuguesa.

"*Enfin Malherbe vint!*" Isto é, traduzindo Boileau à lusitana língua e o sentido do seu hemistíquio à realidade de que nos ocupamos: "chegou enfim a Portugal o regime republicano" e, com ele, o Ministro do Interior (por que *esse?*) que, em nome da Liberdade, autocraticamente decidiu pôr cobro à barafunda gráfica que "reinava" (como "reinar" em terra republicana?!) nas hostes do Povo, em que cada um dos cidadãos escrevia segundo bem lhe parecia, isto é, segundo as suas convicções pessoais ou apenas segundo hábitos adquiridos com o mestre-escola e com as leituras. Para isso, nomeou o ministro, Antônio José de Almeida, uma comissão de filólogos os quais, baseando-se em parte na norma gráfica prescrita pelo foneticista Gonçalves Viana e pelo sanscritista Vasconcelos Abreu, em parte na que vigorava já para a língua dos vizinhos castelhanos<sup>1</sup>, formulou as regras que, promulgadas por simples portaria, passaram com o desastrado apelido de *Reforma Ortográfica*, a constituir a primeira Ortografia oficial de Portugal.

A este ato, patrioticamente concebido mas em que o Brasil tinha ficado incompreensivelmente esquecido (sem que porém a indesculpável "gaffe" causasse ressentimento, como o mostra a atitude apreatória das mais eminentes figuras de sua cultura), sucedeu em breve a era dos Acordos

Portugal – Brasil, tendentes a corrigir o lamentável esquecimento inicial e a pôr fim ao escândalo único de *uma* língua se escrever em (orto-)grafias diversas, segundo a nacionalidade de quem a escrevia e ... escreve.

Mas, quer no ato da *Reforma* quer na contradança dos Acordos, tanto os filólogos-(orto)grafistas quanto os governantes têm esquecido três pontos teóricos fundamentais. O primeiro é o de que qualquer "sistema" gráfico outra coisa não é senão uma forma *meramente* convencional (como o foi mesmo para os semitas inventores do alfabeto) de representação, para a vista, dos sinais instrumentais, que na língua viva são, por natureza, dirigidos ao ouvido, de tal sorte que a relação entre sinal escrito e sinal sonoro não é (necessariamente) unívoca. O segundo é o de que, numa língua com longa tradição escrita, existem certos "costumes" gráficos, recebidos do passado, que os seus usuários não consentem ou dificilmente consentem *ver* trocados por representações diferentes de aquelas que a tradição consagrou: alguém poderia fazer vingar hoje, na comunidade lusófona, a substituição de *casa* por *kaza* ou de *mouro* por *moro* ou *môro* em nome dos argumentos, objetivamente certos, de que a letra *c* "não devia" convenientemente representar "sons" tão diversos como os que tem em *casa* e em *certo*, e de que o dígrafo *ou* na língua-padrão atual não representa mais um ditongo? O terceiro é o de que a "ortografia" (seria mais exato dizer a "grafia"), irregular e caprichosa como era a do português até à primeira década deste século, *não se reforma, fixa-se*. Quer dizer, quando o legislador de 1911, apoiado na proposta da Comissão, determinou que se escrevesse *sapato* e não *çapato*, enunciando a regra de que o *c* com cedilha nunca se usasse em inicial de palavra (por quê?), nada mais fez do que *fixar*, como única correta, uma de duas alternativas que antes se ofereciam facultativamente à escolha de quem escrevesse.

Postos estes pontos, e em particular o terceiro, um outro, de ordem pragmática, surge, sob a forma de pergunta: a quem cabe o papel de "fixar" a ortografia? Se examinarmos os casos das principais línguas de cultura da Europa de hoje, que são usadas por falantes de várias nações, verificamos que, para todas elas, a fixação se realizou, por assim dizer *naturalmente*, por um consenso tácito, fundado, acima de tudo, na imitação do *modelo tradicional*, i.é, o do uso dos considerados "bons escritores". Para o francês (e, embora de modo diferente, para o castelhano) esse uso foi reforçado pela sua consagração, desde 1694 no dicionário da Academia Francesa que, prestigiosa aos olhos da gente de cultura, a esse dicionário conferiu o seu prestígio. Mas para o inglês (e para o alemão) o caso afigura-se bem diferente, dado não existir para essa língua qualquer academia ou instituição análoga que conferisse prestígio a um modelo de escrita em desfavor de outro ou outros. Note-se aliás ainda que, entre uma e outra dessas duas línguas, há de comum duas características fundamentais: o seu conservantismo e,

como conseqüência deste, o seu profundo desacordo com a "pronúncia" que se observa, p. ex., no Fr. *oiseau* e no Ingl. *through*.

Que, para a nossa língua, a fixação ortográfica se tenha e, pelo que estamos observando, continue tendo de se realizar por meio de leis promulgadas pelos governos é, não digo de lamentar, mas digo ou diria sim, que é de estranhar. Se não, compare-se com outro caso: o atual alfabeto cirílico do russo, com insignificantes diferenças, deve-se à vontade reformadora (sic) do tsar Pedro o Grande, mas ele (1º) não foi imposto por decreto, (2º) resultou da necessidade cultural de "criar" uma língua escrita e literária *verdadeiramente russa* (até então idioma que exercia, em parte, esse papel era ainda o "eslavo eclesiástico", russificado mas não russo), e (3º) triunfou exatamente por essa razão *e não menos* por encontrar, a apoiar esse triunfo da vontade imperial, desde o início, o grande prestígio intelectual do sábio Lomonosof (que, além de outros títulos, teve o de ser o autor da primeira gramática russa) e, logo em seguida, o não menor prestígio de Pushkin que, em verso e em prosa, foi o primeiro grande autor da literatura russa, na qual continua sendo dos maiores.

## 2

Mas passemos aos eventos da última década relativos à unificação ortográfica da língua comum, que já não o é somente do Brasil e de Portugal, mas dos sete países que se encontram na fase decisiva da constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e que, por sua expressa vontade, interessa também aos nossos irmãos da Galiza.

A proposta, formulada por uma comissão designada pela Academia das Ciências de Lisboa, foi discutida no Rio de Janeiro com a Academia Brasileira de Letras, na presença de delegados de Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe e ainda na de Observadores Galegos. A imprensa brasileira *mas também a portuguesa*, acompanharam com interesse e simpatia, os trabalhos da Comissão Mista, mas, como é por demais sabido, em breve, de este lado do Atlântico, a simpatia "sumiu" e a proposta de Acordo tornou-se alvo de uma viva, violenta, quase diria, histórica campanha contrária, movida muito mais pela paixão do que pela fria razão.

Perante a violência – e não as "razões"! – dessa descontrolada reação, foi decidido, por uma cedência talvez necessária, talvez não, que se elaborasse nova proposta, tendo, mais uma vez, a Academia das Ciências de Lisboa designado para esse efeito uma comissão de que eu, já então seu sócio correspondente, fiz parte. Nessa qualidade, participei nas reuniões em que, aos poucos, se foram formulando "novas" normas de grafia – que, ressaltando pequenos pormenores, não *diferiam das que, antes como hoje*, têm

estado em vigor. A minha presença nessas reuniões não implica que ao trabalho nelas realizado eu tenha dado uma contribuição muito positiva. Tendo antes publica e *convictamente* defendido a proposta de 1986 e ainda por outras razões aqui não relevantes, colaborei sem interesse nessa tarefa, a que não me podia eximir – tanto mais que não soube antecipadamente que ia trabalhar com uma comissão pronta a todas as cedências –, limitando as minhas intervenções a contribuir para a mera formulação de algumas normas.

Apesar disso e apesar de a minha colaboração não se ter estendido até ao final dos trabalhos, sinto-me, pelo menos perante a Academia, moralmente responsável pelos seus resultados.

Mas a verdade é que não fora abalada a minha concordância com a primeira proposta – que não se estendia às normas relativas ao "uso" do hífen – tanto mais que ela tinha por base aquela que, correspondendo, essa sim, às minhas convicções, fora apresentada e aprovadas no Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea, realizado em Coimbra de 30 de abril a 6 de maio de 1967. Pretendendo que a breve "Proposta de Unificação e Simplificação da Ortografia" assentasse no mais largo consenso possível, comecei por a submeter ao parecer de 13 filólogos participantes do Simpósio – 6 brasileiros e 7 portugueses –, os quais, com uma só exceção, a subscreveram sem hesitar e sem pedir argumentos justificativos. Foram eles: Antenor Nascentes, J. Mattoso Câmara, Sílvio Elia, Gladstone Chaves de Melo, Aryon Dall’Igna Rodrigues, Adriano da Gama Kury, Victorino Nemesio, J. do Prado Coelho, L. F. Lindley Cintra, Maria de Lourdes Belchior, Alvaro J. da Costa Pimpão [Vencido no ponto nº 1 – supressão, em Portugal, das "consoantes mudas"?], M. de Paiva Boléo, A. da Costa Ramalho. Apresentados seguidamente à votação do plenário do Simpósio, foram os cinco pontos, que constituíam a proposta, aprovados por maioria.<sup>2</sup>

### 3

De todos os modos, a segunda proposta académica, embora apresentada publicamente, em outubro de 1990, em sessão solene a que não faltaram delegações dos Países Africanos de expressão portuguesa, e oficialmente consagrada, dois meses depois, como *mais um acordo* assinado pelos Governos do Brasil e de Portugal, não conseguiu até hoje converter-se num verdadeiro *acordo*. O que significa que o projeto de ortografia comum continua assim a não ser praticado, a não ser pois mais que um "papel" sem qualquer valor.

Em tais circunstâncias, em que não há acordo mas total *desacordo*, não me parece inoportuno voltar a terçar armas pela que foi minha dama, a

Proposta Ortográfica de 1986, para o que começo por destacar que os dois únicos argumentos "de peso" que, envoltos no fragor da tempestade, contra ela foram invocados, careciam realmente de qualquer peso e, conseqüentemente, de relevância.

O primeiro argumento, que não tem em conta senão a variedade lusa – um "senão" muito grave! –, refere-se ao problema (eu diria, o probleminha) das chamadas "consoantes mudas", que, segundo se pensa (e diz) em Portugal, se devem conservar porque lhes cabe uma "importante" função prosódica: a de indicar a pronúncia aberta da vogal átona anterior. Assim, a manutenção da letra *p* em *adoptar*; *adopção* da letra *c* em *afectar*; *afecção* evita que o leitor (ignorante) pronuncie essas palavras com *u* (*adutar*; *adução*) ou com o "e surdo" próprio de *alfabetizar*; *alfabetação*.

Ora o valor do argumento é nulo e assenta num princípio falso: o de que a conservação das consoantes mudas é condição "sine qua non" da pronúncia correta de tais palavras, *quando os fatos provam que assim não é*. Com efeito, por que razão se pronunciam com *a*, *e* e *o* abertos palavras como *caveira*, *vádio*, *invadir*; *invásão*, *gânhar*; *pègada*, *prèga*, *mèzinha*, *esquècer*, *gèração*, *còrar*? por que *corrètor* (da Bolsa), *prestàção*, *ilàção*, *dilàção*? e por que será que os alfacinhas dizem *nàrciso* e *Màtosinhos*? Não é evidentemente por a Ortografia oficial portuguesa "manter" a consoante muda em *retaguarda* que se pronuncia *rètaguarda* mas é, ao contrário, por a palavra se pronunciar com *è*, que com tanta freqüência ela aparece erradamente escrita como *rectaguarda*! Por outro lado, de que serve grafar *caracterizar*, *característico* etc. se o *a* da segunda sílaba nunca se pronuncia aberto – *caràterístico* –?

O segundo argumento, não menos irrelevante do que o primeiro, é o que se opõe à supressão do diacrítico equivocadamente chamado "acento" (agudo e circunflexo) na "vogal tônica" das palavras ditas *esdrúxulas* ou *proparoxítonas* (ou no pretérito *cantámos* para o distinguir do presente *cantamos*, quando tal distinção se não dá no Norte de Portugal), relativamente as quais se pretende que a ausência deste constituiria grave obstáculo para a sua leitura correta – *obstáculo* e não *obstacúlo*.

Para entendermos essa irrelevância basta considerarmos dois contra-argumentos:

O primeiro é o de que até à "Reforma" de 1911 esse *auxiliar imprescindível* de leitura não se usava em português e ... ninguém lhe sentia a falta.

O segundo é o de que, desde sempre e até hoje, se passa com o Italiano, no qual, possuindo essa língua um número de proparoxítonos consideravelmente mais elevado que o Português, não se usa tal *acento* e nin-

guém lhe sente a falta. Só que, para prevenir uma eventual dúvida (não apenas a esse respeito mas relativamente a outros pontos da ortofonia), os lexicógrafos assinalam a letra correspondente – a "vogal" da sílaba, a "consoante" z – com um sinal convencional que indica que a primeira é aberta ou fechada, sobre ela incidindo o acento tônico da palavra, e que a segunda representa ou [ts] ou [dz]. Tão simples como isso!

"Mas – poder-se-á opor – os "nossos" leitores não estão habituados a usar dicionários". Pois, *com ou sem "acentos" gráficos, é indispensável incutir-lhes esse hábito*, sem o qual continuarão a ignorar, como de fato ignoram, o que significam as palavras!!

A esses contra-argumentos, acrescento ainda um terceiro: o de que *tal* diacrítico com *tal* função é totalmente desconhecido de todas as restantes línguas européias, como o russo, o romeno, o inglês *et sic cum aliis*. Em inglês, que possui tantos pares de homógrafos, constituídos por um nome e um verbo, que fonicamente se distinguem só pelo lugar do acento – *cómment n. / (to) commént v.* (mas *consént* quer como nome quer como verbo!)–, a falta de diacrítico não faz a mínima falta!

## 4

Ao aproximar-me do fim do meu arrazoado, creio ainda sumamente necessário chamar a atenção dos leitores para mais dois pontos de singular importância:

1º) Entre os princípios teóricos fundamentais a que deve obedecer uma "reforma" ortográfica da natureza e do alcance da que contemplamos, penso que, numa perspectiva sobretudo pragmática, tal "formulação de normas de grafia", embora oficial, deve ter caráter mais normativo do que compulsivo. Quero dizer na minha: creio que na sua grande maioria, se não na totalidade, a opinião pública dos lusófonos concorda que foi acertada a abolição do trema e dos acentos distintivos de pares de homógrafos como "(o) acêrto" / "(eu) acerto". Todavia, na minha opinião, o que foi – ou seria – realmente acertado não foi a abolição dos diacríticos mas a abolição *do caráter obrigatório do seu uso*, obrigatoriedade que penalizava impiedosamente com a classificação de "erro" qualquer infração à norma! Ora o caráter normativo a que me refiro, como preferível à compulsividade, residiria em "permitir" que os diacríticos, "oficialmente" abolidos, fossem criteriosamente usados *em função da necessidade* ... de evitar um erro fatal de prosódia.

Para ser bem claro, vou dar um exemplo concreto. Penso que não é novidade para ninguém, de certa cultura e de espírito observador, que o verbo "regularmente" escrito *arguir* e os seus derivados *arguente*, *arguição*

são "pronunciados", na maioria das vezes, como se o *u* ... não existisse. Ora, para que tal não suceda e para ensinar os ignorantes (uma obra de misericórdia que não só ao ME [?!] cabe praticar), entendo que seria de grande conveniência que as "leis" da Ortografia Oficial permitissem a oportuna restituição do trema nesses vocábulos: *argüir* – *argüente* – *argüição*. Casos análogos são o de *seqüestro*, *seqüestrar* e o do adjetivo *eqüestre* ("estátua *equestre*"), palavras que, na falta do trema, (quase) todo o mundo erradamente pronuncia como se se grafassem *sequestro*, *equestre*.

2º] Com uma tal "reforma", são duas as *principalíssimas* finalidades que se procuram alcançar, apesar de serem bem poucos aqueles que delas têm consciência. Uma é a *razoável unificação gráfica* que corresponda e respeite – citarei agora um grande conhecedor e amigo da cultura Luso-Brasileira, Paul Teyssier – "a unidade fundamental da língua Portuguesa", conhecida a qual *devemos* "deduzir que a salvaguarda desta unidade é um imperativo maior para todos os povos interessados!",<sup>3</sup> ainda que para tanto tenhamos que sacrificar hábitos e ... preconceitos, entre estes os de certos portugueses partidários de um sedição e suspeito nacionalismo ortográfico, que chegam ao ponto – inacreditável! – de identificar a "nossa" ortografia com a "nossa" identidade nacional! Bem fraca idéia fazem desta os que temem vê-la ameaçada pelo fato de se passarem a escrever *acto*, *adoptar* etc. sem a consoante muda! A esses há a opor que, acentuando-se vertiginosamente o processo da internacionalização e sendo o Brasil o país que conta, de muito longe, a maioria de lusófonos, é a ortografia que aí vigora, e não a de Portugal, a que sistematicamente é escolhida na redação dos documentos que, em língua portuguesa, emanam das variadas comissões internacionais de índole política, econômica, etc.

A segunda razão liga-se com o fato de que a "reforma" em vista implica uma notável *simplificação da escrita*. Ora é por demais sabida a altíssima percentagem de analfabetos que caracteriza a composição demográfica quer de Portugal quer do Brasil, e ninguém duvida da necessidade de corrigir *o mais urgentemente possível* essa lamentável, vergonhosa falta, que constitui um dos mais importantes fatores do nosso atraso em todos os campos. E quem pode duvidar de que uma ortografia simples contribui poderosamente para a correção dessa falta?

Mas há mais. Dentro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é necessário ensinar o português a muitos milhões de aloglotas, o que complica em alto grau a tarefa da sua alfabetização, enquanto, por outro lado, a *simplicidade da escrita* ajuda a descomplicá-la.

## 5

Antes de terminar, não posso deixar de prestar aqui pública homenagem a três notáveis mestres da língua, do Brasil e de Portugal – dois dos quais já desaparecidos do nosso convívio–, que intimamente aderiam aos princípios que defendo. Refiro-me, em primeiro lugar, a meu amigo Antenor Nascentes, que profeticamente antecipou a norma de 86, omitindo os ditos "acentos" no artigo "Aportuguesamento de alguns nomes próprios gregos", publicado em 1955 na *Revista de História* de São Paulo; depois a Lindley Cintra, outro bom amigo, que, há quase dez anos, pela Academia das Ciências de Lisboa, foi o primeiro responsável pela proposta de acordo submetida, no Rio de Janeiro, à Academia Brasileira de Letras; e por fim a Antônio Houaiss, o distinto filólogo, felizmente ainda vivo, que, como membro da Academia Brasileira de Letras, por esta designado para apreciar e, com a Comissão acadêmica portuguesa, negociar a proposta de 1986, a aceitou aprovadamente.

Lembre-se ainda que, como acima salientei, quer Nascentes quer Cintra, participantes do Simpósio de Coimbra, se encontravam entre os 14 subcrevantes da "Proposta para a Unificação da Ortografia Portuguesa".

### NOTAS

- 1- Na escola primária (entre 1931 e 1934) ainda aprendi a preceder as frases interrogativa e exclamativa de "pontos" de interrogação e de exclamação de pernas para o ar!
- 2- Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea. *Actas*. Coimbra 1968, p. 218-222 e 301-303. V. também *A Demanda da Ortografia Portuguesa. Comentário Ortográfico de 1986 e Subsídios para a Compreensão da Questão que se lhe Seguiu*. Volume organizado por Ivo Castro, Inês Duarte e Isabel Leiria. Lisboa 1987, p. 180-183, 259, 265.
- 3- Refiro-me ao cansaço resultante da assinatura de tantos (des)acordos.
- 4- Paul Teyssier, *Manual de Língua Portuguesa (Portugal-Brasil)*, Coimbra 1989, p.12.

\*\*\*

## COINCIDÊNCIAS LINGÜÍSTICAS...

Olmar Guterres da Silveira  
UERJ

Eis como denomino o aparecimento, em publicações de autores e épocas diferentes, de iguais conceitos, idéias, figuras, etc. Não se confundem a apuração do *plágio* e a da *coincidência*, pois naquele caso tem-se como ponto de partida o conhecimento do símile. O caso mais conhecido, entre nós, é o de Pacheco da Silva Júnior, com as suas *Noções de Semântica*, publicadas pouco após o *Essai de Sémantique*, de Michel Bréal.

Examinarei nesta pequena Nota a *coincidência* que aproxima o sintaticista francês Tesnière e o sintaticista brasileiro Jucá.

O lingüista francês LUCIEN (VALÉRIUS) TESNIÈRE (1893 - 1954) foi uma vocação de pesquisador e, mais que isto, um didata primoroso; mostra-o sem dúvida a sua biografia, sob certos aspectos. invejável. O interesse pela atividade científica, no campo da Lingüística, levou-o a trabalhos valiosos, em cuja base se encontram o contacto com grandes figuras da matéria, como Meillet, e a participação em grupos ligados ao Círculo Lingüístico de Praga.

Os estudos eslavos – a Fonologia, a fascinante Dialectologia – conquistaram a mais ampla dedicação da parte de Tesnière; no 1º Congresso de Filólogos eslavos, realizado em Praga, foi apresentado, para discussão, um projeto de atlas lingüístico eslavo, assinado por Meillet (representante de Paris) e por Tesnière, que representava Estrasburgo [1929]; mais tarde, em Varsóvia, um *rapport* dava conta do desenvolvimento daquele projeto [1934]. Ainda outras áreas de estudo contaram com a colaboração efetiva de Tesnière, como se pode perceber da indicação variada de alguns títulos de sua bibliografia. *Sur le Système Casuel du Slovène* [1925], *L'Emploi des Temps en Français* [1927], *À propos des Temps Surcomposés* [1935], *Théorie Structurale des Temps Composés* [1939], *Pronoms et Indices Personnels* [1927], *Sur la Classification des Interjections* [1936], *Phonologie et Mélange de Langues* [1939], *Petite Grammaire Russe* [1934], *Pour Prononcer le Grec et le Latin* [1941], *Les Noms de la Soie* [1942], *Phonologie et Psychologie* [1947], *Petit Vocabulaire Russe: Table Sémantique* [1957].

A Lingüística geral provocou-lhe dedicada atenção; foi por sugestão de Meillet que se entregou aos estudos sobre o dual nas línguas eslavas, e o desenvolvimento do projeto de atlas lingüístico eslavo viria a mostrar a idéia, que

sustentava Tesnière a respeito do desaparecimento do dual, contrária à noção que disto fazia Meillet.

Mas foi no domínio da Sintaxe que Tesnière pôde realizar obra completa; se não a deixou inteiramente pronta e acabada – morto muito cedo, aos 61 anos – ao menos estava o trabalho de todo alinhavado, como resultado de longa meditação, e aplicação prática repetida.

A exposição das primeiras idéias de Tesnière, a respeito da "syntaxe structurale" está no artigo *Comment Construire une Syntaxe*, publicado em 1934, no Boletim da Faculdade de Letras de Estrasburgo. Vêm indicadas neste artigo algumas das principais posições teóricas assumidas pelo Autor: i) a subordinação dos elementos da oração em função da disposição em "nós"; ii) a subordinação ao verbo, preconizada por todos, mas rejeitada na aplicação prática; iii) o papel de *actants* e *circonstants* desempenhado pelos termos da oração, e muitas outras. A este artigo sucedeu a publicação da *Esquisse d'une Syntaxe Structurale*, mimeograda e resumida, como indicado pelo próprio título; após esta publicação, finalmente surge em 1949 o volume alentado, extremamente rico de exemplificação, intitulado *Eléments d'une Syntaxe Structurale*. A obra teve 2ª edição em 1952 (a que possuo), mas tenho informações de que já anda aí pela 4ª ou 5ª edição.

#### CÂNDIDO JUCÁ (filho)

O pai, professor de surdos, pioneiro na aplicação de métodos modernos àquele ensino especializado, foi exemplo e estímulo: os estudos lingüísticos tiveram a prestança de um fiel cultor. Jucá concorreu a uma Cátedra de Português no Colégio Pedro II; não conseguiu desta vez a láurea, que coube a Clóvis Monteiro; mais tarde, em novo concurso, veio Jucá a conquistar a Cátedra, que soube honrar. Por ocasião do primeiro concurso, a tese apresentada à Congregação do Col. Pedro II foi *O Fator Psicológico na Evolução Sintática*. A uma distinção entre *sentenças nominais* e *sentenças verbais* em Jucá, corresponde, em Tesnière, a discussão de ambas as posições, e preferência de uma delas. Mas, curiosamente, estabelecida igualdade de tratamento, a nomenclatura se revela intimamente paralela: o jogo de *actants* e de *circonstants* do lingüista francês está vivo no aspecto 'de um pequeno drama', na concepção de Jucá. O sistema de *nós* adotado por Tesnière, até o "nó verbal: o nó dos nós", está presente na escolha de "integração" para designar os actantes e os circunstantes: quer dizer, são sempre vistos como elementos determinantes.

É pelo menos curioso, e seguramente intrigante, o esforço para explicar, neste e noutros casos, essas coincidências. Cândido Jucá (filho) ampliou a exposição das principais dificuldades, e lhes deu a todas a necessária e coerente solução, em seu *Novo Método de Análise da Linguagem*, Rio, 1936.

\*\*\*

## A POSIÇÃO DA METAFONIA NO QUADRO DAS ALTERNÂNCIAS VOCÁLICAS

Viviane Cunha  
FALE/UFMG

A metafonia tem conseqüências morfológicas de grande repercussão no nosso idioma, é por excelência um fenômeno diacrônico, que atuou desde os primórdios da língua e parece que ainda atua no português moderno.

Os autores que trataram do assunto têm ignorado dois pontos importantes: a questão da terminologia nas várias línguas e a relação da metafonia com outras alternâncias vocálicas.

O trabalho procura ressaltar esses dois aspectos.

Como é sabido, o termo *metafonia* e seus equivalentes nas línguas românicas correspondem ao alemão *Umlaut*. Segundo Martinet (1974), o termo alemão serviu para designar primeiramente o jogo de alternâncias morfológicas que se criou no alemão moderno, a partir dos resultados de um processo fonológico, e não o processo em si. Blaylock (1965) observou que os primeiros indo-europeístas e germanistas chamaram *Umlaut* tanto ao processo como ao resultado das alterações da vogal tônica, condicionadas por um *i* subsequente, no alemão e no céltico. É preciso portanto que se adotem certos critérios ao fazer a correspondência dos termos nas várias línguas.

A escola espanhola usa, ao lado do termo *metafonia*, também o termo *inflexión*, e este último parece ser o preferido pelos autores espanhóis. Mas, ao que tudo indica, os termos não são sinônimos. *Inflexão* é um termo mais genérico, do campo da Linguística Geral, enquanto *metafonia* é um termo específico da Fonética e da Fonologia, que, por sua vez, são ramos da Linguística Geral. Martinet (1974) afirma ainda que *inflexion* é mais usado no francês do que *métaphonie*.

Outra questão a que se tem dado pouca importância nos estudos sobre metafonia é a relação desta com outros tipos de alternância vocálica. Sabemos que a metafonia é apenas um dentre os vários tipos de alternância vocálica. Em geral é considerada como um tipo de assimilação que pode ser

à distância ou em contigüidade. Para explicitar melhor o seu caráter, comparemo-la com outras alternâncias vocálicas.

No século passado, Brugmann (1886) entende por assimilação à distância de uma vogal a outra, as modificações "da qualidade de uma vogal, sob a influência da vogal de uma sílaba vizinha, quando há uma consoante entre as duas".<sup>1</sup> Esta assimilação pode ser parcial ou total. Da assimilação parcial Brugmann dá um exemplo do velho alto alemão *gesti*, em que o *i* final de *gasti* fez fechar o timbre para *e*. O fenômeno se percebe no seu resultado atual: singular *Gast* – plural *Gäste*. Da assimilação total, dá um exemplo também do velho alto alemão, "*mezzinti*, de *mezzanti*". O primeiro caso é um tipo de assimilação parcial, que ele chama de *metafonia* (*Umlaut*); e, no segundo caso, trata-se de uma assimilação total, que ele chama de *harmonia vocálica*.

Já nos nossos dias, Schane (1973), estudando os processos fonológicos, por ele subdivididos em quatro categorias, considera uma delas, a assimilação, como um conjunto de fenômenos que as gramáticas históricas tradicionais apresentam independentes uns dos outros. Nessa categoria, a subcategoria estabelecida por Schane que interessa aqui é aquela em que se verifica um processo assimilatório, isto é, aquela em que um segmento assume traços de um segmento vizinho. Mais especificamente, interessa-nos o caso em que uma vogal pode ter efeito sobre outra. Quando a vogal de uma sílaba se torna mais semelhante à vogal de outra sílaba, pode-se identificar dois processos distintos: *harmonia vocálica* (ou harmonização) e *metafonia*.

Da observação dos exemplos constata-se que: a) no primeiro caso, é a vogal tônica que atua sobre a átona, como ocorre no português oral *minino* (na escrita padrão *menino*); b) no segundo caso, a situação é inversa: é a átona que exerce influência sobre a tônica, como nos exemplos que tomo à diacronia: *debita* > *dívida*, *feci* > *fiz*.

Apesar da distância temporal e da diferença de escolas, tanto Brugmann como Schane concordam em que a metafonia e a harmonia vocálica são processos assimilatórios. Brugmann, porém, vai mais longe: considera a metafonia um tipo de assimilação parcial e a harmonia vocálica (ou harmonização) um tipo de assimilação total.

<sup>1</sup> Sous ce chef [*Assimilation de voyelles à voyelles à distance*] nous comprenons les modifications par assimilation de la qualité d'une voyelle sous l'influence de la voyelle d'une syllabe voisine quand il y a une consonne entre les deux. (p. 246, tradução minha).

Mas não é somente quanto ao tipo de assimilação (total ou parcial) que a metafonia e a harmonização se distinguem. É também quanto à intensidade das vogais ativas e passivas que participam do processo, já que, na harmonização vocálica é a vogal tônica que atua sobre a átona (em geral antecedente), e na metafonia é a átona, em geral final, que vai atuar sobre a tônica, provocando-lhe um levantamento ou abaixamento do timbre.

A metafonia é, por excelência, como disse acima, um fenômeno diacrônico. A harmonização também é um fenômeno diacrônico, e, ao que tudo indica, segue uma deriva que remonta ao latim vulgar, conforme o atestam exemplos do *Appendix Probi*, tais como "formica non furnica". Mas a metafonia foi incorporada à língua padrão e não sofre pressões desta como a harmonização vocálica. Daí que, ao invés de ser uma regra categórica, a harmonização é uma regra variável.

Bisol (1981), estudando a harmonização vocálica no dialeto gaúcho assim a conceitua: "é a transformação da vogal média pretônica /e, o/ em vogal alta /i, u/ respectivamente" (p.92). E cita como exemplos minino/menino, curuja/coruja. Para ela "a harmonização vocálica é um processo de assimilação que se realiza por força da articulação alta de uma vogal seguinte" e, "a alteração fonética dela decorrente é a expressão de uma articulação simplificadora amparada na lei do menor esforço" (p.92). Daqui se pode deduzir que a autora parte do âmbito da fonética articulatória para conceituar a harmonização.

Bisol não menciona no seu conceito a atuação da vogal tônica, mas vai deixar isso transparecer no decorrer de sua tese. Menciona, entretanto, as vogais que atuam no processo de harmonização no caso do português.

Já Mattoso Câmara (1981) define a harmonização como "mudança de timbre de uma vogal pretônica para harmonizar-se com o da vogal tônica". Mas não especifica as vogais envolvidas no processo, apesar de citar [mi' ninu] e [pi' ru] como exemplos, na sua definição de harmonização.

Observe-se nos exemplos de Mattoso o seguinte: em [pi' ru], e → i – o traço assimilado foi o da altura, mas como a vogal ativa e a passiva pertenciam a séries diferentes (anterior e posterior), a assimilação foi parcial. Em [mi' ninu] e → i – o traço assimilado foi também o da altura, mas como a vogal ativa e a passiva pertenciam à mesma série anterior, houve assimilação total.

Como tipo de alternância vocálica vale mencionar também o *alçamento*. Viegas (1987), estudando o alçamento das vogais pretônicas no dialeto de Belo Horizonte, o define como elevação do traço da altura das vogais médias pretônicas (p.44). No seu trabalho afirma que há uma série de

palavras que sempre aparecem alçadas, do tipo *minina*, *dumingo* e uma série que não aparece alçada como *meninge* e *domínio*. Ao lado dessas, existem algumas palavras que variam e fazem parte de uma pequena lista: *prissinto* / *pressinto*, *cunversar* / *conversar*. Segundo ela, existem casos em que a vogal média pretônica não aparece senão na escrita, já que na língua oral, há alçamento, como em *apiritivo*, *custela*, *custume*, *siguinte*, *siguir*; exemplos que ela extraiu da tese de Bisol, acima mencionada.

A relação da metafonía com o alçamento está no fato de ser este uma das formas de realização da metafonía. Existe a metafonía por abaixamento e a metafonía por alçamento. Este é apenas um termo da lingüística moderna para designar o que a lingüística tradicional chama de fechamento de timbre.

O termo *alçamento* serve antes para nomear a natureza da mudança, do ponto de vista articulatório. Ele pode ser usado tanto no caso das vogais tônicas que se tornam fechadas, como no caso da metafonía de /ɛ/ > /e/, /ɔ/ > /o/, ou das vogais tônicas que se tornam altas, como na metafonía de /e/ > /i/ e /o/ > /u/. Tal como mostra Viegas, o alçamento pode acontecer também nas vogais pretônicas e obviamente nas postônicas.

Comentando os trabalhos acima mencionados, o de Bisol (sobre Harmonização) e o de Viegas (sobre Alçamento), eu diria que o alçamento é a *natureza* da mudança vocálica, inserindo-se no domínio da fonética articulatória, enquanto que a harmonização é o *resultado*, do ponto de vista acústico. Muitas vezes, porém, os lingüistas não fazem essas distinções, e alçamento e harmonização acabam se confundindo em textos teóricos do português. Isso se explica talvez pelo fato de que ambos correspondem ao levantamento (ou alçamento) da vogal média, seja anterior, seja posterior. Mas parece-me claro que as duas categorias de alternância se distinguem em exemplos do tipo *culégio*, *cunversa*, *cum*, e *curuja*, *furçudo*, *minino*: nos primeiros há apenas alçamento das vogais (mas não há harmonização), enquanto nos segundos, há harmonização e alçamento, ou melhor há um alçamento que resulta em harmonização.

Outro tipo de alternância vocálica muito freqüente em algumas línguas é a *apofonia*, termo português correspondente do alemão *Ablaut*. Matoso Câmara (1981) o traduz como desvio de som e o define como a alternância entre a vogal *e* e a vogal *o* nas raízes das línguas indo-européias. Exemplifica com o clássico *pous*, *podós* (grego),  $\sqrt{pod}$ , mas *pes*, *pedis* (latim),  $\sqrt{ped}$ .

Para Anderson (1977), o conceito de gradação vocálica ou *Ablaut* pretende explicar as diferenças vocálicas, não só dentro de uma determinada língua indo-européia (o que pode ser exemplificado com as formas latinas

facio perficio), como também dentro da família de línguas indo-européias, para cujo exemplo pode-se citar a variação das vogais entre o radical grego *pous* / *podós* e o radical latino *pes* / *pedis*, mencionados acima. Já a metafonia, é entendida por ele como um tipo de alternância qualitativa. A alternância de timbre das vogais médias tônicas portuguesas como /ɔ/— /o/, /ɛ/— /e/ e vice-versa, pode ser um bom exemplo.

Bloomfield e Newmark (1963) entendem a apofonia como um caso de *gradação vocálica*. Citam como exemplo as formas inflexionadas que podem ser observadas nos verbos fortes do inglês moderno do tipo *sing*, *sang*, *sung* para distinguir esses tempos verbais e ainda classes gramaticais: *song*. Os autores consideram a metafonia um fenômeno de *mutação vocálica* onde o fonema vocálico de uma sílaba é influenciado pelos fonemas de uma sílaba seguinte. Como exemplo citam o alçamento de /ɛ/ para /i/ em *pretty* [priti] que já foi pronunciado [preti].

Para Mounin (1979), a apofonia pode ser *qualitativa*, quando muda o timbre da vogal, como por exemplo no latim *decet* ~ *doceo*, ou *quantitativa*, quando muda a duração da vogal como se pode verificar no antigo alto alemão *gābum* 'demos' ~ *gab* (eu) 'dava'. No português há raros exemplos de apofonia qualitativa nos nomes, os quais foram herdados do latim: *ano* / *bienal*, *arma* / *inermes*, *barba* / *imberbe*, etc. Nos verbos fortes, porém, ela é muito freqüente, no que diz respeito às formas de presente e de pretérito perfeito como *faz* / *fez*, *sabe* / *soube*, etc.

Além dos tipos de apofonia *qualitativa* e *quantitativa* vistos acima, Carreter (1984) menciona outro: é a *apofonia acentual*. Para Carreter, apofonia acentual é a que permite distinções como esta do grego: *Tómos* 'corte' e *Tomós* 'cortante'. Desse tipo de apofonia podemos encontrar exemplos também no português como *acúmulo* (substantivo) e *acumulo* (verbo).

Há ainda outro tipo de apofonia que é específica do vocalismo latino, e que os autores acima citados não mencionam. Trata-se da alternância da vogal da raiz em derivados prefixais, por influência do acento de intensidade do prefixo. Como exemplos podemos citar *facio* / *perficio* (/a/—/i/) e *factum* / *perfectum* (/a/—/ɛ/). Esse é o conceito adotado por Faria (1970) que desenvolve tal aspecto da apofonia latina com rica exemplificação.

Além da natureza da apofonia, já identificada pelos autores acima referidos, é preciso que se levem em conta também as diferentes fases de sua ocorrência. Há dois momentos importantes na história da apofonia das línguas do ramo itálico: o primeiro, que se deu em consequência da fragmentação do indo-europeu, como aquela da alternância das vogais *o/e* nos radicais gregos e latinos do tipo *pous*, *podós*, *pes*, *pedis*; o segundo, que

ocorreu no latim, em conseqüência da intensificação do acento prefixal, e que teve grande produtividade nos verbos, do tipo *facere / perficere, factum / perfectum*. Em português vale lembrar o tipo da apofonia já mencionado, que não é de formação vernácula, mas já herdado como tal do latim e cujos exemplos são muito raros: *ano / bienal, arma / inerme, barba / imberbe*, etc.

É interessante observar que a apofonia qualitativa muitas vezes é resultante de um processo de metafonía. Os nomes ingleses de plural irregular como *foot* (singular), *feet* (plural), são hoje formas apofônicas, originadas de um processo metafônico no decorrer de sua história. No velho inglês, as formas eram *fōt* (singular) e *fōti* (plural). O *i* do plural atuou na mudança do timbre passando o *o* para *e*, daí *\*feti*. Numa outra etapa, o *i* final sofreu apócope: *\*fēti > \*fēt*. O *ē* [i] passou a ser representado na escrita por *ee*, daí *feet*, ocorrendo a mesma geminação com a vogal longa do singular: *ō* / oo [ū]. Como não havia *i* no singular, não houve alteração da vogal tônica, permanecendo assim *ō* [ū]. No caso dos verbos fortes portugueses, muitas formas que se apresentam apofônicas na sincronia, do tipo *fez, fiz*, são provenientes de metafonía na diacronia, como *fiz < fēci* (latim).

Como se pode observar, os processos de alternância vocálica são muito próximos entre si e se entrecruzam muitas vezes — o que dificulta o estabelecimento de um quadro distintivo.

Pode haver casos de harmonização que são resultantes de metafonía. Não se pretende na metafonía uma simetria de traços como na harmonização, embora isto ocorra algumas vezes. Além da metafonía por levantamento da vogal tônica, há ainda a metafonía por abaixamento. Também no caso da harmonização, pode ocorrer o abaixamento das vogais átonas em algumas línguas, embora isto não seja típico do português.

A metafonía tem conseqüências morfológicas de grande repercussão no nosso idioma. Não é por acaso que os seus resultados se incorporaram à morfologia da língua. Já a harmonização é um fenômeno que não interfere na morfologia portuguesa. É simplesmente um caso de variação lingüística, ou de alternância vocálica, que remonta ao latim vulgar, assim como o alçamento. Foi visto que a apofonia também se cruza com a metafonía, e, muitas vezes, a primeira é resultado da segunda.

## CONCLUSÃO

Uma vez analisada a terminologia que se usa em geral para nomear o fenômeno da metafonía em algumas línguas modernas, e uma vez verificadas as suas relações com outras alternâncias vocálicas, passo a considerar



essas vogais ora um abaixamento, ora um levantamento, dependendo de a vogal átona final ser baixa ou alta.

### BIBLIOGRAFIA

01. ANDERSON, James M. *Structural Aspects of Language Change*. Trad. esp.: *Aspectos estructurales del cambio lingüístico*. Madrid, Gredos, 1977.
02. BISOL, Leda. *Harmonização vocálica. Uma regra variável*. Tese de Doutorado. UFRJ, 1981.
03. BLAYLOCK, Curtis. "Hispanic Metaphony". *Romance Philology*, XVIII (3): 253-271, 1965.
04. BLOOMFIELD, Morton W. e NEWMARK, Leonard. *A Linguistic Introduction to the History of English*. New York, Alfred A. Knopf, 1963.
05. BRUGMANN, Karl. *Kurze vergleichende Grammatik der indo-germanischen Sprachen*. Trad. franc.: *Abregé de grammaire comparée des langues indo-européenes*. Paris, Klincksieck, 1905.
06. CÂMARA JR, J.M. *Dicionário de lingüística e gramática*. Petrópolis, Vozes, 1981.
07. FARIA, Ernesto. *Fonética histórica do latim*. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1970.
08. MARTINET, André. *Économie des changements phonétiques*. Traité de phonologie diachronique. Trad. esp.: *Economía de los cambios fonéticos*. Madrid, Gredos, 1974.
09. MOUNIN, George. *Dictionnaire de la linguistique*. Trad. esp.: *Diccionario de lingüística*. Barcelona, Editorial Labor, 1979.
10. SCHANE, Sanford A. *Generative Phonology*. New Jersey, Prentice Hall, 1973.
11. VIEGAS, Maria do C. *Alçamento de vogais médias pretônicas: uma abordagem sociolingüística*. Tese de Mestrado. UFMG, 1987.

\*\*\*

## ACERCA DO TEXTO RECONSTITUÍDO DA ODE IX DE CAMÕES

Álvaro de Sá  
Pesquisador da SBL

A tradição textual mesmo estropiada, pode dar subsídios singulares à restituição dos poemas, desde que devidamente interpretada. O erro funda-se muitas vezes em pressões lingüísticas de diversas origens que podem ser rastreadas para dirimir pontos obscuros sobre a intenção ou o texto originais do Poeta. Esta investigação é o que será tentado, para trazer uma achega à controvérsia estabelecida em torno da restituição feita ao texto da Ode IX de Camões por Leodegário A. de Azevedo Filho.

Como resultado da Semana de Estudos Universitários sobre o Renascimento Italiano e a Lírica de Camões, realizada no período de 8 a 12 de abril de 1991, no Rio de Janeiro, além da enorme troca de informações havida entre grandes camonistas e das conclusões que foram ressaltadas pelos comentadores e debatedores da série de conferências proferidas professora Barbara Spaggiari, esta abriu uma controvérsia importante em torno da melhor lição da Ode IX, a partir da tradição manuscrita.

Deste evento surgiu o livro *O Renascimento Italiano e a poesia lírica de Camões*, com alguns dos temas apresentados na semana, onde se documenta a controvérsia.

A ilustre conferencista questiona no livro, a opção das *lectiones difficiliore*s adotadas por Azevedo F<sup>o</sup> na lição que propôs ao texto da Ode, publicada na Itália por aquela professora. Antecipadamente ao conjunto da Lírica de Camões ainda – e inexplicavelmente – em fase de publicação pela editora Imprensa Nacional – Casa da Moeda, de Portugal, contendo os textos do *corpus* mínimo, com as respectivas lições estabelecidas por esse autor a partir das fontes manuscritas, num proficiente trabalho de ecdótica e crítica textual (p. 27 a 49). Leodegário, no mesmo livro, ratifica suas opções críticas aduzindo uma série de novos argumentos (p. 73 a 87).

A discordância, sempre bem-vinda em questões científicas, situa-se em torno da escolha das lições adotadas por Azevedo F<sup>o</sup> nos versos 13 e 35 da Ode IX, quando este segue o *Manuscrito Juromenha* (Ms. Jur.) obtendo

lição coincidente com Faria e Sousa, ao abandonar o texto do *Manuscrito Apenso* (MA) e, conseqüentemente, a edição das *Rimas* de 1598 (RI):

v. 13 - *A linda Pasitea [...]*[var.: *A linda Panopea [...]*(MA e RI)];

v. 35 - [...] *temerá o marinheiro o Oriente* [var.: *Temerá o marinheiro o Horizonte* (MA e RI)].

E também no verso 44, onde Azevedo F<sup>o</sup> diferentemente segue o *Manuscrito Apenso*, as *Rimas*, de 1598, e acompanha Faria e Sousa, abandonando o texto do *Manuscrito Juromenha*:

v. 44 - [...] *ó Cresso tão famoso [...]* [var.: [...] *ó crasso poderoso [...]* (Ms. Jur.)].

Sobre a anterioridade do texto do *Ms. Jur.* como provável variante sincrônica ao texto autoral, e ainda sobre as lições adotadas por Azevedo F<sup>o</sup> nos versos 35 e 44, este já alinhou uma série de raciocínios que, além de convincentes, demonstram a procedência das duas opções textuais.

No que se refere ao verso 13 (*Pasitea* x *Panopea*) cabe tecer comentários e trazer novos dados que poderão aclarar o assunto, pela confluência de certos detalhes das tradições da mitologia clássica e de uma interpretação dos comentários que Faria e Sousa fez à ode (p. 174 a 176).

*Pasitea* designa diferentes divindades. É nome de uma das *graças*, que personificavam a beleza e o encanto, e também de uma das *náiades*, ninfas que presidiam os rios e as fontes, sempre defendendo-se tenazmente dos apaixonados perseguidores. *Panopea* é o nome de uma das 50 *neréidas*, ninfas que representavam os fenômenos marinhos. Portanto a discrepância das lições leva também para uma diferença de áreas mitológicas.

Sobre as *graças*, que também recebiam o nome de *c[h]arites*, vale elucidar que eram filhas de Júpiter (Zeus) e de Vênus (Afrodite), ou, segundo a maioria dos autores, de Eurínome. Diz uma das tradições que esta, do mesmo matrimônio, gerou o deus fluvial Asopo; Eurínome, por sua vez, era filha de Oceano e de Tet[h]is, tendo sido precipitada ao mar por Saturno (Cronos) e Cibele (Rea).

Manifestando o encanto e a beleza, as *graças* desempenhavam as tarefas de espalhar a alegria pela natureza, pela alma dos homens e até entre os deuses. Exerciam toda sorte de influências sobre as relações sociais, os produtos espirituais e as obras de arte – e um resíduo dessa crença permanece até hoje na expressão "sem graça" ou "não tem graça", para reprovar ações e obras artísticas. Habitavam o Olimpo entre as *musas*, com quem costumavam formar coros.

O nome e o número dessas divindades sofriam variações de uma região para outra e também com a época. Para Homero havia duas *graças* chamadas *C[h]aris*, mulher de Vulcano, e *Pasitea*, que se uniu a Hipnos, deus do sono. Crisipo, o filósofo (281 - 208 a.C.), diz que eram duas e denominavam-se *C[h]aris* (o encanto, a graça) e *C[h]arites* (a beleza). Ainda em número de duas, eram cultuadas em Atenas sob os nomes de *Hegemone* e *Auxo* e, em Esparta, entre os lacedemônios, de quem eram aparentadas pela descendência destes com Zeus, como *Clea* (*Cleta*) e *Faena*. Posteriormente a tradição mitológica veio a fixar-se em três *graças*: *Talia*, *Eufrosina* e *Aglaiá*.

Nesta tradição elas faziam parte do séquito de Vênus e eram representadas sob as forma de três jovens, cujos olhares não se entrecruzavam, pois cada uma olhava em direção oposta às outras duas.

*Talia* é "a que faz florescer". E não deve ser confundida com outras entidades de mesmo nome: primeiro a *musa* que regia a comédia; segundo a *neréida* e, terceiro, a *ninfa* companheira de Cirene, mãe de Aristeu. *Eufrosina* é "a que alegra corações", e simboliza as benesses que se originam do sol. *Aglaiá* é "a que faz brilhar" sendo representada com um botão de rosa na mão. Numa das versões, *Aglaiá*, sob o nome de *Pasíteia*, foi dada ao amor de Hipnos, deus do sono, que, a pedido de Juno (Hera), havia adormecido Júpiter, durante a guerra de Tróia para que esta auxiliasse os gregos.

A *graça* objeto da disputa textual é *Aglaiá*, que tem vários apelidos. Já foi visto que tem por nome *Pasíteia*, sendo homônima da *náiade* que se uniu a Ericônio, e, como suas irmãs, presidia rios, fontes e mananciais. Mas *Aglaiá* tem também o nome de *Pasifea* (*Pasiphea*), conforme dicionarizado (CHO, 1836). Neste caso homonimamente ao nome dado por Ovídio a Fedra, segundo a tradição (FAR, 1955).

Com nome próximo a *Pasiphea* há uma *neréida* chamada *Pasiphoe*, além de *Panopea*, também *neréida*.

Sobre as *neréidas* compete dizer que são as filhas de Nereu e Dóris 50 ninfas, belas como o dia, que, figurando os fenômenos marinhos, passavam o tempo singrando as ondas em grupos, com seus corpos nus, expondo o busto de mulher e as caudas de peixe, montadas em golfinhos, cavalos marinhos, tritões ou outros entes. Dotadas de dons proféticos, eram objeto de culto e veneração das populações litorâneas e dos navegantes. Homero nomeia 37 *neréidas* e Hesíodo enumera cada uma das 50 filhas de Nereu. São muito citadas, além de *Panopea* e *Pasiphoe*, as *neréidas* *Cloto*, *Neríne*, *Nise*, *Gala tea* e *Dione*, entre outras.

Camões as conhecia bem, como navegante, amante do mar e autor de uma epopéia marítima, onde as citou, nominalmente, diversas vezes. Como, por exemplo, no Canto II, 19, d' *Os Lusíadas*:

Convoca as alvas filhas de Nereu,  
Com toda a mais cerúlea companhia,  
Que, porque no salgado mar nasceu,  
Das águas o poder lhe obedecia.

[ ..... ]

Já na água erguendo vão com grande pressa,  
Com as argêntas caudas branca escuma;  
Cloto co peito corta e atravessa  
Com mais furor o mar do que costuma.  
Salta Nise, Nerine se arremessa,  
Por cima da água crespa, em força suma:  
Abrem caminho as ondas encurvadas,  
De temor das nereidas apressadas

(*Lus.*, II, 20)

Nos ombros de um Tritão, com gesto aceso,  
Vai a linda Dione furiosa;  
Não sente quem a leva o doce peso,  
De soberbo com carga tão fermosa:

[ ..... ]

(*Lus.*, II, 21)

É portanto de esperar que Camões use as personagens mitológicas em seu contexto alegórico e dentro da área semântica que lhe é própria. Razão por que estes pontos são de importância na análise da restituição textual.

A discussão, ora analisada, estabelece-se em quatro pontos de conflito, entrelaçados: um mitológico, outro semântico, um terceiro em torno do nome da personagem e, por último, um ecdótico, sobre a possibilidade de existência e tipologia de erros cometidos pelo autor ou pelos copistas.

A dúvida mitológica situa-se no tipo de divindade que está sendo tomada como alegoria no corpo da *Ode*, pois as duas leituras remetem diferentemente às *graças* (*Pasitea*) ou às *neréidas* (*Panopea*).

É fato que Camões adotou o modelo de Horácio, através de uma *imitatio combinatoria* de dois de seus poemas: *Diffugere nives [...] - IV,7* e *Solvitur acris[...] - I,4*. Nisto concordam Barbara Spaggiari, Leodegário A. de Azevedo Fº e Faria e Sousa. Considerando que Horácio utilizou-se da alegoria das *graças*, a disciplina estilística de época exige de Camões a manutenção das mesmas divindades na *imitatio* que buscava superar o modelo. Além disso, tanto em Horácio como em Camões, a presença poética das *graças* é confirmada na ação que lhes é própria: cantarem em coro formando o séquito de Vênus. Na Ode, as ninfas são três irmãs e andam nuas, ratificando o que se sabe das *graças*, como transmitido pela tradição mitológica sobre *essas divindades*. E isso dirime a dúvida sobre a natureza das entidades mitológicas a favor das *graças*. É, pois, prudente, seguir a orientação do erudito Faria e Sousa, que propugnou ser a personagem citada uma das três irmãs, conforme a lição do Ms. Juromenha, não citada por ele.

A segunda dúvida gira em torno do campo semântico em que a personagem construiu a alegoria. O texto da Ode esclarece que é numa área bucólica, na estação da primavera ou do verão, tendo o poeta ressaltado que as ninfas vão colhendo boninas e "a terra com o ligeiro pé tocando". *Aglaiá*, heterônimo de *Pasitea* e de *Pasifea*, é descrita em raras tradições mitológicas como esposa do disforme Vulcano (Hefestos). Parece haver aí uma associação entre o poder de fazer brilhar, inerente à ninfa, e as fontes materiais do brilho que são o fogo – o próprio deus atualizado – e os metais, sobre quem Vulcano detinha toda a soberania. Nas duas estrofes por onde a *graça* se desloca, também está Vulcano enredado por seus movimentos. A área semântica da alegoria é a terra, sob estação seca e luminosa, atapetada de flores; portanto, longe da úmida vizinhança típica de uma *neréida*. Está ela situada num espaço próprio da divindade que comanda o brilho e a luminosidade: no caso *Aglaiá*, *Pasitea* ou *Pasifea*, nomes que recebeu conforme a época e a região de culto.

A confusão semântica não é descabida. *Pasitea* é também nome de *náiade*, portanto, ligada à água. As *graças* são netas de Oceano e irmãs de um deus fluvial – Asopo, reforçando essa ligação. Sua mãe, Eurinome, foi atirada ao mar. Todos esses eventos reforçam a tangência com a água, que cerca as *graças*. Mas nem isso faz supor que Camões, conhecedor da mitologia, caísse em uma esparrela desse tipo, atribuindo às *graças* propriedades marinhas (aquáticas), como resultantes dessa fatalidade aquática que as

cerca, e estabelecendo assim uma proximidade semântica entre as *graças* e as *neréidas*.

A terceira dúvida refere-se ao nome da personagem que a tradição textual indica oscilar entre *Palistea*, *Panopea* e *Pasitea*.

Uma tradição manuscrita remete para *Palistea*: o manuscrito perdido citado por Faria e Sousa, de cujo testemunho não se pode duvidar, no dizer de Emmanuel Pereira Fº. Não é consignada nenhuma divindade com este nome. Talvez seja uma invenção do copista ou do próprio FS que, para sustentar a coerência com a paisagem mencionada, estendeu o nome de *Pales*, deusa romana campestre festejada com fogueiras em cerimônias realizadas em 21 de abril, atendendo à rima com a adição do sufixo *tea* = deusa. Para contornar suas dúvidas de mau leitor do texto em processo de cópia, inovou com *Palistea*.

Outra tradição, a do *Manuscrito Juromenha*, indica *Pasitea*, colocando no texto a *graça* com sua área semântica própria.

Finalmente a terceira, a do *Manuscrito Apenso (MA)*, aponta para *Panopea*, afastando-se do universo mitológico e da área semântica própria, pois introduz o nome de uma *neréida*. Seguida por *Rimas* (1598) essa direção foi rejeitada por Faria e Sousa, embora prestasse grande tributo às primeiras edições de *Rimas*, principalmente a de 1598, via Domingos Fernandes.

Neste ponto surge a quarta dúvida levantada entre as opiniões de Spaggiari e de Azevedo Fº. Como reconstituir o nome da personagem e extinguir a ambigüidade residente nas três tradições?

O contexto da Ode remete inequivocamente para uma *graça* ligada à área semântica da terra e da luminosidade, cujo nome inicia por *Pa* – concordância na primeira sílaba das três lições – e termina em *ea* – também concordância das lições, além de exigência rimática. Respeitante aos nomes, há alguns pares cujos significantes podem ser objeto de confusão por parte dos copistas e que se situam entre as *graças* ou opõe estas às *neréidas*. Os pares relevantes são:

- a) *Pasitea* (graça) – *Pasifea* (graça)
- b) *Pasífea* (graça) – *Pasiphea* (graça)
- c) *Pasiphea* (graça) – *Pasiphoe* (neréida)
- d) *Pasiphoe* (neréida) – *Panopea* (neréida)

É viável explorar as possibilidades desses pares investigando a eventual origem comum das variantes, com fundamento nas informações implícitas nos erros e seus processos de formação.

Com início em um autógrafo onde constasse *Pasitea*, ou apógrafo de copista que pretendesse garantir a fidelidade ao texto, teria sido criada uma nova opção *Pasifea*, nome menos comum da *graça* enfocada e, portanto, com menor probabilidade de ser conhecido pelos copistas. Ignorância que os levou a propor lições mais fáceis.

A paleografia ibérica, a crítica ecdótica e as observações feitas pelo autor do presente ensaio mostram que, amiúde, as variações de leitura correspondem a desvios semânticos, ortográficos ou de interpretação caligráfica, quando não de todos eles, atuando em sinergia. Isto para não enfatizar sempre e inutilmente o *lapsus calami* de origem obscura, porque inconsciente. No caso peculiar de *Pasifea*, as seguintes particularidades desviantes são plausíveis, com base nas ambigüidades encontradas nos manuscritos quinhentistas:

1) *Pasifea* > *Pasiphea*

Por "correção" que encaminha para a tendência de ortografia falsamente etimológica, aproveitando a deriva ortográfica então em vigor.

2) *Pasiphea* (*graça*) > *Pasiphoe* (*nereida*)

Por má leitura das duas letras finais surgida do entendimento *ea* = *oe*, pressupondo talvez que o original remetesse à mais conhecida *Pasiphae*, filha do Sol e mulher de Minos.

3) *Pasiphoe* > *Panopea*

Correção forçada onde o *si* foi tomado por *n*, o grupo *ph* por *op* e, finalmente, por indicação rimática o ditongo *oe* por *ea*.

4) *Pasitea* > *Pasifea*

Confusão de leitura que faz *f* = *t*, pois o *f* é às vezes um traço longo, um pouco inclinado, atravessado por pequena barra, enquanto o *t* é de construção similar com o traço vertical mais curto.

5) *Pasiphea* > *Pasistea* > *Palistea*

A transformação inicial originária de um grupo *ph* mal grafado cuja leitura desvirtua-o para *st* (ligados, grupos estes que se tornam bem semelhantes quando o *s* é alongado, dando lugar então a *Pasistea*. Tal vocábulo numa leitura subsequente poderia passar a *Palistea* por confusão entre o *s* inicial semilongo e verticalizado, fazendo-se passar por um *l* de traço simples e ligeira curvatura superior e neste caso ocorreria que *si* = *li*.

Disto tudo combinado advém a estrutura estemática conjectural proposta na Figura 1.

Essas ambigüidades dão origem aos erros, que, como atos inconscientes, fortuitos, motivados predominantemente pela interseção da letra com o significante, são fontes de informações específicas para a reconstituição textual.

A interpretação do percurso que vai de *Pasitea* a *Palistea* e *Panoepa* pode ser assim resumida: primeiramente a passagem *Pasitea* > *Pasifea* partiria de um copista que tivesse proposto de vez a área semântica das *graças* para evitar a confusão com as *neréidas*. Mas o nome causador da confusão das áreas semânticas deve ter permanecido no eco da tradição (oral?).

# Iniciando com *Pasifea* (O'), a contaminação erudita de um copista já mais tardio, do último quarto do século, teria alterado a ortografia para *Pasiphea* (A), trazendo um fator de perturbação pois o grupo *ph* não era de uso corrente, restringindo-se à presença de uma deriva ortográfica nos segmentos mais eruditos.

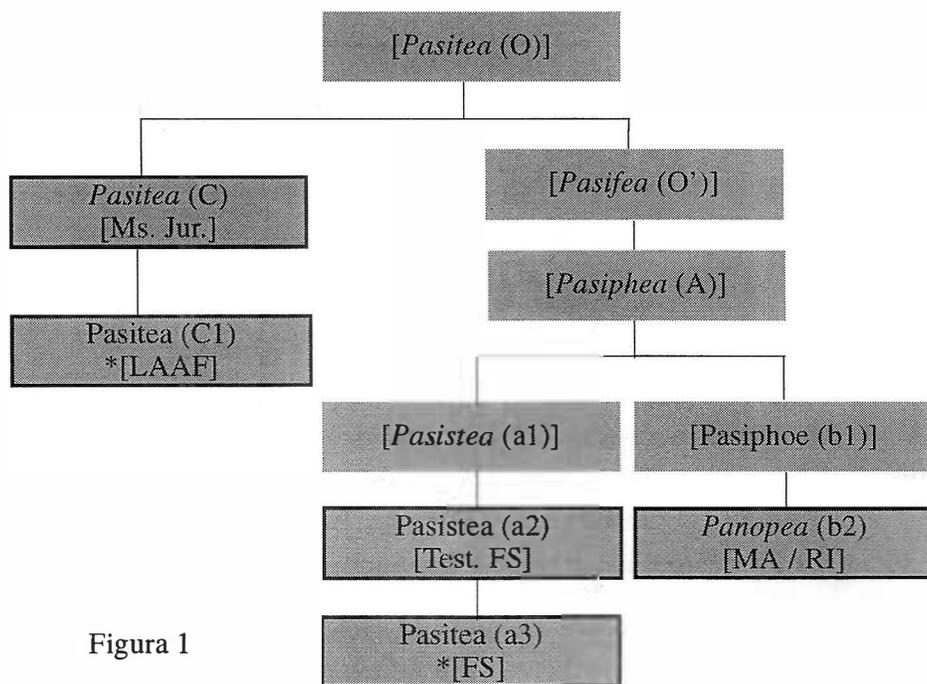


Figura 1

O – Autógrafo; O' – Arquétipo autoral ou apógrafo erudito ; A – Apógrafo que originou as tradições (a) e (b); C – Ms. Jur., oriundo das primeiras lições e mais próximo do arquétipo autoral, semântica e rimaticamente. Fixa, por essa proximidade, a variante original.

Figura 1 - Estema conjectural da evolução textual de *Pasitea* (original) até chegar às formas dos textos conhecidos. A não ser que se trate de variantes independentes, o que não cremos.

Nas *Regras* [...] de Pêro de Magalhães de Gândavo, não é mencionado o uso do *ph*, como já não falara sobre ele a *Gramatica* [...] de João de Barros. Tardamente em referência gramatical surgiu como achega etimológica na *Ortografia* [...] de Duarte Nunes de Leão numa comparação que sofisticadamente o autor apresenta as vantagens do som mais brando do *ph* grego sobre o F rasgado dos latinos (1983:59).

# A variante perturbadora *Pasiphea* (A) teria recebido má leitura que originou a transcrição caligráfica equivocada *Pasiphoe* (b1). Definiu-se aí o salto mitológico-semântico do ambiente das *graças* para o das *neréidas*.

# Os copistas seguintes "corrigiram" para *Panopea* (b2) e assim chegaram ao *Manuscrito Apenso* (MA) inaugurando a tradição tipográfica, pois, como provou Emmanuel Pereira Fº, MA é fonte de RI. Esta correção que abandona o grupo *ph* substituindo-o pelo *p* conciliou a exigência rimática com o mundo das *neréidas*, assumindo ser este o correto. Pretendeu o copista fidelidade semântica ao texto anterior, mas *Panopea* foi opção que não prosperou, apesar de constar de RI.

# Também começando em *Pasiphea* (A) teria havido uma cópia *Pasistea* (a1) da qual se originaria *Palistea*, encontrada no manuscrito testemunhado por Faria e Sousa. Este, ao fazer a edição crítica de *Rimas*, adotou a emenda *Pasitea* (a2) com a qual, mercê de um elevado conhecimento de mitologia clássica e excepcionalmente fora de sua tradição de mau remendão, fez a opção mais correta porque mais provável. De fato optou por uma lição mitologicamente mais fácil (uma *lectio facillior*).

# O *Manuscrito Juromenha* é reconhecidamente uma fonte que remete às lições mais primitivas do Poeta. A sua lição deve, pois, remeter-se a uma vista direta do autógrafo ou das primeiras cópias. Tomando o original *Pasitea* (O), não houve a confusão possível entre o *f* e o *t*, e o copista repetiu *Pasitea* (C), nome bem mais conhecido da *graça* e, portanto, um caso de cópia sem erro, coincidindo com o texto originalmente concebido. E esta foi a lição adotada por Azevedo Fº.

Os diferentes percursos estemáticos mostram que o fato de Faria e Sousa e Azevedo F<sup>o</sup> apresentarem a mesma reconstituição é coincidência. Deve ter sido mesmo um esforço, para este, adotar tal lição coincidente, pela má fama das emendas de Faria e Sousa cuja existência atrapalha, mais do que ajuda, na reconstituição dos textos. E LAF se baseia na lição do Ms. Jur. e não na leitura de FS.

Vale pois *Pasitea*.

O tipo da análise feita acima não deve ser entendido como proposta da adoção da lição *Pasitea*, pois esta já foi feita por Azevedo F<sup>o</sup> na sua reconstituição, que seguiu o *Ms. Jur.* E não é para se considerar desprezível que a precocidade do *Ms. Jur.* pareça indicar ter sido o mesmo calcado no autógrafo, reproduzindo fielmente da origem a própria versão inicial. Essa análise pretende aduzir argumentos e fatos que mostram que as fontes manuscritas disponíveis apontam para a eleição de *Pasitea* como sendo a correta. O mais são hipóteses infundadas.

Mas, nem sempre hipóteses são ociosas ou inúteis, já que entre as intenções do presente trabalho existe aquela de mostrar o quanto pode o crítico ser informado pelos erros. O erro não é algo que deve ser considerado um resíduo sem qualquer interesse para ser descartado simplesmente. Ao contrário os erros e suas tipologias são preciosas informações que auxiliam imensamente na crítica textual. Desse modo *Panopea* (b2) transmitida pela tradição MA / RI é tributária da ação destrutiva de erros de distintas naturezas, enquanto *Pasitea* (a2) é produto da contribuição construtiva dos diversos erros.

Em princípio, a letra textual, no dizer de Lacan, carrega sempre fatores latentes de perturbação que ocasionam fendas no texto – totalidade semiótica – por onde se expandem as pressões pré-conscientes ou inconscientes do copista, introduzindo novas letras diferentes: verdadeiras para ele copista, porém, erros perturbando a letra original. Pois falha o copista em seus atos, ou comete atos falhos (lapsos), como os descreveu Freud. E por isso a análise dos erros deve justamente buscar o modo de atualização dessas fendas, que são a pista essencial do texto cujo percurso é capaz de remeter à letra original.

No caso em pauta as fendas foram: a superposição de duas áreas mitológicas que apresentavam coincidências imaginárias – genealogias próximas, episódios marinhos, etc.; a mutabilidade do nome das ninfas, a proximidade de seus nomes e até a homonímia; a confusão entre duas regiões semânticas em torno de um mesmo nome – *Pasitea* – que é de *náiade* e de *graça*; a deriva ortográfica da época quando o uso do *ph* era alternativo ao uso do *f* nas palavras de origem grega, mas ainda pouco difundido; as

variações *usus calami* nas caligrafias do século XVI que tornavam ambíguos os pares de letras *flt, st* (ligados) / *ph, ea/oe, s* (alongado) / *l*, etc.

Considerando a complexidade do signo verbal, a sua leitura e reconstrução por um copista do século XVI implicava resolver três questões: a do significado, ligada à mitologia, à alegoria e ao modelo escolhido pelo poeta para objeto de sua imitação, para inclusão contextual adequada; a da letra, contornando as ambigüidades e derivas, para trazer à cópia um novo suporte material fiel ao texto; e a do significante, através de uma reconstrução adequada da imagem acústica e visual motivada pela letra. Da atualização dessas potenciais confluências triádicas de incertezas é que surgem as fendas, como falhas aparentemente aleatórias rondando os apógrafos. Entretanto elas são componentes mesmas do processo de cópia, o que faz da ecdótica uma técnica incorporada à crítica textual.

Quando o texto apresenta trechos intrincados surge uma alta probabilidade da ocorrência de fendas. Em cada uma das três questões, faz-se presente a imprudência dos calígrafos que grafaram o manuscrito fonte; a carência de repertório dos copistas, que muitas vezes introduzem "contribuições" as mais diversas, seja migrando da área semântica original, seja alterando significantes, ou mesmo reinterpretando letras originais; e, finalmente, as próprias dificuldades desses copistas na reconstrução do significante, para onde afinal vão convergir as falhas não conscientes. Da fenda emerge o erro que desvirtua a correta função poética proposta pelo autor, impedindo que o poema se realize plenamente em sua estrutura quaternária – letra, significado, significante e referência poética.

Com o espírito de aportar uma possível interpretação à existência das diversas variantes, como erros construtivos capazes de elucidar detalhes do original autógrafo, que se achou por bem apresentar esses subsídios. Para somarem-se aos argumentos e contra-argumentos expostos por Spaggiari, Azevedo F<sup>o</sup> e Faria e Sousa e reforçar a lição *Pasitea*.

Quem sabe aportando também mais graça à personagem foco de tão brilhante discordância?

Em outra oportunidade, trataremos das variantes *Oriente* e *Orizonte* (nos manuscritos sem h -inicial). Mas desde logo, vemos em *Oriente* (*lectio difficilior* muito provavelmente autêntica e exata) a lição preferível.

\*

## BIBLIOGRAFIA

- BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa (Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da viciosa vergonha)*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971. [Reprodução fac-similada]. Leitura, introdução e anotações de Maria Leonor Carvalhão Buescu - BAR.
- CAMÕES, Luis de. *Rimas várias*. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1972 [5 tomos, em 2 volumes, amplamente comentada por Faria e Sousa. Reprodução comemorativa do IV centenário da publicação d' *Os Lusíadas*, fac-similada da edição de 1685]. Nota introdutória do Prof. F. Rebelo Gonçalves. Prefácio do Prof. Jorge de Sena. (A Ode IX encontra-se no vol. 2, tomo III, p. 174 a 179) - FS.
- CHOMPRÉ, Mr. *Diccionario Abreviado da Fabula, para intelligencia dos poetas, paineis e estatuas, cujos argumentos são tirados da Historia Poetica*. Lisboa, Typ. de Antonio José da Rocha, 1836 [tradução portuguesa de original francês (de 1772 ?) J.(verbetes: AGLAIA, AGLAYA, ARISTEU, ASOPO, AUXO e HEGEMONE, CHARIS, CHARITES ou GRAÇAS, CLETA, CLOTHO, CLORIS, CYBELE, CYRENE, ERICTHONIO, EUPHROSINE, EURYNOME, GALATEA, GRAÇAS, HEGEMONE, JUNO, JUPITER, NAIADES, NISEA, NEREIDAS, NERINE, OCEANO, ORION, PANOPE ou PANOPEA, PASIPHEA ou AGLAIA, PASIPHOO, PHAENA, SATURNO, TETHYS, THALIA, THETIS, VENUS, VULCANO) - CHO.
- COMMELIN, P. *Nova mythologia greca e romana*. 5a ed. Rio, Garnier, [1921]. Tradução brasileira de Thomaz Lopes - COM.
- Dicionário de mitologia greco-romana*. 2a ed. São Paulo, Abril Cultural, 1976. [Diretor Editorial da la ed.: José Américo Motta Pessanha].(verbetes: AGLAIA, ARISTEU, AUXO, CARIS, CÁRITES, CIBELE, CIRENE, ERICTÔNIO, EUFROSINA, EURINOME, GRAÇAS, HIPNOS, JUNO, JÚPITER, NÁIADES, NEREU, NEREIDAS, OCEANO, ORIÃO, SATURNO TALIA, TETIS, VENUS, VULCANO) - DIC.
- FARIA, Ernesto. *Dicionário escolar latino-portugues*. Rio, MEC, 1955 (verbeta: PASIPHAËIA) - FAR.
- GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Regras que ensinam a maneira de escrever a ortografia da língua portuguesa*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981. [edição fac-similada da la edição]. Introdução e notas de Maria Leonor Carvalhão Buescu - GAN.
- LEÃO, Duarte Nunes. *Ortografia e origem da língua portuguesa*. Lisboa, Imprensa - Casa da Moeda, 1983. Introdução, notas e leitura de Maria Leonor Carvalhão Buescu - LEÃ.
- Mitologia*. 2a, São Paulo, Abril Cultural, 1976. 3 volumes. Direção editorial de José Américo Motta Pessanha - MIT.
- PEREIRA Fº, Emmanuel. *As Rimas de Camões. Cancioneiro ISM e comentários*. Rio de Janeiro, Aguilar; Brasília, INL, 1974. Edição póstuma preparada e organizada por Edivaldo Cafezeiro e Ronaldo Menegaz. Com fac-símile do Manuscrito Apenso ( MA ). [RI designa a 2a edição das *Rimas*, de Camões de 1598] - PER.
- SPAGGIARI, Barbara; PINILLA, José Antonio Sabio; AZEVEDO Fº, Leodegário A. de. *O Renascimento Italiano e a poesia lírica de Camões*. Niterói, EDUFF; Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1992 - SPG.
- SPALDING, Tassilo Orpheu. *Deuses e heróis da antigüidade clássica*. São Paulo, Cultrix; Brasília, INL, 1974 - SPL.

## OS SONETOS DE CAMÕES (ALGUNS DADOS ESTATÍSTICOS)

Antônio Geraldo da Cunha  
Fundação Casa de Rui Barbosa

**1. PRELIMINARES.** No primeiro trimestre de 1995, por sugestão do Prof. Evanildo Bechara, decidimos preparar o *Índice Analítico do Vocabulário dos 'Sonetos' da 1ª edição (1595) das 'Rhythmas' de Camões*, para comemorar o quarto centenário de sua publicação. Graças ao empenho do Prof. Bechara – a quem deixamos aqui consignados os nossos mais sinceros agradecimentos – e ao alto patrocínio do Real Gabinete Português de Leitura, do Liceu Literário Português, da Real Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V e da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, nosso *Índice* veio à luz nos primeiros dias de fevereiro de 1996.

**1.1** No curto prazo que fora estabelecido para a elaboração do nosso trabalho, não nos foi possível preparar um estudo sobre o aspecto quantitativo do vocabulário dos *Sonetos*. Vimos hoje, decorridos alguns meses da publicação do *Índice*, apresentar alguns dados estatísticos que nos pareceram pertinentes.

**2. DADOS ESTATÍSTICOS.** Tendo em vista que o texto dos *Sonetos* não nos permitiria desenvolver considerações muito objetivas sobre o aspecto quantitativo do seu vocabulário, dada a sua pequena extensão, registraremos, a seguir, apenas alguns dados que nos pareceram relevantes.

**2.1** Eleva-se a 5.431 o número total (N) de ocorrências vocabulares dos *Sonetos*, correspondente a 1.118 vocábulos (V) distintos. A frequência média ( $F = N / V$ ) é igual, aproximadamente, a 4,857.

**2.2** Na Tabela 1 indicamos o número dos vocábulos de frequência 1, os de frequência 2, os de frequência 3, etc., e o número de ocorrências vocabulares que corresponde a cada uma destas frequências. Assim, por exemplo, o consulente pode verificar que existem 585 vocábulos que se

documentam apenas uma vez cada um, totalizando 585 ( $585 \times 1 = 585$ ) ocorrências vocabulares; 189 vocábulos que se documentam 2 vezes cada um, totalizando 378 ( $189 \times 2 = 378$ ) ocorrências vocabulares, e assim por diante.

**Tabela 1**

$v_1$	f	$n_1$	$v_2$	f	$n_2$	$v_3$	f	$n_3$
585	x	1 = 585	3	x	19 = 57	1	x	46 = 46
189	x	2 = 378	2	x	20 = 40	1	x	47 = 47
84	x	3 = 252	1	x	21 = 21	2	x	48 = 96
55	x	4 = 220	2	x	22 = 44	1	x	57 = 57
22	x	5 = 110	3	x	23 = 69	1	x	60 = 60
31	x	6 = 186	1	x	24 = 24	1	x	68 = 68
30	x	7 = 210	2	x	25 = 50	1	x	70 = 70
13	x	8 = 104	3	x	27 = 81	1	x	72 = 72
16	x	9 = 144	3	x	28 = 84	1	x	82 = 82
9	x	10 = 90	1	x	30 = 30	1	x	85 = 85
7	x	11 = 77	1	x	33 = 33	1	x	89 = 89
8	x	12 = 96	1	x	34 = 34	1	x	93 = 93
3	x	13 = 39	1	x	35 = 35	1	x	103 = 103
4	x	14 = 56	1	x	36 = 36	1	x	119 = 119
4	x	15 = 60	1	x	39 = 39	1	x	147 = 147
4	x	16 = 64	1	x	41 = 41	1	x	150 = 150
2	x	17 = 34	2	x	42 = 84	1	x	172 = 172
3	x	18 = 54	1	x	44 = 44	1	x	270 = 270
1.069		2.759	30		846	19		1.826

$$V = v_1 + v_2 + v_3 = 1.069 + 30 + 19 = \mathbf{1.118}$$

$$N = n_1 + n_2 + n_3 = 2.759 + 846 + 1.826 = \mathbf{5.431}$$

$$F = N / V = 5.431 / 1.118 \cong \mathbf{4,857}$$

**2.3** Na tabela 2 indicamos, por ordem de frequência decrescente, os cinquenta vocábulos que se documentam um maior número de vezes nos *Sonetos*. Nesta tabela vão referidos os vocábulos (seguidos de sua classe gramatical, mas apenas quando houve necessidade de distingui-los de seus homógrafos) e o número de vezes que cada um deles ocorre nos *Sonetos* (isto é, a sua frequência absoluta:  $f_a$ ). Pareceu-nos conveniente indicar também, de dez em dez vocábulos, os cinco subtotais relativos à frequência absoluta de cada grupo, cumulativamente: do 1º ao 10º, do 11º ao 20º, do 21º ao 30º, do 31º ao 40º e do 41º ao 50º. Adiante de cada um dos subtotais foram indicados os percentuais de sua frequência absoluta, isto é, a relação entre o número de ocorrências desse grupo de vocábulos e o total de ocorrências vocabulares dos *Sonetos* ( $N= 5431$ ). Estes percentuais definem a frequência relativa:  $f_r$ . Assim, por exemplo, os 10 primeiros vocábulos mais frequentes correspondem a 24, 12% do total das ocorrências vocabulares do poema; os 20 mais frequentes correspondem a 34,43% , e assim por diante.

**2.3.1** Observe-se que os 50 vocábulos mais frequentes respondem, aproximadamente, pela metade de todas as ocorrências vocabulares ( $N= 5.431$ ) dos *Sonetos*. Este valor não constitui uma particularidade dos *Sonetos* de Camões, nem deve causar estranheza, pois é praticamente uma constante, a qual não se altera, substancialmente, em textos de diferentes épocas e de estilos totalmente diversos. Não deve causar estranheza também o fato de que entre os 10 primeiros vocábulos mais frequentes dos *Sonetos* só ocorra um *lexical* – o verbo *ser* –; todos os outros nove são *gramaticais*. Dos 50 vocábulos mais frequentes, 17 são *lexicais* e 33 *gramaticais*.

**Tabela 2:** Relação dos 50 vocábulos mais frequentes dos *Sonetos*, por ordem de frequência decrescente.

$v_1$	$f_a$	$f_r$	$v_2$	$f_a$	$f_r$
o <sup>1</sup> (a, os, as) <i>art.</i>	270		fazer	28	
que <sup>2</sup> <i>coni.</i>	172		olho	28	
de	150		como	27	
e	147		estar	27	
que <sup>1</sup> <i>pron.</i>	119		porque	27	
me	103		já	25	
não	93		querer	25	

v1	f <sub>a</sub>	f <sub>r</sub>	v2	f <sub>a</sub>	f <sub>r</sub>
em	89		haver	24	
ser <i>vb.</i>	85		alma	23	
do (da, dos, das)	82		quem	23	
1º subtotal	1.310	24,12%	4º subtotal	2.487	45,79%
se <sup>1</sup> <i>pron.</i>	72		vós	23	
no (na, nos, nas)	70		este (esta, ...)	22	
meu (minha, ...)	68		mal <sup>2</sup> <i>sm.</i>	22	
ver	60		saber <i>vb.</i>	21	
se <sup>2</sup> <i>conj.</i>	57		senhora	20	
a <sup>3</sup> <i>prep.</i>	48		seu (sua, seus,..)	20	
tão	48		assim	19	
com	47		quando	19	
ter	46		sentir	19	
amor	44		ao	18	
2º subtotal	1.870	34,43%	5º subtotal	2.690	49,53%
por <i>prep.</i>	42		v <sub>1</sub> , v <sub>2</sub> ⇒ vocábulos f <sub>a</sub> ⇒ freqüência absoluta f <sub>r</sub> ⇒ freqüência relativa		
um (uma, uns, ...)	42				
mas	41				
poder <i>vb.</i>	39				
mais	36				
o <sup>2</sup> (a os as) <i>pron.</i>	35				
vos	34				
vosso (vossa, ...)	33				
vida	30				
dar	28				
3º subtotal	2.230	41,06%			

2.4 Na Tabela 3 vão relacionados os 20 verbos, os 20 substantivos e os 20 adjetivos mais freqüentemente usados nos *Sonetos*.

**Tabela 3:** Relação dos 20 verbos, 20 substantivos e 20 adjetivos mais freqüentes dos *Sonetos*.

VERBOS		SUBSTANTIVOS		ADJETIVOS	
ser	85	amor	44	duro	12
ver	60	vida	30	grande	11
ter	46	olho	28	triste	11
poder	39	alma	23	claro	10
dar	28	mal	22	lindo	10
fazer	28	senhora	20	longo	9
estar	27	esperança	17	puro	9
querer	25	mundo	16	doce	8
haver	24	pena	13	alto	7
saber	21	bem	12	áspero	7
sentir	19	lembrança	12	contente	7
tomar	16	pensamento	12	formoso	7
viver	15	tempo	12	novo	7
perder	14	dia	11	vão	7
pôr	13	vista	11	belo	6
ficar	12	água	10	gentil	6
ir	12	mágoa	10	vivo	6
passar	10	parte	10	brando	5
tornar	10	dor	9	ditoso	5
andar	9	fogo	9	grão	5

3. COMENTÁRIOS. Cumpre assinalar que, dos valores estatísticos aqui apresentados, não se pode tirar conclusões definitivas, pois além da pequena extensão dos *Sonetos*, considerada do ponto de vista estatístico, não

dispomos ainda de um número suficiente de índices de freqüência para um estudo comparativo. De qualquer maneira, apenas a título ilustrativo, podemos confrontar os substantivos mais freqüentes dos *Sonetos* com os de *Os Lusíadas* (cf. IAVL) e com os da *Prosopopéia*, de Bento Teixeira, cujo *Índice Analítico* já foi por nós preparado, mas ainda se conserva inédito.

**Tabela 4:** Relação dos 10 substantivos mais freqüentes dos *Sonetos* de Camões, comparados com os 10 mais freqüentes de *Os Lusíadas* e os 10 mais freqüentes da *Prosopopéia*, de Bento Teixeira.

SONETOS	OS LUSÍADAS	PROSOPOPÉIA
amor	gente	mar
vida	terra	rei
olho	rei	reino
alma	mar	tempo
mal	água	céu
senhora	mundo	peito
esperança	céu	gente
mundo	reino	sorte
pena	peito	fama
bem	deus	parte

**3.1** Não nos cabe emitir um critério de valor sobre o paralelismo aqui estabelecido entre *Os Lusíadas* e a *Prosopopéia*, pois, como referimos acima, este confronto visa apenas a apontar as características diferenciais dos vocabulários dos dois poemas. Note-se, a propósito, que dos 10 substantivos mais freqüentes dos *Sonetos*, apenas 1 – *mundo* – ocorre em *Os Lusíadas*, enquanto que, na *Prosopopéia*, existem seis substantivos – *céu*, *gente*, *mar*, *peito*, *rei* e *reino* – que são também comuns a *Os Lusíadas*. A explicação desta aparente anomalia decorre do fato de que os *Sonetos* pertencem ao gênero lírico, enquanto que *Os Lusíadas* e a *Prosopopéia* são poemas épicos.

**3.2** Jorge de Sena, profundo conhecedor da obra de Camões, deixou numerosos estudos, quase todos redigidos em Santa Bárbara, na Califórnia, em março e abril de 1971, os quais foram reunidos num belo livro, intitulado

« Estudos sobre o Vocabulário de ‘Os Lusíadas’ », publicado postumamente, em 1982, em Lisboa, com uma Nota Prévia de Mécia de Sena e um Prefácio de Luís de Sousa Rebelo. Referindo-se à diferenciação entre os vocabulários de obras de estilos diferentes, observa o ilustre camonista, à pág. 21: “Porque, se o vocabulário de uma obra é característico de um autor *nela* (será óbvio que o vocabulário depende, também em grande parte, da natureza da obra e das intenções estilísticas do seu autor ao compô-la), e nos permite analisar o nível linguístico, mais ou menos refinado e peculiar, que o autor pretendeu realizar com ele, só verdadeiramente será característico e definidor um *índice analítico*, em que todas as ocorrências vocabulares sejam registadas e classificadas.”

3.3 Refere-se Jorge de Sena ao nosso *Índice Analítico do Vocabulário de ‘Os Lusíadas’* (o IAVL), cuja 1ª edição foi publicada em 1966. Com base nele, o grande camonista expendeu eruditíssimos comentários sobre algumas centenas de vocábulos, nos quatorze capítulos dos seus *Estudos*. São estudos que revelam, de par com uma fina sensibilidade no exame estilístico do Poema, um extenso conhecimento da obra camoniana, cujo vocabulário ele trata com perícia e rigor científico. Lamentando a inexistência de índices analíticos de outros autores do século XVI, Jorge de Sena volta a comentar, à pág. 23: « Claro que, para o comparativismo estilístico, continuamos limitados pela falta de um índice analítico do vocabulário do século XVI ».

4. CONCLUSÃO. Outros aspectos do vocabulário dos *Sonetos* poderiam ser aqui focalizados. Estávamos mesmo tentados a tratar de algumas questões relativas a este ou àquele vocábulo, a esta ou àquela variante, mas julgamos prudente adotar uma atitude cautelosa, não nos arriscando a emitir juízos precipitados. Nosso propósito neste artigo – repetimos – foi apresentar alguns dados estatísticos do vocabulário dos *Sonetos*, para ulterior confronto com os *índices analíticos* de outras obras que, como esperamos, venham a ser publicados. No Curso de Lexicografia que ministramos na Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado de São Paulo (USP), no primeiro semestre de 1996, e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no segundo semestre, mencionamos a importância da elaboração destes *índices analíticos*, entre outras tarefas urgentes para o desenvolvimento da nossa Lexicografia. Dado o interesse manifestado pelos mestrands, acreditamos que estes trabalhos venham a ser em breve publicados.

\*\*\*

## REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

DIALÉTICA, Revista de diálogo com a inteligência. Ano IV, nº 4, Maceió - AL, fevereiro 1997.

Esse o último número da revista cultural alagoana por nós recebido. É dedicado a João Ribeiro, "o polígrafo do polimorfo". *Dialética* é dirigida pelo Prof. Marcos de Farias Costa.

Apesar de dedicada primacialmente a João Ribeiro, consta ainda *Dialética* de uma parte especial de homenagem ao eminente poeta romeno Mihai Eminescu, com três artigos em que é interpretado (um deles do saudoso Vitorino Nemésio), e várias poesias suas, traduzidas para o português por Luciano Maia. Seguem-se poesias em várias línguas (devidamente traduzidas "Banco de tradução"): holandês, italiano, francês, inglês, alemão. Em *Poesia Desnuda*, a língua é o português; a destacar dois poemas: o do editor, Marcos de Farias Costa, e o da escritora Raquel Naveira, esta cantando *A língua portuguesa*, mais uma conta a engastar no colar que teve início com um dos príncipes de nossa poesia, Olavo Bilac. As últimas páginas são *In memoriam* (e não *In memorian*) do poeta Geraldino Brasil, falecido no ano passado.

*Dialética*, revista de real amor à cultura, que nos chega da mais que centenária tradição intelectual do Nordeste brasileiro, é publicação que merece apoio e incentivo em nossa desamparada grei de estudiosos do saber humanístico.

\*

FREITAS, Horácio Rolim de (1996). *A obra de Olmar Guterres da Silveira* (sua contribuição aos estudos das línguas portuguesa e latina), Rio de Janeiro, Metáfora Editora, 376 p.

Trata-se de uma recolta da obra esparsa do Prof. Dr. Olmar Guterres da Silveira, agora que, aposentado, "recolhido a casa e ao gabinete de estudos, livre de aulas e do relógio", como acentua muito bem o nosso colega Evanildo Bechara, em sua *Apresentação* do livro. A seleção coube ao Prof. Dr. Horácio Rolim de Freitas, mestre de alto nível universitário, que se desempenhou da tarefa com o critério e até a sutileza que a missão merecia. Como diz no *Prefácio*, "A contribuição do grande Mestre não poderia ficar

guardada em gavetas conhecida apenas por alguns privilegiados". É que Olmar, na sua conhecida modéstia, não timbrava em aparecer em letra de forma, julgava-se um *professor* e não um *autor*, cujos ensinamentos devessem transpor os limites do campus universitário. Obras realmente publicadas são apenas três, assim mesmo para cumprir exigência de apresentação de tese para concurso público. São as seguintes: *A Grammatica de Fernão d'Oliveira*, *Orações Subordinadas sem Conectivo*, *Prefixos e Não-Prefixos em Português*. Felizmente os seus amigos e colegas conseguiram fazer romper em certas ocasiões o casulo em que se mantinha, para usar uma imagem de mestre Bechara, de onde artigos em revistas especializadas, textos de conferências, comunicações em congressos, prefácios e coisas do estilo.

A presente obra divide-se nas seguintes partes: *Biografia*, *Cronologia dos Trabalhos*, *Sintaxe*, *Morfologia*, *Fonologia*, *História da Língua O Ensino do Idioma*, *Comentários Filológicos*, *Sociolingüística*, *Discursos*, *Palestras e Conferências*, *Prefácios*, *Traduções*, *Artigos e Crônicas*, *Contribuições para os Estudos de Língua Latina*, *O Filólogo Poeta*, *Tabula Gratulatoria*, *Agradecimentos*.

A dívida contraída pelos professores de Letras para com o professor Horácio Rolim de Freitas é irresgatável. O que fica fragmentado em trabalhos avulsos em boa parte perde-se no esquecimento. Fazer, porém, vir à tona da publicidade, em obra de conjunto, a obra valiosa de um Mestre da envergadura de Olmar Guterres da Silveira, e traçar-lhe o perfil, em linhas nítidas e fiéis, do cientista probo, do latinista, do cultor eminente da língua pátria, senhor de um cabedal de conhecimentos que lhe valeram a justa, justíssima homenagem que hoje se lhe presta. Obrigado Rolim de Freitas, Obrigado Mestre Olmar, pela *via aurea* que deixou vincada na emergente cultura lingüística brasileira.

\*

PÉCORA, Alcir (1994). *Teatro do Sacramento* (A unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira), São Paulo, EdUnicamp, 286 p.

Essa publicação de 1994 recobra a sua atualidade no ano em que se completa o tricentenário da morte da personalidade de maior projeção no seiscenismo português.

São os seguintes os capítulos do livro: 4º de uma Trindade Perfeita, Razão do Mistério, Oficina Universal, Armazém Divino, Compêndio de Maravilhas, O Reino do Vice-Cristo, Considerações Finais. Enriquece-o substancial bibliografia. Integra-o ainda longo Prefácio de João Adolfo Hansen e a Introdução do A.

A quem buscar o sentido unificante desta análise teológica, retórica e política da obra vieiriana, cremos poder encontrá-la nestas linhas finais da Introdução:

Tem-se tentado, muitas vezes, demarcar sermões mais doutrinários, sermões mais políticos, sermões mais proféticos, mas houve pouca tentativa realmente séria de investigar em que medida as questões doutrinárias incorporavam essas dimensões, a meu ver, inalienáveis entre si, no interior de um movimento axial privilegiado. A hipótese específica deste livro empenha-se justamente nessa direção. (p. 67)

*O Teatro do Sacramento*, no momento em que o pensamento e a ação do excelso jesuíta são mais uma vez exaltados e reverenciados, se vem mostrar poderosa contribuição brasileira para o louvor de quem entre nós se formou e se soube fazer igualmente brasileiro pelo que do seu gênio e de cuja fé cristã tanto recebemos.

\*

GONÇALVES, Magaly Trindade, AQUINO, Zélia Thomaz de & SILVA, Zina Bellodi: a) *Antologia de Antologias*: 101 poetas brasileiros "revisitados" (1995) São Paulo, Musa Editora; b) *Antologia de Antologias*: prosadores brasileiros "revisitados" (1996), São Paulo, Musa Editora.

O 1º vol. traz o prefácio de Alfredo Bosi; o segundo, o de Fábio Lucas, com apresentação de Plínio Doyle. Os 101 poetas percorrem um espaço cronológico que vai de Anchieta (1534-1597) a Mário Faustino (1930-1962); os prosadores se situam entre Anchieta (1534-1597) e Antônio Callado (1917-1996). Consta ainda o volume de uma Apresentação das autoras e de uma "Bibliografia utilizada inicialmente e suas siglas" (sete antologias).

No Prefácio, dá-nos o Prof. Bosi uma visão panorâmica das antologias mais em curso em nossos meios escolares, concluindo que "o texto clássico era, portanto, o texto antológico" (p. 25). Gostaríamos de ver incluída nas breves reflexões críticas do Prof. Bosi sobre antologias da língua portuguesa publicadas no Brasil, a elaborada pelo saudoso Mestre Clóvis Monteiro, cuja *Nova Antologia Brasileira*, talvez represente um marco dentro da perspectiva que o Prof. Bosi assumiu. Conclui o prefaciador com as seguintes palavras, onde põe em relevo o justo mérito intelectual e cultural das autoras:

Para tanto, uma antologia de antologias, como esta que aqui se apresenta, criteriosamente preparada por três professoras de idônea formação histórica e literária – Zina Bellodi Silva, Maria Magaly Trindade Gonçalves e Zélia Maria Thomaz de Aquino – pode ser o primeiro passo de uma jornada longa e difícil à qual só me cabe augurar a melhor das fortunas.

No Prefácio ao 2º vol., faz o Prof. Fábio Lucas, entre outras considerações felizes, esta da maior pertinência:

As três organizadoras desta *Antologia de Antologias* abrem um caminho novo aos estudos da literatura entre nós. Oferecem exemplos de como articular, no tempo e no espaço, um conjunto de escritores que retratam a expressão estética de sua época. (p. 24).

Juízo que subscrevemos prazerosamente.

\*

BERGO, Vittorio (1988). *Erros e Dúvidas de Linguagem*, 7ª ed., Rio de Janeiro.

Este livro do Prof. Bergo, nosso colaborador na seção "Na ponta da língua", publicada semanalmente em *O Mundo Português*, merece especial menção, porque o número de edições que já alcançou, num meio tão escasso de livros de elevado teor cultural, mostra não só o interesse que as lições nele contidas vêm despertando, mas também o que atualmente existe (na verdade esse espaço se tem restringindo muito ultimamente, dado, o jejum salarial a que está sendo submetido o público leitor) não é falta de clientes do saber, mas de publicações que possam realmente satisfazer esse apetite intelectual. Biografias no estilo "romance de aventuras", sensacionalismo barato, obras sem qualquer fundo científico, mas que se querem passar como tal, já não despertam o esperado interesse.

O trabalho do Prof. Bergo é fruto de laboriosa e constante dedicação ao ensino, onde o amor e o sólido conhecimento da língua pátria lhe têm valido o respeito e admiração dos colegas e o reconhecimento e aplauso de seus numerosos discípulos. Alguns poucos exemplos colhidos ao acaso: CLÉOFAS e não CLEOFAS e a correta pronúncia desse antropônimo, nome de um dos dois discípulos a quem Jesus ressurrecto apareceu no caminho de Emaús; CICLOPE e não CÍCLOPE, um dos ferreiros de Vulcano, gigante com um só olho no meio da testa, é palavra paroxítona e não proparoxítona; MAGÉRRIMO, falso superlativo de *magro*. A forma certa desse superlativo

culto é *macérrimo*, com base no radical do adjetivo latino *macer* "magro"; a formação vernácula *magríssimo* é a mais usada e igualmente integrada no padrão culto. Quisemos apenas salientar o valor e a pertinência dos ensinamentos do Prof. Bergo. Aliás bastante necessários a muitos redatores de nossa imprensa diária, apesar dos manuais de redação editados para o público interno.

\*

AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de (1996). *A Configuração do Real em Euclides da Cunha*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro. 115 p.

O trabalho é dedicado aos amigos do A. que o distinguiram com o Prêmio Machado de Assis, conferido pela Academia Brasileira de Letras, pelo conjunto da obra. Consta dos seguintes capítulos: Prólogo, O homem e a terra, A estrutura básica da obra, A luta do litoral contra o sertão, O valor literário de *Os Sertões*, Nota biográfica e referências bibliográficas, Bibliografia seletiva. Segue-se relação das principais obras do autor do presente estudo.

Em "A estrutura básica da obra", condena o A., como "distorção didática", a atitude anti-historicista [que] contraria os fundamentos da própria cultura literária brasileira", adotada em certos livros de comunicação e expressão em língua portuguesa (p. 36). Em "A luta do litoral contra o sertão", põe de relevo certos traços estilísticos da obra máxima de Euclides e conclui que *Os Sertões* "representam a derrota da ciência e a vitória da literatura" (p. 54). Já nas páginas introdutórias deixara escrito que "*Os Sertões* são uma espécie de prólogo do Modernismo, graças à totalização de recursos literários de que se valeu o seu autor, em estilo dramático e dionisíaco, por vezes angustiado e torturado, mas nunca medíocre" (p. 14).

O texto de que se utilizou e Prof. Leodegário é o da edição crítica da Prof. Walnice Nogueira Galvão, 1985.

Pela acuidade e conhecimento seguro dos modernos métodos de análise literária, o presente estudo se incorporou ao que temos de melhor para o valor estético e sentido antropocultural de um dos mais empolgantes livros de nossa literatura.

\*

CADERNOS DA CATÓLICA, Série *Letras*, ano 02, nº 03, julho de 1996. Departamento de Comunicação e Expressão da Universidade Católica de Brasília.

Contém o presente número três comunicações apresentadas por ocasião da IV Semana de Letras realizada de 20 a 24 de maio em Brasília, iniciativa de sua Universidade Católica. O evento teve por tema "Conheça Pessoa", de onde os assuntos versados nas supraditas comunicações, a saber: "Para começar a conhecer Pessoa: *o eterno estar no bifurcar dos caminhos*", da Prof<sup>a</sup> Sylvia Helena Cyntrão, da Faculdade de Letras da UCB, onde leciona Literatura Brasileira e Portuguesa, "Fernando Pessoa e o seu tempo", de Rui Rasquilho, Conselheiro Cultural da Embaixada de Portugal; "Brasil / Portugal: colonização e Exílio", de Lívila Pereira Maciel Cornélio Rosa, Prof<sup>a</sup> de Teoria da Literatura na Faculdade de Letras da UCB.

A Prof<sup>a</sup> Sylvia Cyntrão estuda mais de perto o poema *Mensagem*, do ortônimo Pessoa; o Conselheiro Rui Rasquilho faz um apanhado cronológico, numa perspectiva sincrônico-comparativa de acontecimentos relevantes, políticos, sociais, literários, entre Brasil e Portugal, durante a vida do Poeta; a Prof<sup>a</sup>. Lívila Rosa, mestra em Teoria Literária, aplica os seus conhecimentos em analisar o tema do "exílio" na literatura luso-brasileira, vindo de Camões até alcançar o poema-base de Gonçalves Dias, estendendo-se a Fernando Pessoa, Oswald de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Murilo Mendes, Chico Buarque de Holanda.

\*

AGÁLIA, revista internacional da Associação Galega da Língua, nº 45, primavera 1996.

Esta excelente revista galega, como se vê acima, adota, divergindo da forma usual de datação, um sistema original de fazê-lo, apelando para as quatro estações do ano, o que a converte numa publicação trimestral.

O presente número distribui-se nas seguintes partes: *Estudos, Notas, Documentação e Informação, Recensons e Correio*.

Os *Estudos* são como se segue: "Os últimos moicanos de Rondônia", por Vera da Silva e J. Henrique P. Rodrigues, e "Glossário do *Testamento de Estevo Peres*", por José Antônio Souto Cabo. As *Notas* são assinadas por Nemésio Barxa "Falsos, manipuladores e inimigos da língua galega"; Maria do Carmo Henríquez Salido "Dous países com língua descontrolada: a Galiza e o País Valenciano, justamente"; Carmen Lúcia Tindó Seco "Mar, memória e resistência na ficção do angolano Manuel Rui", e Alfred Wyler "Dialecto e língua padrom na Suíça de fala alemã". Numerosas são as documentações e informações (p. ex., a existência em Ourense de um Curso de língua e cultura portuguesa e outro de Galego-Português). As recensões são

quatro: "Engenharia da linguagem", por Óscar Diaz Fouces, e "Linguística para tradutores", também de O. D. Fouces; "Um mergulho místico na famosa cantiga da passarinha", por Luís Parga, e "Paz e liberdade, metas do amor tupi de Olga Savary", por Reynaldo Valinho Álvarez.

De números anteriores poderemos destacar o dedicado a homenagear Ernesto Guerra da Cal (Outono 1994), o que se ocupa com "As línguas e os Direitos Lingüísticos" (Outono 1995), o artigo de Eugenio Coseriu sobre "A língua literária" (Primavera 1995), o que não exclui as demais valiosas colaborações em cada exemplar dessa batalhadora AGÁLIA.

\*

BROCA, Brito, BARBOSA, Francisco de Assis & SENNA, Homero (1996). *Escritores de Guaratinguetá. Seleção e apresentação dos textos por Moacyr Limongi Moreira, Rio de Janeiro, ISBN.*

*Guaratinguetá* (correntemente *Guará*) é uma cidade do interior paulista, no Vale do Paraíba, a meio caminho entre e Rio e São Paulo. Não admira, pois, que se tivessem sentido atraídos pelo Rio de Janeiro, então capital do país, onde viveram e trabalharam (Assis Barbosa pertenceu à Academia Brasileira de Letras). Homero Senna foi, durante muitos anos Diretor do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa, cargo que exerceu com exemplar competência. Brito Broca viveu da e para a Literatura e, nesse sentido, a sua *A Vida Literária no Brasil* é um contraponto da sua própria vida. Trata-se de excertos de livros, artigos de jornais e revistas. De Homero Senna, diz o organizador ter dado preferência a artigos e ensaios ainda não enfeixados em livros. De Francisco de Assis Barbosa, "Um D. Quixote das Letras" é verdadeiro ensaio sobre o colega morto tragicamente Brito Broca. Do próprio Brito Broca cabe destacar "A decadência da boêmia" (por que não *boemia*, como em *orgia*, *madraçaria*, p.ex.; *boêmio/a* é quem nasce na Boêmia, e é um adj. e não um subst.). De Homero Senna, muito oportuna a reprodução do artigo "Um anarquista conservador", publicado no *Boletim de Ariel*, de saudosa memória.

Como diz Moacyr Limongi Moreira em sua "Apresentação":

É curioso que três jovens, nascidos na mesma cidade, em épocas diferentes, se tenham sentido atraídos pela Literatura e, dentro desta, pelo mesmo gênero: o jornalismo literário. É coincidência que merece registro e nos leva a pensar no mistério das vocações.

\*

CANIATO, Benilde Justo(1996). *A Solidão de Mulheres a sós*, São Paulo, Centro de Estudos Portugueses da USP, 94 p.

O presente trabalho é, na origem, tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, e agora sai em livro com alguns cortes e alterações.

Trata-se de uma análise literária de dois livros da escritora portuguesa Maria Judite de Carvalho: *As Palavras Pougadas* (1961) e *Os Armários Vazios* (1966). Foi orientadora da tese a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Helena Ribeiro da Cunha.

A análise tomou como ponto de partida a distinção de Tzvetan Todorov entre níveis da *história* e do *discurso* (a história apresenta-se *por e através* do discurso) e tem por objetivo a análise dos diversos mecanismos estruturais identificadores da presença da mulher em suas relações quotidianas, pelo quê e para o quê a A. procura detectar algumas significações oferecidas pelos textos (p. 15).

Consta o livro de uma parte introdutória "O escritor recria um mundo" e dos seguintes capítulos: "A janela fingida", "Ao sabor da memória", "Tecendo o espaço", "Juntando o tempo", "A consciência narradora" e "Arrematando os fios". Segue-se "Bibliografia". Do seu estudo, conclui Benilde Justo Caniato:

Extraíndo de temas corriqueiros as essências de suas criaturas, a Autora procura singularizar-lhes enganos e malogros pretéritos (re)vividos no presente. Por detrás de aparências, revelam-se suas frustrações no amor, na amizade, evadindo-se do mundo *em companhia* para, a *sós*, melhor apreender o sentido de suas vidas (85-86).

O tempo, e chamado *tempo axiológico* ou *interior*, é a grande sombra explicativa do novo (novela...) histórico, sob a forma de Passado, a angustiosa Presença dominante nas almas cruciadas dessas "Mulheres a Sós".

A parte da Bibliografia referente a "Obras Teóricas de Apoio" consta de 60 títulos, dos quais 34 de editoras brasileiras (originais e traduções, a maioria), assim distribuídos: São Paulo, 23; Rio de Janeiro, 7; Petrópolis, 3; Porto Alegre, 1.

Sílvio Elia

\*\*

*Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 109ª n. 1-6 (jan. - jun.). Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1991, 164 p.

Dentro do Sumário desta mais que centenária publicação, precioso repositório de trabalhos que se tornaram clássicos sobre língua e literatura portuguesa, está documentado artigo de Justino Mendes de Almeida sobre o conhecido lusitanista francês e sua atuação nos estudos camonistas, intitulado "*Robert Ricard, Camonista – considerações sobre a presença de Camões em Ceuta*". Outro artigo de interesse para a área de Letras é o da lavra de Arnaldo de Mariz Rozeira acerca de *navegação e entrada*. Para que o leitor possa ter idéia do amplo quadro de interesse cultural deste número do *Boletim* que foi gentilmente encaminhado à Redação de *Confluência*, transcrevemos a relação de artigos que o compõem, exclusive os dois já lembrados: "O Senhor de Monconys – século XVII" (Heitor Gomes Teixeira), "As linhas de cruzamento inter-regionais na Ásia: algumas redes de comércio" (Isabel Leonor da Silva Dias de Seabra), "Jovens timorenses em Portugal" (Helena Ventura Pereira), "Condicionalismo da guerra do golfo" (Carlos Augusto Fernandes), "V Centenário do decreto de expulsão dos judeus de Portugal" (Sam Levy), além das seções dedicadas a notícias e comunicações, atividades da Sociedade de Geografia de Lisboa, movimento da Biblioteca.

\*

*Revista Augustus* n° 2. Rio de Janeiro, Sociedade Unificada de Ensino Superior Augusto Motta, 1996, 73 p.

Com o apoio da Fundação Biblioteca Nacional (Min. da Cultura) sai este segundo volume da revista *Augustus*, cuja continuidade, graças a um grupo de abnegados dirigentes e professores da SUAM se vai impondo no cenário da cultura universitária do país, especialmente do Rio de Janeiro. Do Sumário deste número constam os seguintes artigos: "O barroco literário brasileiro" (Afrânio Coutinho), "A polidez e as línguas" (Evanildo Bechara), "Eça de Queirós e a estilística do romance" (Leodegário A. de Azevedo Filho), "No parque dos dinossauros ou do português ao latim" (José Ricardo da Silva Rosa), "A paz não é capitulação" (Rubem Medina), "Formação do Estado Brasileiro" (Otto de Alencar Sá Pereira), "O real sempre se revela" (Fábio Mário Iório), "As teorias do conto" (Ieda Mª P. da Fonseca de Oliveira), "Os ímpares do gozo" (Julia Hissa), "Possibilidade de transformação do homem e da sociedade" (José Maria de Souza Dantas), "A propaganda e seu charme" (Sérgio T. da Silva Telles), "Redação publicitária: o que faltava dizer" (Marco Aurélio Cidade), "O canibalismo simbólico do *Eu* de

Augusto dos Anjos" (Montgomery de Vasconcelos), "Inclua-me fora dessa et alii" (Amaury Jorio), "Pizinguim, Pizidin, Bexinguinha, Pixinguinha" (Agenor Ribeiro).

\*

Revista *Letras*, nº 45. Curitiba, Editora da Univ. Federal do Paraná, 1996, 168p.

Esta publicação do Curso de Letras da UFPR é das poucas revistas universitárias brasileiras que têm sabido vencer com galhardia os anos difíceis de magros recursos financeiros por que vem passando o ensino superior, e, sem perder a periodicidade e muito menos seu nível de excelência, chega, em nova fase, ao número 45. É tanta a afluência de colaboração nacional e estrangeira, que, apesar de ser anual, o Editor promete dois números para o ano de 1996, dos quais o presente é o primeiro. O Sumário divide-se em estudos literários, estudos lingüísticos, documentos e literatura e outras linguagens, terminando por uma relação da produção acadêmica na área de pós-graduação (nas qualificações de mestrado e doutorado). Compõem o primeiro grupo os seguintes artigos: "Aspectos da comicidade em *A vida e as opiniões do Cavalheiro Tristam Shandy Memórias Póstumas de Brás Cubas*" (Mail Marques de Azevedo), "Bordes, límites y fronteras: notas sobre los viajes en Mansilla, Saer y Aira" (Nancy Fernández Della Barca), "La joven narrativa Argentina de los 90 – ¿nueva o novedad?" (Edgardo H. Berg), "Questões de gênero literário no *Satyricon*" (Alessandro Rolim de Moura), "Mezzo bestia e mezzo uomo: César Bórgia, Don Juan e os saraus de subúrbio" (Benito Martínez Rodrigues). No grupo dos estudos lingüísticos: "O sujeito sujeito" (Geraldo Mattos), "Ático e Koiné: problemas na abordagem sociolingüística de uma área dialetal do grego antigo". Na seção Documentos, "O teatro em Curitiba no período de 1961 a 1970 II" (Marta Morais da Costa, Marcelo Franz e Edson Hennings) é a segunda parte de uma pesquisa de longo prazo; a primeira está publicada no n. 44 da mesma Revista, em 1995. Na seção Literatura e outras linguagens, Marcelo Sandmann, "Algumas canções em Curitiba", dá-nos conta da recente produção de música popular em Curitiba e analisa três novas canções que têm por tema essa bela cidade.

\*

*Estudos Portugueses* nº 6. 150 anos de Eça de Queirós. Recife, Associação de Estudos Portugueses Jordão Emerenciano – Universidade Federal de Pernambuco, 1996, 141 p.

Na operosa presidência de José Rodrigues de Paiva chega este importante veículo da cultura portuguesa ao 6º número, número temático em torno da passagem dos 150 anos de Eça de Queirós. Nele se inserem onze artigos assinados por conhecidos e competentes estudiosos da obra do autor de *A Ilustre Casa de Ramires*. Como disse com razão o presidente nas palavras iniciais que introduzem este número de *Estudos Portugueses*, tais estudos "representam os inúmeros mananciais temáticos ainda possíveis de estudar, mesmo num escritor de obra centenário – mas de espantosa atualidade e inegável frescor estético –, como representam, também, a pluralidade de caminhos que orientam o pensamento dos colaboradores que tornaram possível a edição deste volume" (p. 9). Do Sumário constam os seguintes artigos: "Eça de Queirós e o Romantismo" (Carlos Reis); "Função da geografia real do mundo romanescos de Eça de Queirós" (A. Campos Matos); "O artesão da escrita – revelações da correspondência queirosiana" (Beatriz Berrine); "Dos temas obsessivos aos mitos pessoais: A tragédia da Rua das Flores" (Nelly Novaes Coelho); "A reconstituição da identidade e de um destino nacionais: uma leitura de *A ilustre casa de Ramires*" (Sônia Prieto); "Eça de Queirós e a crise do nacionalismo" (Cláudio Aguiar); "Eça de Queirós por Machado de Assis: uma leitura dos romances *O Primo Basílio* e *O Crime do Padre Amaro*" (Arno Márcio Tenório Vieira); "Consciência crítica de Eça de Queirós: leitura pinçada em *A Relíquia* e outros textos" (Lindinalvo A. de Almeida); "Uma leitura freyriana de Eça de Queirós" (Dagoberto Carvalho Jr.); "As páginas brasileiras de Eça de Queirós" (João Alves das Neves); "Breve notícia sobre a recepção de Eça de Queirós no Recife" (José Rodrigues de Paiva).

Termina o volume a seção *Noticiário*, que nos dá conta das atividades culturais (jornada, conferências, selo comemorativo, inauguração de busto no Recife, na Praça Eça de Queirós, revista *Encontro* do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco), realizadas em várias cidades do Brasil.

Enriquece o volume uma série de excelentes retratos do escritor homenageado.

\*

*Anuário da Academia Cearense de Ciências, Letras e Artes do Rio de Janeiro*. Ano XI, nº 8. Rio de Janeiro, Casa do Ceará, 1996, 113 p.

O presente número assinala o final da administração Francisco Silva Nobre que presidiu, com eficiência e operosidade, por seis anos, a ACLARJ. Após as páginas iniciais "À guisa de relatório", o *Anuário* encerra as seguintes colaborações: "Atualização da axiologia" (Magdaleno Girão

Barroso); "Filosofia do Direito" (Luís Ivani de Amorim Araújo); "José de Alencar, o político" (Agenor Ribeiro); "Lembrando Braga Martins" (Antônio Nunes Malveira); "Depoimento: o Prof. Rocha Lima" (A. N. M.); "Um périplo cearense" (Pe. Francisco Arraes Alencar); "O centenário de Waldeimar Falcão" (José Bonifácio Câmara); "Brioso filho de Ipu – Francisco Magalhães Martins (F. Silva Nobre); "O concerto sinfônico do universo" (Gonçalo Ferreira da Silva); "Centenário de Mestre Chico" (Osmar Cavalcante). Poemas: "Desperta, Brasil" (José Augusto de Oliveira); "Castro Alves" (Antônio Justa); "O amor e a flor"; "Como vai você? / Insônia" (Tehil Gaspar); "Ordem e Progresso" (F. Silva Nobre); "Realização"; "Sozinho" (Andálio Gomes Alves); "Jerusalém 3.000 anos"; "Uma prece"; "Lembranças" (Maria Heller).

Fazemos votos de que o próximo corpo diretor da ACCLARJ prossiga com o mesmo entusiasmo o percurso das administrações anteriores.

\*

*Gragoatá*. Revista do Instituto de Letras. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 1996, 224 p.

Retomando tradição de suas revistas de Letras, o Programa de Pós-Graduação em Letras da UFF, com apoio do CNPq, inicia, no 2º semestre de 1996, em excelente apresentação gráfica, uma trajetória que esperamos duradoura, com o título, tão ligado ao seu campus universitário, *Gragoatá*, debaixo do tema *A condição pós-colonial*. A rica e ampla temática se espriaia pelos seguintes artigos, além da Apresentação da Profª Eurídice Figueiredo, presidente do Conselho Editorial que, nas palavras introdutórias, resume a intenção do volume: "Este número recobre as principais literaturas das quatro línguas de colonização, com clara preeminência do português da literatura brasileira, mas que inclui também a literatura africana, além do francês do Canadá e das Antilhas, do inglês da África do Sul e dos chicanos nos Estados Unidos, do espanhol dos mesmo chicanos e de Borges. Irrompendo na modernidade sem a maturação das literaturas européias, nas palavras de Edouard Glissant, as literaturas pós-coloniais buscam suas raízes, rastreiam o passado rasurado por uma história sobredeterminada pelo etnocentrismo, ao mesmo tempo que se colocam de imediato no presente, no pós-moderno e na globalização". Artigos: "La razón postcolonial: herencias coloniales y teorías postcoloniales (Walter Mignolo); "Atração do mundo – Políticas de Identidade e de Globalização na moderna cultura brasileira" (Silviano Santiago); "Queremos a revolução caraíba – identidade cultural e construção discursiva" (Lúcia Helena); "Discurso e história: colonização e heróis

nacionais" (Diana Luz Pessoa de Barros); "Línguas crioulas em perigo: o exemplo da língua *kristang*" (Pierre Guisan); "Jogo de cabra cega" (Laura Cavalcante Padilha), "Dis-covering gender in the new world: the sexual politics of conquest in Early Modern America" (Pedro Fonseca e René R. Garay); "Canadá e Antilhas: Línguas populares, oralidade e literatura" (Eurídice Figueiredo); "Identidade cultural numa perspectiva pós-moderna" (Maria Lúcia Fernandes Guelfi); "Borges e eu" (Cláudia Neiva de Matos); "Foe's answer to Robinson Crusoe: Coetzee's postcolonial text" (Thomas Bonnici); "Desestabilizando o "discurso competente": o discurso hegemônico e as culturas híbridas" (Sonia Torres); "Tempo e discurso em *Memórias* de um sargento de milícias" (Luís Filipe Ribeiro); "A palavra do magnífico – paixão e carnaval: o biscateiro e o contador de histórias –: uma leitura da narrativa de Patrick Chamoiseau" (Magdala França Vianna); "Palabra y memoria en Alencar" (Silvina Carrizo).

Está prometido como 2º número um volume que tratará do ensino da língua e da literatura.

\*

*Filologia e Lingüística Portuguesa* – 1. São Paulo, Humanitas Publicações – FFLCH / USP, 1997, 220 p.

Retomando antiga tradição de revistas nesse campo de estudos, é com grande satisfação que recebemos o número 1 de *Filologia e lingüística portuguesa*, vinculada ao Programa de Pós-Graduação da Área de Filologia e Língua Portuguesa da USP, vinda a lume graças à tenacidade dos colegas que integram os órgãos administrativos e a comissão editorial, apesar das dificuldades de toda sorte por que sofrem as instituições universitárias brasileiras. Prometida com aparição anual, a revista "tem por objetivo divulgar artigos, pesquisas em andamento, resenhas, notícias bibliográficas e outras informações relevantes", acolhendo ainda, "a produção de pesquisadores, tendo por temática aspectos teóricos e aplicados que versem sobre a língua portuguesa".

Deste número especial constam os seguintes artigos: "Lingüística e Filologia. O eterno debate" (E.F. Konrad Koerner); "O paradigma e a vivência: a busca de identidades" (Maria Leonor Carvalhão Buescu); "O léxico do Português: perspectiva geral" (Mário Vilela); "Epifânio Dias e Eça de Queirós" (Evanildo Bechara); "O latim *gratus* e seus derivados e compostos no vocabulário português" (Antônio Geral da Cunha); "Filologia Bandeirante" (Ma. Antonieta de M. Cohen, Ma. Sueli Aguiar, Manoel Mourivaldo S. Almeida, Waldemar F. Netto e Heitor Megale); "História das idéias lingüísticas: gramáticos e ortógrafos portugueses dos séculos XVI e XVII"

(Leonor Lopes Fávero); "Língua falada e gramaticalização" (Ataliba T. de Castilho); "Um caminho para o estudo dos pronomes" (Mirta Groppi); "Repetição e significado poético: o desdobramento como fator constitutivo na poesia de F. Gullar" (Guaraciaba Micheletti); "A *Gramática descritiva* de Maximino Maciel" (Lygia Corrêa Dias de Moraes); "Estratégias conversacionais na sátira trovadoresca galego-portuguesa" (Angela C. Souza Rodrigues). Seguem-se resenhas ao livro de Livia Suassuna *Ensino de língua portuguesa: uma abordagem pragmática* (Maria Helena da Nóbrega) e da publicação coletiva da Associação Portuguesa de Lingüística, de Lisboa, intitulada *Variação lingüística no espaço, no tempo e na sociedade* (Sílvio de Almeida T. Neto). Encerra o volume uma parte dedicada a *Notícias* e as *Normas para os colaboradores*. Formulamos à FLP existência duradoura e muito sucesso na campanha em prol do estudo, do ensino e da divulgação da língua portuguesa.

\*

*Voz Lusíada*. Revista da Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes, nº 7 e 8. São Paulo, ALCL, 1997, 189 p.

O presente número de *Voz lusíada* procura estar presente às manifestações que este ano se vão prestar à notável figura do mundo luso-brasileiro, o Padre Antônio Vieira, na passagem do 3º centenário de sua morte. Assim é que sobre o oratoriano saíram os seguintes estudos, assinados por excelentes conhecedores da vida e da obra vieirina, introduzindo-os uma carta do jesuíta escrita em Haia, em 1648, ao Marquês de Niza, embaixador de Portugal em Paris: "Encobertos e desejados: a figura messiânica nas obras do Pe. Antônio Vieira" (Flávio de Campos); "Pe. Antônio Vieira, a restauração e suas missões diplomáticas" (Dúlio Crispim Farina); "Pe. Antônio Vieira: bibliografia – obras localizadas na Biblioteca Mário de Andrade" (Rizio Bruno Sant'Ana); "Padre Vieira no Maranhão" (Ives Gandra da Silva Martins), "Para ler Vieira" (Antônio Soares Amora); "A influência de Antônio Vieira na obra de Fernando Pessoa" (João Alves da Neves). Integram ainda o volume os artigos: "Camilo Pessanha e Fernando Pessoa" (Paulo Franchetti); "O Colégio Português de São Paulo" (Manuel Soares Póvoas); "Homenagem ao David Mourão-Ferreira" (Pedro Ribeiro de Menezes); "Três grandes poetas da geração 45" (Geraldo Vidigal); "A inscrição e a *Clepsidra*: uma leitura da poesia de Camilo Pessanha" (Maria Helena Nery Garcez) e "Ciranda de Machado de Assis" (Mariazinha Congílio). Enriquecem este número de *Voz lusíada* poemas de Paulo Bomfim, Rui Rasquilho, Tereza Rita Lopes, Betty Vidigal e Rui Pereira e Alvim, seguidos de Noticiário e relação dos acadêmicos efetivos, honorários e correspondentes da Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes.

\*

LOPES, Carlos Alberto Gonçalves. *A Intensificação no Português: o Intensificador e sua Expressão*. São Paulo, Ed. do Autor, 1992/1996, 151 p.

Trata-se de dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da FFLCH da USP, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Nilce Sant'Anna Martins, em 1992 e editada às expensas do Autor em 1996. Partindo da necessidade de distinguir intensificação e quantificação, conceitua "o grau como um taxema portador de características próprias, não susceptível de se identificar com a intensificação ou com a superlativação", e, assim, o situa na escala gradativa. Repartindo-se por oito capítulos, esta dissertação "pretende oferecer uma visão panorâmica, sistemática e coerente sobre um assunto que, apesar de muito estudado (...) não mereceu, até aqui, um estudo suficientemente amplo e sistematizado (...)" (p.6).

Embora reconheça o A. que não esgotou o assunto, estamos diante de um trabalho sério, bem encaminhado no seu propósito de pesquisa e que oferece boa orientação dos fatos descritos, suas modalidades e funções.

\*

*Discursos n° 13*. Estudos de Língua e Cultura Portuguesa. Coimbra, Universidade Aberta, 1996. 205 p.

Continuando sua operosa atividade, a revista *Discursos*, órgão da Universidade Aberta e do seu Centro de Estudos da Língua e Cultura Portuguesa, sob a competente orientação de Carlos Reis, chega ao n° 13, com estudos em torno do tema Literatura – Nacionalismos – Identidade, coordenado por Paulo de Medeiros, do Bryant College (Rhode Island, Estados Unidos). Deste número constam os seguintes estudos: Introdução: "Em nome de Portugal" (Paulo Medeiros); "Identidade e discurso ideológico" (Carlos Reis); "Identidade(s)" (Dionísio Vila Maior); "Continentes negros com nome de Portugal: o 'feitiço' colonialista de Maria Archer" (Ana Paula Ferreira); "Memória pública e discurso oficial: visões da época salazarista na obra de Irene Lisboa, José Saramago e Mário Cláudio" (Ellen W. Sapega); "Resistência, espaço e utopia em *Memorial do Convento*, de José Saramago" (José N. Ornelas); "Rememorar e futurar ou a invenção da pátria" (Isabel Pires de Lima). Segue-se uma profusa bibliografia elaborada por Paulo Medeiros subordinada ao tema "Nacionalismo, identidade, literatura", um documento de trabalho sobre "Misturas e compostos ou a construção da identidade", de Rui Soares, e termina com notícias bibliográficas e acerca de atividades e eventos culturais e artísticos no âmbito dos temas ligados às atividades e interesses da comunidade lusófona.

\*

*Quaderni di filologia e lingue romanze*. Terza serie, nº 11. Macerata-Roma, Università di Macerata, 1996. 285 p.

Sob a competente direção da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Giulia Mastrangelo Latini, titular da cátedra de Filologia Românica, vem anualmente a Università di Macerata enriquecendo a bibliografia românica com a publicação dos seus *Quaderni*, agora no número 11. Infelizmente, apesar de a Itália ter sido sempre um berço de estudiosos de língua e literaturas de língua portuguesa, têm sido poucos os artigos sobre estes temas. Mais feliz tem sido o espanhol que, neste número, é contemplado com vários estudos, como veremos a seguir. Consoante uma larga tradição da romanística na Europa, o francês e o italiano antigos estão no grande centro de interesse dos pesquisadores. Constam do presente número oito interessantes artigos e duas breves notas, que vêm em último lugar: "Una nuova redazione in versi della *Leggenda di Santa Margherita* secondo il manoscritto Trotti 502 della Biblioteca Ambrosiana" (Luigi Banfi); "L'abbigliamento del cavaliere nei romanzi di Chrétien de Troyes" (Roberta Corradetti); "I personaggi de *La leyenda de los Infantes de Lara* nelle *Crónicas*" (Patrizia Micozzi); "L'etimologia di Catalogna: a proposito di alcune considerazioni di Giulio Bonfante" (Clara Ferranti); "Spigolature d'archivio per il Duomo di San Gimignano: dalle origini al Quattrocento" (Carlos Alberto Cacciavillani); "*El sombrero de tres picos*: un sodalizio delle arti nel segno di Diaghilev" (Paola Galti); "Apuntes al margen de una traducción" (Emilietta Panizza); "Observaciones acerca de la Greguería de Ramón Gómez de la Serna" (Sonia Ricci); "Giuliano Bonfante in Spagna" (Diego Poli) e "Sulla scia de El cisne di Delmirqua Agustini: breve riflessione di lettura temática" (Lucrecia Porto Bucciarelli).

\*

VICENTE, Gil. *Triomphe de l'Hiver & du Printemps* (Triunfo do Inverno & da Primavera). Edition critique, introduction, traduction française & notes de Paul Teyssier. Paris, Editions Chandeigne, 1997. 189 p.

Às vésperas de encerrar este número da *Confluência* chega-nos às mãos este livro, com apresentação de muito bom gosto e que vem fadado a sucesso garantido, graças à erudição de Paul Teyssier, profundo conhecedor de Gil Vicente, autor de um clássico insuperável (*La Langue de Gil Vicente*), a cuja erudição e fino talento de pesquisador muito devem a língua e as literaturas de língua portuguesa. Para dedicar ao livro a atenção que merece, reservar-lhe-emos resenha no próximo número desta revista.

Não poderemos, entretanto, deixar passar em silêncio o empenho das Editions Chandeigne na divulgação de textos de viagem (collection *Magel-*

lane), de textos da literatura portuguesa e espanhola (Série *Lusitane*). Da primeira temos, entre outros, *Histoires Tragicomaritimes*, *Voyage d'Eustache Delafosse*, *Esclave à Alger*, *Traité de Luís Fróis* (1585), *Chronique de Guinée* (1453), *Voyages en Afrique Noire*, *Le Voyage de Gonneville* (1503-1505), *La Destruction des Indes*, *Les Voyages de Vasco da Gama*, *Le Brésil d'André Thevet*.

A série *Lusitane*, a que pertence o recente livro de Paul Teyssier, inclui mais três textos de Gil Vicente (*La Plainte de Maria la Noirande* a cargo de Teyssier; *Le Jeu de l'Âme* suivi par *Le Jeu de la Foire*, a cargo de Anne-Marie Quint e *La Farce des Muletiers*, a cargo de Olinda Kleiman, os dois últimos de aparição iminente), *Les Maias*, de E. de Queirós (p. Teyssier), *Faust suivi de La Mort du Prince*, Fernando Pessoa, a cargo de Patrick Quillier; *Le Retour du Mort*, Suleiman Cassano, a cargo de Annick Moreau e Isabel Vale Ferreira; *Histoire du Portugal*, de Albert-Alain Bourdon; *Histoire du Brésil*, de Frédéric Mauro; *Histoire de l'Afrique Lusophone*, de Armelle Enders; *Camões: L'Oeuvre Épique et Lyrique*, de George Le Gentil; *Récits & Nouvelles des Îles du Cap-Vert-Claridade*, a cargo de Michel Laban, entre outros títulos.

Evanildo Bechara

\*\*\*

## RESENHAS CRÍTICAS

VOGT, Carlos & FRY, Peter, 1996. *Cafundó* (A África no Brasil), São Paulo, Companhia das Letras.

O primeiro capítulo do livro intitula-se "A 'descoberta' do Cafundó". Trata-se de um 'bairro rural', situado no município de Salto do Pirapora, a uns 150 Km da cidade de São Paulo, composto de moradores de origem predominantemente negra (p. 15). "Cerca de oitenta pessoas vivem no bairro"(p. 16). O Cafundó foi 'descoberto' em 1978." Tornado visível pelos interesses da ciência e dos meios de comunicação de massa, o Cafundó passa logo a ser objeto de disputa quanto a seu copyright" (p. 16). "Ao Cafundó acorreram jornais e revistas dos mais representativos de país: *O Estado de S. Paulo, Jornal da Tarde, Folha de S. Paulo, Veja, Isto É* entre outros. Em matéria de televisão, a *Rede Globo* lá esteve mais de uma vez e mais de uma vez o Cafundó foi notícia do *Fantástico*" (p. 16-17). "Assim, sempre esteve presente no noticiário o tema da 'língua africana' associado ao tema da propriedade da terra. Essa associação nada tinha de inocente e fôra veiculada por nós mesmos, pesquisadores, enquanto portadores de ideologia de resistência cultural e política" (p. 17). "... mas o que realmente nos movia era o desejo de ver incorporado na defesa do Cafundó [na questão da propriedade das terras] o Movimento Negro Unificado (MNU), fundado fazia pouco tempo, no dia 7 de julho do mesmo ano" (p. 18). "Num e noutro caso obedecíamos ao mesmo impulso ideológico: a crença de que o Cafundó era um símbolo de resistência negra, cujo alcance político, ainda que legitimasse nosso trabalho acadêmico, o ultrapassava" (p. 18). "Não se pretende que este relato tenha, nem de longe, a isenção de um narrador borgeano: a defesa de nossos interesses acadêmicos esteve freqüentes vezes encoberta pelo nosso 'apadrinhamento' do Cafundó" (p. 19-20).

Em 12 de setembro de 1980, o etnólogo, musicólogo, lingüista e poliglota austríaco Gerhard Kubik proferiu na Universidade de São Paulo uma conferência sobre o tema 'Cafundó', na qual chegou a sugerir que "os falantes do Cafundó são impostores na medida em que intencionalmente procurariam fraudar es ouvintes não iniciados na sua 'língua'." (p. 22). Prosseguem os autores na configuração de sua posição teórico-ideológica em face da 'descoberta': "Constatar a 'sobrevivência' de uma 'língua africana' é algo que *em si* tem um sentido político importante. Aponta para o fenômeno de 'resistência cultural'" (p. 25). "Essa concepção de cultura leva

a ver os 'africanismos' no Brasil como sintoma de uma certa pujança metafísica das culturas africanas" (p. 25).

Vê-se sem esforço que o impulso maior que levou os autores à pesquisa do objeto de sua "descoberta" foi a militância em prol da "resistência cultural", de que Cafundó seria figura emblemática. E, dentro dessa visão de uma africanidade resistente no Brasil, é que avultaria a quase diríamos heróica preservação de um falar ("língua") africano.

2 - No capítulo inicial do presente volume, de que vimos de extrair algumas transcrições, fazem os autores várias referências às suas preocupações com a 'língua' africana do Cafundó. A importância que dão a esse estudo ressalta, p. ex., das seguintes linhas: "Assim, a 'língua' pode ser vista não só como um sinal diacrítico que demarca simbolicamente a comunidade do Cafundó, mas também como um elemento importante nas interações sociais dentro e fora do grupo" (p. 26-27). Contudo não é essa língua materna do grupo e sim o português. É o que está, p. ex., na p. 27: "O português, língua materna da comunidade, é, desse ponto de vista [necessidade de comunicação], muito mais eficiente". E ainda: "Assim, além do papel de língua secreta que os moradores do Cafundó conscientemente lhe atribuem, além da função ritual, menos aparente, que nós pesquisadores lhe reconhecemos, há este outro papel – o de mercadoria – instituído independentemente da vontade e do entendimento de uns ou de outros em particular, mas no interior de sua relação" (p. 34).

Qual, porém, a posição desse falar no quadro das línguas africanas? Respondem-nos os pesquisadores: "agora no Cafundó, p.ex., podemos constatar perante os cétricos que a maioria das palavras da 'língua' são *de fato* de origem banto" (p. 24). Aqui os autores limitam-se ao léxico, onde identificam *maioria* de origem banto, o que é provável. E dizemos 'provável', porque, como se sabe, desde pelo menos Nina Rodrigues, duas foram as línguas africanas mais generalizadas no país: "o nagô ou iorubá na Bahia, o quimbunda ou a conguesa no norte e no sul. Come se vê, uma, sudanesa ou do grupo central; a outra, austral ou de grupo banto" (*Os Africanos no Brasil*, 2a. ed., 1935: 197). A essa língua, 'descoberta' pelos pesquisadores, chamam os do grupo *falange* ou *cupópia* (p. 59). No *Glossário*, *falange* é aproximado de ptg. *falar* e *cupópia* do quimbundo *ku-pupia* "falar". A questão da língua está no cap. 4: *A "língua africana" de Cafundó: vocabulário e formas de expressão* (p. 122-134).

De início advertem os autores: "Pensamos que, sem o quadro de referência histórica, sem o quadro das relações sociais em que a prática dessa

'língua' se dá, seria impossível formular sequer hipóteses sobre sua razão de ser" (p. 122).

O capítulo se desdobra, como o título anuncia, em duas partes: a) o léxico; b) formas de expressão.

O léxico compõe-se de 115 substantivos, 15 verbos, 8 adjetivos e 2 advérbios, ao todo 140 palavras (p. 127), apresentadas na "ortografia de português, sem preocupações de ordem fonética" (p. 122). Do ponto de vista etimológico, crêem os autores que, em maioria, provenham do quimbundo. No capítulo seguinte (que começa com a morte de Brejnev: em 1982 "exala o último suspiro"), faz-se a seguinte observação:

A "língua africana" do Cafundó... é, como vimos, uma língua de poucas palavras (140 ao todo), cujo uso depende, além disso, de estruturas morfo-sintáticas do português. Mas, se essa 'língua' é rígida e fossilizada nesse sentido, noutra é extremamente rica, flexível e viva, pois, para transmitir mensagens de uma certa sutileza e complexidade, é necessário certa perícia na elaboração de perífrases, metáforas e analogias. O recurso a metáforas e perífrases faz com que a maioria das palavras tenha significados múltiplos. Por exemplo a palavra *ingombe*, que em grande número de línguas da família banto significa "rês", também significa, no Cafundó, "cavalo", "veado" e até "bicicleta", "automóvel" e "ônibus" (*ingombe do andar*, onde *andar* significa "fogo"). (p. 138)

A língua de comunicação entre os moradores de Cafundó é o português. Ora o uso de um falar (a cupópia) reduzido a léxico tão pobre, que exige recursos de expressão metafóricos, perifrásticos, analógicos, ainda mais apoiado nas estruturas morfossintáticas do português, é claramente anti-funcional. Provavelmente o seu emprego é lúdico ou secreto (em determinadas circunstâncias). São poucas as suas condições de sobrevivência. De certo modo, os próprios pesquisadores o reconhecem:

É verdade que em várias ocasiões tivemos a impressão de que, falando entre si, eles também não se compreendiam e o uso da língua parecia ser, nessas ocasiões, um exercício lúdico para divertir o pesquisador ou para que eles se divertissem com o pesquisador. (p.134)

Já anteriormente haviam dito:

O que imediatamente sobressai quando se ouve o pessoal do Cafundó falando "africano" é que as estruturas gramaticais que sistematizam o uso do vocabulário, dando-lhe certa consistência de emprego, são estruturas tomadas emprestadas do português. (p. 127)

Aliás os "brancos" é que chegaram para soprar brasinhas no que estava a caminho de inevitáveis cinzas:

Depois de constatar que de fato utilizavam ativamente um léxico de origem africana, passamos a esperar mais do que já tínhamos visto e registrado. Nesse sentido, devemos ter incentivado, consciente e inconscientemente, o pessoal a "falar africano". Tanto que crianças começaram a se oferecer, assim que chegávamos ao bairro, para mostrar os progressos que faziam na aquisição de vocabulário banto. De um certo modo, e sem muito exagero, todo mundo foi possuído pela vertigem de "enrolar a língua". (p. 29)

No tocante às "formas de expressão" (na verdade, morfossintaxe), "os quinze verbos que integram o vocabulário são todos morfologicamente marcados pela desinência da 1ª conjugação e são flexionados tanto nas formas normais como nas formas propriamente verbais segundo o paradigma dessa conjugação" (p. 127). E, na página seguinte: "As variações de tempo na língua do Cafundó reduzem-se às formas de pretérito, do presente e do futuro de indicativo. As duas primeiras recebem as marcas morfológicas características do pretérito perfeito e do presente próprias da 1ª conjugação. O futuro é expresso através de uma forma perifrástica, formada pelo auxiliar *ir* mais o gerúndio de verbo principal. Outra ocorrência que ainda se verifica no Cafundó é o uso desse esquema para expressar também o presente contínuo. Neste caso, o auxiliar é *estar* e o verbo principal aparece também na forma do gerúndio" (p. 128).

Come se vê, toda a metalinguagem gramatical diz respeito à língua portuguesa: 1ª. conjugação, desinência, presente, pretérito perfeito, futuro do indicativo, gerúndio. Os exemplos o comprovam: curimEI vavuro "trabalhEI muito", anguto *está* cuendaNDO mafingue "a mulher está verteNDO sangue", eu *fui* cuendaR "eu fui ir" (= eu fui).

Quanto às articulações sintáticas são as mesmas do português: artigo (o, a), pronome relativo (que), preposição (de, em, para=pra), conjunção – só coordenativa (e). Muito comum é a construção assindética, ou justaposta. Vê-se, pois que muito pouco restou, se é que algo restou da estrutura gramatical da "língua africana", já absorvida pela língua portuguesa. Ficaram algumas sobras lexicais. Daí uma estruturação mista, mas já assumida pela sintaxe portuguesa. Eis agora, para os autores, a marca típica da cupópia:

O *segredo da cupópia* não está propriamente no léxico africano que a constitui, mas no uso extremamente elíptico e alusivo que dele se faz, e cuja interpretação só pode ocorrer quando se tem, ao mesmo

tempo, um certo conhecimento formal das relações sociais entre os seus usuários.

Esse procedimento elíptico e alusivo próprio da "língua africana" decorre em parte de características estruturais como, por exemplo, o recurso à simples justaposição sintática para a formação das frases da "língua". (p. 176).

3 - Mais interessante do ponto de vista filológico é o cap. 7, em que se estuda a questão da origem da "língua africana" de Cafundó. Algumas transcrições são sempre mais próximas do pensamento dos autores, segundo os quais: "Se atentarmos para o léxico podemos verificar que a maior parte das palavras tem correspondências em línguas da família banto, particularmente no quimbundo, no umbundo e no quicongo" (p. 178).

Contudo, caso seja historicamente correto que foram esses falares africanos que vieram predominantemente para o Sul, é preciso atentar para uma possível miscigenação lingüística em nosso país, devida a mais de um fator, como, p. ex., a "corrida de ouro" para Minas Gerais. Tal legislação diz Boxer, "e outros decretos similares, que não dispomos de tempo para mencionar, não conseguiram evitar o derrame de toda aquela miscelânea para Minas Gerais, inclusive milhares de negros muitíssimo necessários na lavoura litorânea" (*A Idade de Ouro*, 1963:58). Um pouco acima, salientara Boxer que "A experiência evidenciara que os escravos sudaneses vindos da Guiné eram mais fortes e melhores trabalhadores de que os bantos de Angola". Esse aspecto do problema certamente não escaparia aos autores de *Cafundó*:

Nas antigas regiões mineradoras de Minas Gerais, o grande número de escravos trazidos da África Ocidental no início do século XVIII provavelmente marcou profundamente a formação da língua das senzalas e, portanto, sua evolução posterior. Contudo, na maior parte das regiões rurais do Rio de Janeiro, São Paulo e boa parte da Zona da Mata e do Oeste mineiro, onde o povoamento por africanos se dá principalmente depois de 1750, as línguas banto teriam tido um peso predominante (no conjunto das línguas africanas) no período formativo da comunidade cativa. (p. 181)

Qual a situação de Sorocaba nesse mapa afro-étnico? Esclarecem os autores:

Sorocaba, onde se situa o Cafundó, não era um centro de grande lavoura, embora contasse com alguns engenhos de açúcar. Era, contudo, uma importante "estação-invernada" para muares vindos do

Rio Grande do Sul e destinados à venda em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. (p. 182)

Depois de mais algumas considerações, concluem: "Em consequência, a procura por escravos era grande, e a população cativa aumentava muito, indo de 1174 cativos em 1780 para 2589 em 1836 e 5104 em 1854" (ib.).

Quais das línguas banto teriam tido maior influência na região de Sorocaba, perguntam-se os autores? A resposta que nos dão é a de que, nas primeiras décadas de séc. XVIII, seria mais natural que proviessem os escravos de regiões próximas da costa, ou seja, dos grupos falantes de quimbundo, umbundo e quicongo. Ponderam, todavia, que, já nas últimas décadas de séc. XVIII, a fronteira escravista havia avançado sensivelmente para o interior. Após, porém, a leitura de um livro de Joseph Miller (1988), onde o A. argumenta com sociedades "produtoras de dependentes", admitem os autores que "se Miller tiver razão, provavelmente houve um afluxo grande e constante de falantes de quicongo, quimbundo e umbundo ao longo da primeira metade de século XIX, mesmo que o peso relativo dos três grupos juntos no tráfico fosse menor do que era no XVIII" (p.184). Talvez seja a melhor solução.

4 - O trabalho dos Profs. Vogt e Fry orienta-se por duas linhas, que eles próprios denominam a) *filológica ou historicizante*, b) *histórico-estrutural* (p. 24). No primeiro caso, dizem logo a seguir: "a grande preocupação é estabelecer que certos traços culturais encontrados no Brasil contemporâneo *de fato* existem ou existiram na África". Não é esse, no entanto, o tratamento preferencial dos autores, como se deduz facilmente, p. ex., destas linhas que, pouco abaixo, se lêem:

Esta perspectiva teórica filológica tende a diminuir a importância das condições históricas e sociais que fizeram e fazem com que tais traços culturais acabem sobrevivendo à travessia atlântica e se reproduzindo ao longo das gerações aqui no Brasil. Além disso, tende a minimizar o *processo* histórico ao longo do qual esses traços mudam de sentido e significação.

É lógico que o tratamento filológico da questão não padece de nenhum desses males, vislumbrados pelos autores.

A colocação em segundo plano do aspecto filológico sobressai também do conteúdo do livro, pois, dos nove capítulos de que se compõe, somente um, o quarto, se ocupa expressamente com a "língua africana" do Cafundó. Portanto o estudo e desenvolvimento da linha b), a *histórico-estrutural*

*tural*, é que se faz central no trabalho dos professores Vogt & Fry. O que, aliás, deixam bem claro:

Constatar a "sobrevivência" de uma "língua africana" é algo que *em si* tem um sentido político importante. Aponta para o fenômeno da "resistência cultural". (p. 25)

E ainda:

Num e noutro caso [despertar o interesse nacional pela comunidade e obter assistência jurídica para ela] obedecíamos ao mesmo impulso ideológico: a crença de que o Cafundó era um símbolo da resistência negra, cujo alcance político, ainda que legitimasse nosso trabalho acadêmico, o ultrapassava. (p. 18)

Por conseguinte é sob esse ângulo que o presente trabalho deve ser avaliado. E assim a pretensa "resistência cultural" se torna o foco da tese defendida.

São os moradores de Cafundó proprietários das terras em que vivem e isso certamente lhes permitiu que aí se fixassem através de gerações sucessivas, e aí permanecessem, mais ou menos isolados (sem dúvida cada vez menos) no bairro do Cafundó. A princípio comunicar-se-iam entre si mais assiduamente no que chamam o seu "falange", o qual se foi naturalmente diluindo dentre do caldeirão da língua portuguesa. O português é atualmente a "língua materna" da comunidade (p. 27). Da "língua africana", como ficou visto, só restaram fragmentos, que sobrevivem em parte pelo seu caráter ritual (ib.), senão para efeitos lúdicos. A um pesquisador na linha histórico-estrutural é que a cupóia pode impressionar como traço de "resistência cultural". Contudo, por força de circunstâncias, haverá nestes Brasis outros grupos afro-negros remanescentes, o que nada terá de extraordinário. Os próprios autores o reconhecem: "Em outras palavras, o Cafundó não é único em quantidade" (p. 260). Reivindicam, porém, a sua singularidade qualitativa:

Tem, porém, a singularidade de concentrar em termos qualitativos, aspectos emblemáticos, que em geral aparecem dispersos, numa única situação social. São esses aspectos em alta concentração que a sua "língua africana", a *cupóia* representa. (ib.)

*That is the question*. Particularmente tendo-se em vista o caráter discutível da "alta concentração".

Do ponto de vista quantitativo, creio que o "achado" ou "descobrimto" mais antigo de um desses redutos afronegros que se supõe existentes no Brasil se deve ao saudoso Aires da Mata Machado Filho. Em artigo es-

tampado na *Miscelânea Said Ali* (1938: 39-48) traz-nos notícia da ocorrência:

Em 1928, indo em gozo de férias à S. João da Chapada, município de Diamantina, chamaram-me a atenção umas cantigas em língua africana ouvidas outrora nos serviços de mineração.

Mais alguns pequenos excertos:

Voltando em junho, encontrei novidades: um vocabulário de duzentas palavras, colhidas na boca de "seu" Tameirão, algumas cantigas e a notícia do falecimento do nosso prestimoso amigo.

Esses cantos de trabalho ainda hoje são chamados *vissungos*. A sua tradução sumária é o "fundamento", que raros sabem hoje em dia.

O exame dos termos das cantigas revela seu caráter bântico. De fato, alguns conhecedores da "língua" com quem conversamos falam em língua d' Angola e língua banguela (nunca dizem benguela), embora também se refiram ao nagô.

O dialeto crioulo sanjoanense não desapareceu completamente. Em faisqueiras isoladas, grupos de negros falam e cantam na língua de seus antepassados.

No artigo, o Prof. Mata Machado dá-nos alguns (poucos) exemplos de *vissungos* e, a título de amostra, conclui com algumas palavras do vocabulário do que chama dialeto. Em *O negro e o garimpo em Minas Gerais*, 2ª ed. 1964, amplia o ilustre filólogo mineiro os seus estudos sobre o falar sanjoanense.

No magnífico capítulo sobre *O Protocrioulo português e sua universalidade nos séculos XVI, XVII e XVIII*, inserto em *Língua, Nação, Alienação* (1981), o sempre lembrado mestre Celso Cunha, a propósito dos crioulos de base portuguesa ainda vivos em várias partes de mundo inclusive no Brasil, se mostra elucidativo na importante nota 22, p.65, que nos permitimos transcrever na íntegra:

Veja-se Carlota da Silveira Ferreira. *Remanescentes de um falar crioulo brasileiro (Helvécia-Bahia)*\*. Comunicação apresentada ao II Congresso Interamericano da ALFAL, São Paulo, 3-8 de janeiro de 1969 [texto policopiado]. Extinto está o crioulo de São João da Chapada, recolhido nos seus últimos vestígios pelo professor Aires da Mata Machado Filho (Cf. *O negro e o garimpo em Minas Gerais*,

---

\* "Quase extinto" (p.42)

2a. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964, p. 64-131). Embora não pareça tratar-se propriamente de crioulos, cabe ressaltar as recentes descobertas de falares de base banto no Brasil (Cf. Carlos Vogt e Maurizie Gnerre. *Uma língua crioula de base banto no Estado de São Paulo*. Comunicação apresentada à XI Reunião da Associação Brasileira de Antropologia. Recife, 1978 [texto policopiado]; Cafundó: uma comunidade negra que fala até hoje uma língua de origem africana. In: GEL: *Estudos Lingüísticos*, 2. Bauru, 1978, p. 11-19; Carlos Vogt, Peter Fry e Maurizie Gnerre. Las lenguas secretas de Cafundó. Punto de vista. Revista de Cultura. Buenos Aires 3(9), p. 26-32m 1980. Mário Zágari. *Dois falares bantos em Minas Gerais*. Comunicação apresentada ao I Congresso Brasileiro de Sócio e Etnolingüística. João Pessoa, 1978). *Menção particular merecem também os trabalhos da professora Yeda Pessoa de Castro, que estão renovando de forma realmente científica, o tumultuado e amadorístico estudo das influências africanas no português do Brasil. Além da sua tese – De l'intégration des apports africains dans les parlars de Bahia au Brésil –, apresentada à Universidade de Zaire (1976, 2v.), devem ser citadas duas importantes comunicações: Níveis sociolingüísticos da integração e influências africanas no português, apresentada ao III Encontro Nacional de Lingüística, realizado na PUC/RJ, de 18 a 21 de outubro de 1978 [texto policopiado]; Os falares na interação social dos primeiros séculos, apresentada ao I Congresso Brasileiro de Sócio e Etnolingüística. João Pessoa, 1978 [texto policopiado].*

O que nos parece é que tais núcleos remanescentes não representam focos de "resistência cultural", tal como os viram os autores. Por circunstâncias variadas, alheias a intenções segregacionistas, que não desejam nem procuram, ficaram um tanto isolados do meio a que pertencem. (Como se sabe, os primeiros escravos africanos chegaram ao Brasil já no séc. XVI, e o tráfico ominoso continuou até bem andado o séc. XIX).

O contacto com os índios no período colonial foi mais intenso. Senhores da terra, espalhados ao longo do litoral, deram mais aos colonos portugueses do que deles receberam: a língua, a alimentação, a cama, e lazer. Em *Introdução à História das Bandeiras - XLIII*, o notável historiador Jaime Cortesão, ocupando-se com a família luso-tupi, deixou isto escrito:

Se o índio se lusitanizou nas técnicas e, quase exclusivamente sob esse aspecto, o português indianizou-se na moral, ao mesmo tempo que procurou assimilar, e assimilou, quer a base da sua economia, quer as suas criações de ordem social e até política e religiosa.

O famoso cabo-de-guerra, Domingos Jorge Velho, a quem coube, após acirrada luta, destruir o lendário Quilombo dos Palmares (1694), exprimia-se melhor na língua geral do que em português. Foi no decorrer de século XVIII que a língua geral entrou a desfalecer, e o Diretório do marquês de Pombal, de 1757, deu-lhe o tiro de misericórdia.

Na verdade os indígenas foram rechaçados para o interior do país pelos colonizadores, sendo em grande parte dizimados nessas lutas ou em guerras entre si. Acabaram por não se incorporarem à família brasileira e, ainda hoje, a solução buscada por seus amigos e defensores não está numa integração racional e pacífica, mas numa segregação em terras demarcadas.

O que sucedeu com o negro foi muito diferente. Não sendo indígenas e sim alienígenas, a floresta não podia constituir o seu refúgio. Tiveram de aceitar o regime da escravidão, ou converter-se num caçado "escravo fugido", ou ainda, quando em condições favoráveis, acobertar-se em quilombos, de precária existência. Participaram assim, bem ou mal, do convívio da família patriarcal brasileira, no eito, na senzala, na casa-grande. Foram aos poucos impregnando-se da língua portuguesa e abandonando as suas falas nativas, utilizadas apenas nos contatos coloquiais, ou como língua secreta ou de ritual. Desse tipo de falar é que existem atualmente alguns resquícios. Desse contacto e interação, como gostava de dizer o nosso saudoso e brilhante Serafim da Silva Neto, foi que surgiram, dentro das casas-grandes, as jovens escravas postas a serviço da sinhá-moça, de quem muitas vezes se tornaram amigas e confidentes; assim como o germe do mulatismo nacional nasceu nas senzalas invadidas pela concupiscência de sinhozinho-moço\*, enfeitado pela "pretidão de amor", a que alude o Poeta, à qual não resistiram mesmo os grão-senhores, rendidos p.ex. à sedução de uma Xica da Silva, beldades esplendidamente simbolizadas na "negra Fulô", pelo estro de Jorge de Lima. Nem esqueçamos a mãe-preta, cujos seios generosos deram vida e vigor a tantos brancos futurosos. Essa grande participação do negro na vida cultural brasileira dele jamais fez um "estrangeiro" e sim um dos mais sólidos pilares da etnia brasileira. Fusão cultural e não resistência cultural.

Por conseguinte a linha *histórico-estrutural* revela-se menos proveitosa que a *filológica*. É o que a História comprova e o presente livro não

---

\* Recorde-se o conhecido dito de Antonil de que "o Brasil é inferno dos negros, purgatório dos brancos e paraíso dos mulatos, e das mulatas". Todavia, o Prof. Gladstone Chaves de Melo, em *Origem, Formação e Aspectos da Cultura Brasileira* (1974:76) fala num livro perdido de D. Francisco Manuel de Melo, intitulado *Brasil, inferno dos pretos, purgatório dos Brancos e paraíso dos mulatos*.

logra delir. Compreende-se, aliás, que o deslumbramento dos primeiros momento da 'descoberta' tivesse despertado esperanças que depois não se confirmaram. "Tornado visível pelos interesses da ciência e dos meios de comunicação de massa, o Cafundó passa logo a ser objeto de disputa quanto a seu *copyright*" (p.16). O primeiro a noticiar a descoberta foi Benê Cleto, no *Cruzeiro de Sul*, penso que diário de Sorocaba. No mesmo jornal, Sérgio Coelho, correspondente de *O Estado de São Paulo*, dá-lhe maior divulgação. Ao Cafundó acorreram repórteres dos mais representativos jornais e revistas de país: *O Estado de São Paulo*, *Jornal da Tarde*, *Folha de São Paulo*, *Veja*, *Isto é*. Também compareceu a *Rede Globo* e, mais de uma vez, Cafundó foi notícia no *Fantástico*. A onda cresceu a tal ponto, que representantes no Brasil da BBC, de Londres, se entusiasmaram com a possibilidade de preparar um documentário "sobre uma autêntica tribo africana localizada nas proximidades de São Paulo" ( p. 17). Contudo, "Decepcionados, quem sabe, com a 'brasileirice' dos usos e costumes dos habitantes do bairro, desistiram do documentário, que, no entanto não deixou de ser feito por uma cadeia de televisão japonesa" (ib.).

Fato interessante, narrado pelos próprios autores (p. 29), começa com estas linhas: "Um dia, Noel Rosa de Almeida nos diz que sua mulher, dona Isaura, sabia falar uma outra língua secreta porque era descendente de bugre". Duas línguas secretas numa só pessoa! "Isso (...) levou-nos a invadir a casa de dona Isaura armados de gravadores, máquinas fotográficas e sobretudo da esperança luminosa da revelação de mais um maravilhoso segredo histórico". "Depois de muita insistência nossa e do próprio marido, ela concorda em dizer alguma coisa. Nós nos preparamos para pelo menos um vocabulário tupi. Então ela: *Schnaps trink* e *mangiare*. E era tudo o que conseguia dizer de diferente". "Agradecemos-lhe a colaboração e, após alguns dedos de prosa a mais, saímos".

A "brasileirice" dos moradores de bairro de Cafundó está visível, desde logo, nos antropônimos: Otávio Caetano, Noel de Almeida, Adauto de Almeida, Marcos de Almeida, Benedito de Almeida, Maria Augusta, Isaura, Antônia. A língua materna é o português. A cultura de que participam normalmente é a "caipira". Realmente tudo muito brasileiro. A "resistência cultural" dos moradores do Cafundó está, pois, mais no espírito dos pesquisadores do que no ânimo dos negros desafricanizados do Cafundó. Mas, é claro, a pesquisa não se perdeu: é mais uma contribuição para o melhor conhecimento de *status* cultural afrobrasileiro ...

Sílvio Elia

BACELAR, Bernardo de Lima e Melo (1996). *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*, reprodução fac-similada da edição de 1783, com introdução e notas do acadêmico correspondente Amadeu Torres, Academia Portuguesa de História, Lisboa.

O livro saiu publicado com o título mais extenso *Grammatica Philosophica e Orthographia Racional da Língua Portuguesa*, em Lisboa, no ano de 1783. O seu autor era frade franciscano, onde tomou o nome de Frei Bernardo de Jesus Maria. Sob a influência do Iluminismo, parece ter abandonado a vida conventual e voltado a assinar-se Bernardo de Lima e Melo Bacelar. Dessa *Grammatica* há duas edições, ambas com a data de 1783, uma em conjunto com o *Diccionario da Lingua Portuguesa* e outra autônoma. A edição conjunta deve ter vindo a lume em primeiro lugar, não só por a ela fazer remissões a edição autônoma, mas também por constar da edição conjunta que o autor era "prior no Alentejo", o que foi suprimido na portada da edição autônoma.

Como está na p. 35 da substanciosa Introdução do Prof. Doutor Amadeu Torres, a "*Grammatica Philosophica* o coloca [a Bernardo de Lima e Melo Bacelar] na vanguarda do Iluminismo em Portugal".

O Iluminismo, como se sabe, representa uma nova forma da mentalidade interpretativa e crítica do homem ocidental. *Grosso modo*, cada uma das grandes divisões cronológicas da História teve o seu eixo cultural. O mundo greco-romano foi filosófico-literário; o medieval, filosófico-teológico; o moderno, essencialmente científico. O Iluminismo trouxe esse novo parâmetro epistemológico, qual o de investigar a realidade somente à pura luz da razão. Dois caminhos se abriram: partir das idéias para os fatos ou, ao contrário, dos fatos para as idéias. Ou seja, respectivamente, *racionalismo* e *sensualismo* (as sensações como fontes primárias do conhecimento). Descartes e seus continuadores, Locke e seus discípulos são figuras emblemáticas de cada uma dessas faces do período. Fala-se então em *grammaire raisonnée*, *gramática filosófica*, *grammatica universalis*. Mas em todas elas é a razão que cumpre explicar os fatos, quer por via indutiva, quer dedutiva. Veja-se, p. ex., a definição de *Gramática Filosófica* que nos dá Melo Bacelar: "A *Grammatica Philosophica* he huma colecção de Leis, com que *arrazoadamente* fabricamos, e dispomos os sons, que communicão aos outros os nossos conceitos" (p. 6-7). O grifo é nosso.

O racionalismo faz da linguagem a expressão do pensamento, e toma muito ao pé da letra tal afirmação. Quero dizer, como num leito de Procusto, procura ajustar, mesmo estruturalmente, a proposição ao juízo. Daí a idéia

de que se deva partir da proposição (oração) para suas partes. Observa-o com autoridade o Doutor Amadeu Torres:

Daí que o seu método [o de Melo Barcelar] se situe nos antípodas do de tantos gramáticos. No geral, principiam pelo alfabeto, pelas sílabas e palavras cujo elenco classificativo esgotam, para culminarem nas construções frásicas e respectiva sintaxe, quer simples, quer figurada; (p. 19).

E arremata o Doutor Amadeu Torres:

De fato, o autor da *Grammatica Philosophica*, sem deixar de ter em mira uma síntese final englobante, o objetivo da generalidade dos tratadistas gramaticais, decidiu-se, à entrada, pela via oposta e mais natural que procede da síntese para a análise, do concreto experienciável para o abstrato da conceptualização, dos efeitos constatados para o discernimento das causas, enfim do complexo para o simples: "car les sujets complexes semblent nous être plus familiers, nous les saisissons plus facilement. Ainsi un enfant sait très bien former une phrase, et dire: *Socrate se promène*, mais en analyser les parties, le *nom* et le *verbe*, décomposer les mots en syllabes, et descendre aux lettres qui sont les éléments de celles-ci, c'est une opération qui passe sa portée".

Melo Bacelar distingue *três partes essenciais* na Gramática, a saber: o *som* que representa o *Agente*, ou nominativo; o *som* que mostra a *Ação*, ou verbo; e o *som* que faz as vezes de *Acionado*, paciente, ou caso. São esses três sons os únicos que compõem a *Oração*, "a única cousa que o Grammatico pretende fazer" (p. 59). Tal tripartição lembra a de Delacroix entre *substância, ação e relação*.

As outras 5 ou 6 partes da oração (sic) não são essenciais e constituem os *Adjuntos*, assim discriminados: artigo, prenome\*, preposição, advérbio, conjunção, interjeição.

Penso, como Delacroix, que as três partes essenciais da proposição são o *nome* (substância, inclui o pronome), a *ação* (o verbo, ativo ou passivo) e o *conectivo* (preposição e conjunção). E, entre os *conjuntos* (se assim podemos chamar englobadamente as partes essenciais) e os *Adjuntos* (determinantes), situamos os *Subjuntos* (os complementos). A oposição fundamental é sempre entre nome e verbo: complemento nominal e complemento

---

\* Na verdade *pronome*; o autor também escreve *preposição* mesmo quando se trata de *proposição*.

verbal, adjunto adnominal e adjunto adverbial, conectivo nominal (preposição) e conectivo verbal (conjunção).

A *Grammatica Philosophica*, de Bernardo de Lima e Melo Bacelar (1783) é “a primeira declaradamente tal” (p. 27). Consta de 112 p. e está muito subordinada à metalinguagem da gramática latina (fala em caso, declinação, vogal breve e longa, compara a “declinação portuguesa” com a grega e a latina; procedimento que estende às conjugações; a parte fônica, sucinta, é de pouca valia). No entanto a sua publicação preenche um claro na historiografia gramatical portuguesa. É o que ficamos a dever ao Prof. Doutor Amadeu Torres.

Sílvio Elia

BECHARA, Evanildo (1996). *Luís de Camões: de Língua e de Linguagem*, Universidade do Rio de Janeiro-IL.

1. O Prof. Evanildo Bechara é um dos mais conceituados filólogos brasileiros, quer ao nível nacional, quer internacional.

De sua alta competência e nunca desmentido amor da língua portuguesa é, mais uma vez, testemunho este opúsculo de 80 páginas que deve estar nas mãos de quantos procuram aprimorar e aprofundar os conhecimentos do idioma pátrio.

Consta o presente trabalho dos seguintes ensaios: *Contribuições para um estudo da linguagem camoniana; Um aparente desconcerto de adjetivação em Camões e as áreas semânticas de puro n'Os Lusíadas; Considerações em torno dos Usus Scribendi de Luís de Camões.*

O primeiro estudo é reimpressão de artigo vindo a lume em *Littera*. set./dez., 1972; o segundo é extraído de *Confluência* n° 4. Rio de Janeiro, 1992; finalmente o terceiro é o texto da comunicação apresentada à VI Reunião Internacional de Camonistas, realizada na Universidade de Coimbra, de 16 a 19 de abril de 1996.

Qualquer um desses três estudos é magistral lição de um *expert* na opulenta seara camoniana.

No primeiro estudo ocupa-se Bechara com "erratas evidentes que escaparam nas duas edições [quinhentistas] do Poema [Os Lusíadas]": *Guido* por *Gnido*, *Empério* por *Empório*, *Pradupedante* por *Quadrupedante*, *Horríssimo* por *Horríssono*, *Os Pés* por *Aos pés*"; b) com o emprego de *tocar* no sentido de "aflorar"; c) com a mistura dos pronomes alocutórios *tu* e *vós* na mesma frase (estudo bastante original); d) com a fidelidade histórica do controvertido verso 5 da est. III, 65: "Sentiu-o a vila e viu-o a serra dela". No segundo, trata da aparente discordância semântica existente nestes versos de Camões: "Porque essas honras vãs, esse ouro puro / Verdadeiro valor não dão à gente" (IX, 93). No terceiro e último, ocupa-se Mestre Bechara com alguns casos do *usus scribendi* do Poeta na lírica e na épica. Inclui, todavia, preciosas observações sobre conhecida concordância ocorrente num dos versos de *O Hissope*, de Antônio Dinis da Cruz e Silva (séc. XVIII): "A nossa português casta linguagem", e também interpreta com muita argúcia a insólita colocação pronominal de Vieira numa de suas cartas, datada de Roma, "Me avisam", no que segue, aliás, as pegadas de seu mestre Said Ali. No tocante a Camões ocupa-se o Prof. Bechara: a) com as rimas repetidas na est. 71 do canto IV, (safam/safam); b) com as variantes *o doente / ao doente*, na Lírica, em canção que tem como primeiro verso "Com força desusada" (v.

73); c) com as variantes *-bil* e *-vel* de sufixos adjetivais (sempre *-bil* nos *Lusíadas*); d) questões ortográficas.

2. Farei a seguir alguns breves e cautelosos comentários, por estar pisando em terreno escabroso e escorregadio, o da Crítica Textual.

I) Quanto às erratas evidentes", penso que somente as três primeiras (*Guido* por *Gnido*, *Empério* por *Empório*, *Pradupedante* por *Quadrupedante*) podem ser assim classificadas. As correções *horríssono* no lugar de *horríssimo* e *Aos pés* por *Os pés* são antes sugestões de especialistas.

II) Superlativo é grau de adjetivo e, com o radical *horr-* há vários adjetivos: *horrível*, *hórrido*, *horrífico*, *horríssono*, *horroroso* (através de *horror*). Com o sufixo *-íssimo*, em nenhum deles chegaríamos a *horríssimo*. Como explicar então esse hápax no poema? Primeira hipótese: falha tipográfica. Camões teria escrito *horríssono* (como, aliás, está pouco adiante em II, 100: *bombardas horríssonas*) e o compositor, por se tratar de termo inusitado na fala corrente, o teria substituído (ou mesmo *lido*, pois não é difícil confundir graficamente *-ssimo* com *-sso*) por *horríssimo*. Segunda hipótese: o Poeta queria realmente empregar uma forma superlativa, daí o hápax. Como, porém, a teria forjado? Ligar diretamente o sufixo ao radical, sem passar pela forma adjetiva? Quebravam-se cânones gramaticais, mas lucrava a criatividade poética. Vossler doutrinara: primeiro o estilo, depois a gramática. Contudo, mesmo não querendo transpor os lindes de alterações fonéticas já aceitas pelos tratadistas, poderíamos apelar para a síncope, como fez Agostinho Fortes em sua edição de *Os Lusíadas*: *horríssimo* seria forma sincopada de *horridíssimo*.

E que nos diz a Crítica Textual? As duas edições quinhentistas registram *horríssimo*. Então o que nos cumpre: respeitar o texto como nos foi transmitido (tradição impressa), ou alterá-lo para que se acomode aos cânones gramaticais? Faltam-nos manuscritos para o devido confronto e terá de entrar em ação a *emendatio* conjectural. Daí *horríssono* que parece correção introduzida por Epifânio Dias (mas edições posteriores tendem a manter *horríssimo*). Cremos ser esta a melhor solução. Como se depreende, aliás, das seguintes considerações do Prof. Bechara:

Intimamente ligado à falta de estudos lexicais pormenorizados do português de outros tempos que nos impede de rejeitar, peremptoriamente, o vocábulo *horríssimo* da edição princeps, sob o pressuposto de que se trata de um hápax, (p. 15)

III) Em *Lus*, IX, 93, a expressão "essas honras vãs, esse ouro puro" tem causado estranheza a muitos leitores, dentre os quais ilustres filólogos.

É que não há aparentemente paralelismo semântico entre "honras vãs" e "ouro puro", aquela com sentido negativo, esta com sentido positivo, já que "verdadeiro valor não dão à gente". Por certo isso se compreende das "honras vãs", mas do "ouro puro", *limpo, sem jaça* ? Sousa da Silveira (em *Estudos Camonianos*, p. 502-504. p. ex.) vê no passo citado o sentido de "mero, simples, só". É com esta significação que fica Mestre Bechara, para aplicá-la à solução do problema exegético que vinha atormentando categorizados intérpretes da epopéia camoniana, o que é de estranhar não haja feito o douto Sousa da Silveira. Pois, como observa o nosso Bechara, "... não atinamos com a razão por que o mestre não aproveitou esta acepção que tão bem conhecia, para aplicá-la ao *ouro puro* de IX, 93" (p. 51).

O adj. *puro* (com suas flexões) ocorre 26 vezes em *Os Lusíadas*, segundo a relação constante do conhecido *Índice Analítico*, de A. G. Cunha: 18 vezes posposto e 8 vezes anteposto. Sabe-se que a posposição, mais freqüente, tem o valor descritivo de "sem mancha, limpo, claro" (o que, é lógico, não impede empregos metafóricos), ao passo que a anteposição lhe dá o valor atributivo de "simples, exclusivo". Exatamente o que vinha dificultando o entendimento de *puro* em IX, 93, era o seu sentido atributivo, apesar da colocação posposta. Em *ouro puro*, porém, haverá exceção, pois os poetas gozam do privilégio da chamada "licença poética" (a rima, p. ex.)

Outros exemplos, igualmente camonianos podemos encontrá-los em V,48 e X,38. Respectivamente: "Ali, depois que as pedras abrandarem / Com lágrimas de dor, de mágoa pura (= de pura mágoa)," e "Chamam-lhe fado mau, fortuna escura / Sendo só Providência de Deus pura". Isto é, sendo puramente (= somente) Providência de Deus\*.

Penso que também se há de atentar no sintagma "ouro puro", que reaparece em *Os Lusíadas* em IX, 87: "Pera o cume dum monte alto e divino, / No qual ua rica fábrica se erguia / De cristal toda e de ouro puro e fino". A expressão coordenativa "puro e fino" não deixa dúvida quanto a termos aqui em *puro* sentido positivo. Demais não se impôs nenhuma interferência rimática.

Algo também pede ser acrescentado no referente ao sentido de *ouro*. Ouro, *aurum*, é o metal reluzente, mas é também a moeda em que é cunhada, portanto o dinheiro, a riqueza material. Camões desejou aproximar duas coisas que não valorizam o ser humano: uma, de ordem moral (essas honras vãs), outra, de natureza material (esse ouro puro).

---

\* A interpretação deste passo deve-se ao Prof. Sousa da Silveira (*Est. Cam.:* 503)

IV) A questão de *usus scribendi*, levantada a propósito do critério que vem sendo adotado pelo Prof. Leodegário A. de Azevedo Filho em sua renovadora edição da *Lírica do vate imortal*, aparece a propósito das formas adjetivais em *-bil* ou *-vel*. Quanto aos *Lusíadas*, Epifânio Dias em sua edição do poema, "Registo Philologico", adverte: "Os adjetivos derivados terminados em *-vel* têm nos *Lusíadas* a forma latina *-bil (-bilis)*." Seguem-se exemplos. Nos textos líricos, porém, dá-se o contrário: é *-vel* que prevalece. Contudo em sua edição, e Prof. Leodegário prefere voltar à terminação alatinada. Comenta nesse ponto o seu colega Bechara:

Leodegário, rigorosamente de acordo com seu princípio de tomar, nas decisões relativas ao *usus scribendi* do poeta, o testemunho de *Os Lusíadas*, ao encontrar em manuscritos erigidos por básicos ou merecedores de crédito, lições discordantes, prefere rejeitá-las em favor da lição do poema épico. (p. 77)

E remete para *Sonetos*, t. 2, p. 329, cometendo pequeno lapso (talvez defeito de revisão), ao indicar t.2, quando se trata de t.1. Nesse local ocupa-se o Prof. Leodegário com a forma *absente* que ocorre no *Cancioneiro de Cristóvão Borges*, a qual, em seu texto crítico, substitui por *ausente*, e deste modo se justifica:

Assim, embora não haja, na poesia épica camoniana, a forma "absente", nem mesmo a forma "ausente", é de supor-se que o Poeta escreveria, por *usus scribendi* da época, a forma "ausente", em harmonia com "ausente".

Embora aqui mestre Leodegário não se refira explicitamente ao "testemunho de *Os Lusíadas*" (apela para *usus scribendi* da época), em outra parte do volume é mais categórico:

Por fim, note-se que, em LF, o /i/ de *Assi...* aparece nasalizado, ao contrário de que se vê nos outros dois manuscritos e também em *Os Lusíadas*: "Quando Júpiter alto *assi* dizendo" (1, 28). E aqui se impõe, evidentemente, o *usus scribendi* do Poeta. (p. 151)

Está, portanto, posta a questão: manter a forma em *-vel* dos manuscritos ou substituí-la por *-bil*, para acompanhar o *usus scribendi* do Poeta, particularmente nos *Lusíadas*? O Prof. Bechara argumenta com a diversidade de gênero poético (épico e lírico), ponderando que: "Se o poeta preferiu, na épica, as formas alatinadas em *-bil*, isso não significa que, noutra gênero, não pudesse optar pelas formas com feição vernácula;"

Lembro, entretanto, uma *terza via*.

Na época de Camões, deviam concorrer as duas formas, p. ex., *possíbil* e *possível*, a primeira mais culta, a segunda coloquial. Camões, nos

*Lusíadas*, escolheu a forma em *-bil*, mais consoante com o "som alto e sublimado" de sua epopéia. A dúvida passa, no entanto, para a Lírica. Como falecem manuscritos autógrafos, não podemos saber se Camões teria continuado a preferir a forma culta também nesse gênero. Notemos que os ms. quinhentistas trazidos à colação na pág. 151 são tardios: M é dos fins de século e LF traz as datas-limite (1557-1589). Quanto ao *Cancioneiro de Cristóvão Borges*, embora venha com a data de 1578, estando o Poeta ainda vivo (expiraria em 1580), não há notícia de que dele tivesse Camões tido conhecimento. Por outro lado, é provável que, já para o final do século, o padrão culto houvesse adotado a final *-vel*, o que teria levado os copistas a acolherem. O mesmo diremos da edição princeps de 1595. Portanto podemos admitir que:

a) A mudança de *-bil* para *-vel*, na Lírica, quer porque o gênero fosse menos exigente quanto a sublimidade de linguagem, quer porque a terminação *-vel* já houvesse ascendido de nível coloquial ao culto, possa ter partido do próprio Poeta;

b) Tal inovação se deva atribuir aos copistas, dado que a terminação *-vel* já teria suplantado o alatinado *-bil* no próprio padrão culto;

c) Em originais perdidos tivesse o Poeta continuado a manter a terminação *-bil*, por julgá-la mais adequada ao padrão culto escrito.

Como decidir?

A Crítica Textual já se afastou da rigidez do primitivo método lachmiano. Hoje as variantes são acarinhadas e até elogiadas. No caso em tela, o peso histórico, por assim dizer, pende para *-vel*, já com base nas fontes manuscritas, já com apoio na tradição impressa. Por seu turno a opção por *-bil* se arrima no escrúpulo ecdótico de não infringir o princípio do *usus scribendi* do Poeta, dado que, à falta de manuscritos autógrafos, o pressuposto é que *Os Lusíadas*, publicados ainda em vida de autor, reflitam a linguagem escrita de Poeta, que teria entregue ao editor os respectivos manuscritos.

*Grammatici certant*, já advertira o prudente Horácio. Mas também *Philologi certant*; dogmas só em questão de Fé. Por isso, no campo científico todo debate é fecundo. Principalmente quando se trata de *coloro che sanno*. Mesmo porque *et adhuc sub iudice lis est*.

Sílvio Elia

\*\*\*

MESSNER, Dieter. *Dicionário dos Dicionários Portugueses*. Institut für Romanistik der Universität Salzburg. Vol. III, AC, 1996; Vol. IV, ADA-AFU, 1996; Vol. V, AGA-AJU, 1995; Vol. XLV (?), U, 1997.

No número 7 desta Revista, relativo ao 1º semestre de 1994, às págs. 105-106, e no número 10, relativo ao 2º semestre de 1995, às págs. 123-124, demos notícia da publicação dos dois primeiros volumes do notável *Dicionário dos Dicionários Portugueses*.

Temos hoje a grata satisfação de noticiar o aparecimento dos 3º, 4º e 5º volumes dessa obra monumental e, bem assim, do volume correspondente à letra U, o qual, segundo esclarece D. Messner: "Se conseguirmos realmente publicar toda a nossa obra terá este volume o número XLV." Justificando esta antecipação, informa o Autor: "Redactámos este volume antes de muitos outros para permitir uma espécie de controlo do trabalho que fizeram os lexicógrafos dos séculos XVI até XIX, nomeadamente para saber se, entre o começo da sua obra (letra A) e o fim, mudaram de critérios, de metodos, etc."

Na resenha ao 1º volume do *Dicionário*, aludindo ao extraordinário *gigantismo* que assumiria esta obra se fossem mantidas as mesmas características desse 1º volume, informamos que, quando completo, ele atingiria a impressionante cifra de 200 volumes.

Na resenha ao 2º volume já observávamos que Messner, com o propósito de reduzir um pouco a extensão que a obra atingiria, havia reduzido para 36 os 61 dicionários inicialmente pesquisados. Foram assim excluídas, por exemplo, três das seis edições do dicionário de Moraes, as quais haviam sido pesquisadas para a redação do primeiro volume do *Dicionário dos Dicionários Portugueses*. Houve também um razoável acréscimo do número de páginas nos volumes II, III, IV e V, como se verifica na seguinte relação:

vol. I:	ABA-ABC	1994, IX	+ 298	págs.
vol. II:	ABD-ABU	1994, XXI	+ 428	págs.
vol. III:	AC	1996, XIII	+ 710	págs.
vol. IV:	ADA-AFU	1996, XIX	+ 657	págs.
vol. V:	AGA-AJU	1995, XXVI	+ 462	págs.

De qualquer maneira, mesmo com a redução das fontes lexicográficas e o aumento do número de páginas dos volumes subsequentes, o *Dicionário* ainda será de proporções gigantescas. Dada a sua característica de exaustivi-

dade – aliás muito louvável – isto é inevitável. Como referimos na resenha ao 2º volume, Messner já vem preparando a edição do dicionário em CD-ROM.

O que impressiona, de fato, é a velocidade que o Autor imprimiu à redação dos verbetes e a presteza com que a Editora vem publicando os vários volumes até agora impressos.

Já nos referimos, nas duas resenhas anteriores, à extraordinária operosidade do seu Autor e à magnífica contribuição que ele vem prestando à Lexicografia Histórica Portuguesa com a publicação do monumental *Dicionário dos Dicionários Portugueses*.

Fazemos votos que o Prof. Dieter Messner continue a receber o apoio das instituições que patrocinam o dicionário, que ele tenha saúde e forças para dar continuidade ao seu grandioso projeto e que possa levá-lo a bom termo o mais brevemente possível.

A. G. Cunha

\*\*\*

PRISTA, Luís e ALBINO, Cristina. *Filólogos Portugueses entre 1868 e 1943*. Lisboa, Colibri (Associação Portuguesa de Lingüística), 1996, 185 p.

Ao ensejo do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística, realizado na Faculdade de Letras de Lisboa, em 1995, tiveram os organizadores a feliz idéia de promover exposição pela qual, principalmente aos alunos universitários e professores mais jovens, eram lembradas "as primeiras gerações de lingüistas portugueses, aliás ainda filólogos" (p. XI). O marco temporal 1868 explica-se por ser nesse ano que Francisco Adolfo Coelho estreava no mundo da disciplina – e introduzia em Portugal (e no Brasil) os novos métodos inaugurados na Romanística por Frederico Diez – com a publicação do seu livro, incompleto; *A Língua Portuguesa*. E o termo *ad quem* 1943 assinala o final da primeira fase da *Revista Lusitana* (Leite de Vasconcelos, seu único diretor, falecia em 1941), cuja existência acompanha o desenvolvimento e progresso dessa fase inicial gloriosa dos estudos científicos da língua portuguesa. Foi realmente um período de intensíssima produção, não limitada ao campo restrito da filologia, pois se espalhou aos domínios da literatura, da etnografia, do folclore, da pedagogia e da didática, seguindo as pegadas de uma fértil renovação dos estudos clássicos, iniciada um pouco antes de 1868 e intensificada concomitantemente a essa nova fase da filologia portuguesa, graças ao saber de um jovem talentoso e amante da renovação chamado Augusto Epifânio da Silva Dias. Foi a época de José Leite de Vasconcelos, Gonçalves Viana, Júlio Moreira, José Joaquim Nunes, José Maria Rodrigues, Vasconcelos de Abreu, Teófilo Braga, não faltando alguns não menos enfronhados no rigor da ciência, mas que prestaram, junto ao público menos especialista, relevante serviço em prol da vernaculidade, como foi o caso de Cândido de Figueiredo.

Naturalmente, junto a essa plêiade de portugueses, marchava outra plêiade de estrangeiros (Henry Lang, Jules Cornu, H. Schuchardt, Oscar Nobiling, Adolfo Mussafia, entre outros) e brasileiros (Júlio Ribeiro, João Ribeiro, Pacheco da Silva Júnior, Lameira de Andrade, M. Said Ali, entre outros) que a Exposição não contemplou por limitar-se ao mundo português, o que não significa tê-los deixado sem uma referência. Cabe a nós promover trabalho semelhante para mostrarmos o quanto concomitante se fazia no Brasil, por essa mesma época. A pouco e pouco já se vai fazendo alguma coisa, como a resenha pioneira de Maximino Maciel na *Gramática Descritiva*; os levantamentos históricos de Antenor Nascentes e Sílvio Elia; as breves mas substanciosas análises de Mattoso Câmara sobre M. Said Ali. João Ribeiro e Antenor Nascentes; os trabalhos de Evanildo Bechara sobre Said Ali, de Carlos Eduardo F. Uchôa sobre Mattoso Câmara, de Jayr Calhau

sobre Clóvis Monteiro, de Maximiano de Carvalho e Silva sobre Sousa da Silveira, de Horácio Rolim sobre Olmar Guterres da Silveira, de José Alves Fernandes sobre Martinz de Aguiar, de Hilma Ranauro sobre João Ribeiro e Sílvio Elia, para ficar apenas nos estudos de que temos notícia mais inteira. O recentíssimo Grupo de Trabalho de Historiografia da Linguística Brasileira da ANPOLL já dá seus primeiros promissores passos neste sentido.

Naturalmente num domínio onde, em Portugal e no Brasil, se escasseavam até pouquíssimo tempo documentos históricos dessa natureza e até levantamentos bibliográficos, abalançar-se a uma empresa que englobe num período tão longo quanto afastado, é tarefa sempre lacunosa, apesar do trabalho verdadeiramente hercúleo desenvolvido pelos patrocinadores da Exposição e, com especial atenção, de Luís Prista e Cristina Albino na elaboração como livro da riqueza biobibliográfica e iconográfica do evento. A título de modesta colaboração em empresa que me é cara, ousou apresentar alguns comentários que, se proveitosos, poderão aparecer na 2ª edição, que o livro merece.

Afirmar-se, por exemplo, à p. 39 que os *Subsídios* de A. A. Cortesão tiveram "em vista completar o dicionário de Cândido de Figueiredo" não reflete bem a intenção do autor, que traz subsídios "para um dicionário completo da língua portuguesa", e, para tanto apenas toma "por base ou ponto de partida o *Novo Dicionário* do Sr. Cândido de Figueiredo" p.VI).

Na p. 22, alude à saída o 1º volume (*A Língua Portuguesa. Noções de Glotologia Geral e Especial Portuguesa do Curso de Literatura Nacional* para uso dos liceus centrais) e data-o corretamente de 1881; todavia parece ter dúvida em relação ao 2º volume intitulado *Noções de Literatura Antiga e Medieval*, datando-o com (!) do mesmo ano, naturalmente porque no longo prefácio Adolfo Coelho termina com "Lisboa, 30 de setembro de 1881". Mas o próprio autor, em *O Ensino da Língua Portuguesa nos Liceus* (Porto, 1895, p.30) o declara de 1882, e aí mesmo explica por que razão não redigiu o terceiro volume projetado do *Curso, Noções de Literatura Portuguesa*: "Longos anos tinham-nos preparado para escrevermos o terceiro volume do nosso *Curso*; mas depois de escritos vários capítulos, hesitamos na publicação por duas razões: a primeira, a mais forte, porque se foi tornando cada vez mais intensa em nós a convicção de que a história literária propriamente dita não tem lugar legítimo no quadro dos estudos liceais, e a segunda, porque ainda quando nos resolvêssemos à publicação para pôr nas mãos dos adolescentes um livro que valesse mais que as miseráveis compilações por onde os faziam estudar a história literária, enquanto esta figurasse nos programas oficiais, nos sucederia o mesmo que se derá com os dois primeiros

volumes do *Curso*: viria um compendiador, aproveitar-se-ia do nosso trabalho, deturpando todavia o que lhe ministrávamos e o seu arranjo teria a preferência no ensino, ainda que os nossos livros fossem também aprovados" (p. 31-32). Caberia, ainda, assinalar que, além da 2ª ed. citada, houve uma terceira e última do 1º volume, Porto, 1896.

Por referir ao opúsculo *O Ensino da Língua Portuguesa nos Liceus*, dizem os autores de *Filólogos Portugueses*, p. 34, que o livro "pretende auxiliar a operacionalização da reforma" da instrução secundária, preparada por Jaime Moniz, entre 1894 - 1895. Em se tratando de um especialista em pedagogia, como era Adolfo Coelho, ficaria frustrado o leitor que se servisse do livro como auxiliar da operacionalização da reforma. O que A.C. pretendeu, e o disse claramente, foi fazer "algumas reflexões sobre o modo e os livros por que se ensina a língua portuguesa nos liceus" (Prefácio). E não podia nele operacionalizar a reforma, porque, pelas suas palavras textuais: "Trata-se agora de nova reforma, acerca da qual temos já dois decretos, que por enquanto não nos permitem fazer dela cabal idéia, porque faltam os respectivos planos e programas, esperados com o maior interesse. O notável relatório que precede o decreto de 27 de dezembro de 1894 leva a esperar que desta vez a organização dos planos e programas se atenda à boa sucessão de cada parte das disciplinas que os hão de compor, à sua correlação, de modo que formem um conjunto dirigido em movimento harmônico ao fim que a didática determina a esses estudos; e que, em especial, se dêem normas claras, precisas e profíguas para um dos ramos do ensino liceal, dos mais importantes, mas até hoje dos mais descuidados e improfíguos, – a língua nacional" (Prefácio). Mais valeria sobre essa Reforma fazer alusão aos sete artigos publicados no jornal *As Novidades*, entre agosto e novembro de 1895, sob o título *A Reforma da Instrução Secundária*, assinados por A.D., mas pertencentes a Adolfo Coelho, segundo o testemunho de Rúben Landa citado por Rogério Fernandes no livro adiante referido.

Já que falamos de críticas a reformas do ensino, parece que os autores de *Filólogos Portugueses* fundiram num só título dois trabalhos de Epifânio Dias; um, editado em 1894, que leva o título *Considerações sobre a Última Proposta de Lei de Instrução Secundária* (Lisboa, Livraria Ferreira), aliás citado nas p. 34 e 177); outro, editado em 1897 e com título *Considerações sobre o Regulamento e os Programs de Ensino Secundário e o Modo como os Têm Executado*, não citado no livro.

Na página 25, relativamente a 1885, cita-se como de autoria de Adolfo Coelho a *Antologia de Poetas e Prosadores e Curso Prático ou Gramática Intuitiva da Língua Portuguesa*, saída pela Imprensa da Universidade de Coimbra. Na realidade, o livro vem com a indicação A. Coelho, mas não se

trata de Adolfo Coelho, e sim de Albino Coelho, professor liceal, conforme foi identificado por A.M. Seabra d'Albuquerque (*Bibliografia da Imprensa da Universidade de Coimbra*) e citado por Rogério Fernandes no rico Esboço bibliográfico da prestante coleção de artigos do nosso notável lingüista *Para a História da Instrução Popular* (Lisboa, Inst. Gulbenkian de Ciência, 1973, p. 218 n.1).

Na página 43, assinala-se o aparecimento da 6ª edição da *Nova Gramática Portuguesa* de Antônio Augusto Cortesão, versão melhorada da *Gramática* de Bento José de Oliveira, seu padrinho, e registra-se como livro de nº 79, indicação que não aparece na p. 179.

Neste largo panorama de vida e obras dos filólogos portugueses, os autores enriquecem a edição com retratos, e alguns deles acompanhados de singularidades, traços idiossincráticos "que foram lembrados por amigos e discípulos que com eles conviveram."

Um trabalho com tão abundante número de personalidades requer um índice final de autores para facilitar a consulta do leitor. No mais, só nos resta felicitar a Associação Portuguesa de Lingüística pela feliz idéia, aplaudir o apoio editorial da Colibri e agradecer aos autores pela obra meritória.

Evanildo Bechara

\*\*\*

SANTOS, Emmanoel dos. *Certo ou Errado? Atitudes e Crenças no Ensino da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Graphia Editorial, 1996, 117p.

Oriundo das pesquisas realizadas para a elaboração dos seus trabalhos de Mestre e de Doutor pela Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pretende o Autor mostrar o prejuízo de certas crenças sobre o conceito de certo e errado no trabalho do professor de língua materna. Começa por conceituar língua para chegar à variação lingüística, com sua adequada operacionalização em sala de aula, principalmente em três situações que inicialmente detecta nos alunos: a passividade deles em aceitar a autoridade da escola representada pelo professor; a conseqüente predisposição em aceitar a visão da escola sobre a variação lingüística; e, nas pegadas das duas primeiras atitudes, incorporando a visão prescritiva – proscritiva da escola, "tende a admitir que, havendo variação, uma realização deve ser "certa" e as outras "erradas". Passa o Autor a discutir exaustivamente essa visão de *crença* e *atitude*, conclui que "a escola avalia negativamente a heterogeneidade lingüística, combate as variantes (especialmente as usadas pelos grupos sociais menos prestigiados) e, através da "valorização do ensino em todos os graus, da educação das massas, da aquisição do hábito de leitura, espera que seja atingida uma conseqüente unidade lingüística" (p. 21). A seguir o Autor relata os passos das pesquisas de uma progressão do primário ao curso superior (44-107). Toda a pesquisa leva em conta os mais variados aspectos dos atos de fala, especialmente na produção de certos hábitos fonético-fonológicos, como / ay - a / (*caixa / caxa*), / ly - ll /, por exemplo. Estamos diante de uma pesquisa séria, levada a efeito com segurança e competência, cuja leitura atenta será de inestimável valor e ajuda aos professores de 1º e 2º graus.

Evanildo Bechara

\*\*\*

RANAURO, Hilma. *Contribuição à Historiografia dos Estudos Científicos da Linguagem no Brasil – Sílvia Elia e João Ribeiro*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro / FEUC, 1977, p. 130.

Já de algum tempo, a Prof<sup>a</sup> Hilma Ranauro se vem dedicando ao estudo da vida e obra do polígrafo João Ribeiro, a quem Drummond chamou com muita propriedade *o inumerável*, e agora tal investigação vem acrescida de uma pormenorizada cronologia crítica da vida e da obra desse professor, pensador, mestre e pesquisador exemplar Sílvia Elia, tão excelente pelas suas qualidades de homem de ciência como amigo. Se de Sílvia Elia, pela feliz possibilidade do testemunho vivo, os dados são mais exaustivos, e preparam o material para uma futura análise crítica – que o mestre está a merecer –, os referentes a João Ribeiro ficam menos acessíveis pela distância no espaço e no tempo. Vão os pesquisadores haurindo aqui e acolá em *memorabilia* que se colhem nos testemunhos de parentes, amigos e discípulos, pequenos fragmentos de informações que servirão amanhã para compor o quadro biográfico e bibliográfico das personagens ilustres.

No tocante a João Ribeiro, por exemplo, graças ao testemunho de Rodrigo Otávio nas *Minhas Memória dos Outros* (Última série, p. 265 - 272), ficamos sabendo que por intercessão do pai do escritor, amigo de um tio do ilustre sergipano, obtivera este um emprego de inspetor de alunos no Colégio Alberto Brandão, tão logo chegado ao Rio, em 1882. Dois sócios mantinham o colégio, Alberto Brandão e o filólogo e gramático Lameira de Andrade, que, com Pacheco da Silva Júnior, escreveu uma das primeiras boas gramáticas da língua portuguesa, nos idos de 1887. Segundo R. Otávio, Lameira viu no jovem e tímido moço qualidades superiores de inteligência e passou a orientá-lo, "deu-lhe livros a ler, guiou-o nos seus estudos e, em pouco tempo, o inspetor de alunos passava a professor das aulas menores" (p. 266). Talvez daí advenha sua opção pelos estudos filológicos, tanto que, quatro anos depois, concorria a uma cadeira do Colégio Pedro II (1886), e, em 1887, publica sua *Gramática Portuguesa*, consultada ainda hoje. Daí se relaciona melhor a alfinetada de Carlos de Laet na polêmica mantida com João Ribeiro: "E Lameira de Andrade, a cujas notas mui disfarçadamente se socorreu certo estudioso da matéria?" (Obras Seletas, II, 295 da ed. da Casa de Rui Barbosa).

A Prof<sup>a</sup> Hilma Ranauro segue com brilho o filão hoje muito cultivado da historiografia das idéias lingüísticas, de modo que podemos es-

perar da autora, graças à sua inteligência e capacidade de trabalho, muito boas contribuições nesse estimulante e sedutor terreno de investigação.

**Evanildo Bechara**

\*\*\*

## NOTICIÁRIO

Este início do ano de 1997 não tem sido muito propício para a Comunidade Luso-Brasileira. Perdemos dois grandes amigos e dedicados vanguardeiros no bom combate pelo constante fortalecimento dos laços culturais que unem Portugal e Brasil.

Clemildo Lyra de Arruda submeteu-se a delicada operação cirúrgica, que afinal se completou com êxito, e pôde comemorar, em 14 de maio do ano findo, entre os abraços e alegrias dos muitos amigos, o seu octogésimo aniversário. Pertencia ao nosso Instituto de Língua Portuguesa, ao qual nunca negou sua prestigiosa e competente colaboração. Lecionava gratuitamente em nossos cursos, ensinando, com costumeiro entusiasmo línguas clássicas, latim ou grego, sempre ouvido atentamente por um auditório assíduo e numeroso. O seu falecimento surpreendeu dolorosamente, pois era habitual presença nas reuniões da instituição. Mas o Instituto de Língua Portuguesa terá sempre a sua lembrança nos corações de cada um de seus membros e nas páginas de suas jornadas lusíadas.

Clemildo Lyra de Arruda pertenceu, na qualidade de membro efetivo, à Academia Brasileira de Filologia, que, no dia 19 de abril passado, prestou-lhe sentida homenagem. Falaram, exaltando-lhe as virtudes intelectuais e morais, os companheiros Antônio Martins de Araújo e Paulo Silva Araújo. Traçou-lhe, com muita precisão, o perfil humano e intelectual o presidente da instituição, Prof. Leodegário A. de Azevedo Filho. Em nome da família presente, agradeceram em comovidas palavras, a viúva e um de seus filhos, o Prof. Marcos Arruda.

O Instituto de Língua Portuguesa envia à família enlutada os seus profundos pêsames, com o perene reconhecimento pela sua alta e fraternal colaboração no sentido da vitoriosa concretização dos objetivos que se propôs.

Também a Academia Luso-Brasileira de Letras prestou, no dia 15 de abril do ano em curso, marcante e saudosa homenagem à memória de um dos seus mais eminentes membros, o Prof. Ovídio Gouveia da Cunha.

Ovídio Cunha, Prof. Titular da cadeira de Sociologia na Universidade Federal Fluminense, foi um dos mais perseverantes líderes pela causa da unidade cultural luso-brasileira. Na presidência do Instituto de Estudos Portugueses Afrânio Peixoto, do Liceu Literário Português, que exerceu com

proficiência e brilhantismo, sempre exaltou os laços centenários dessa cultura a que dava fundamentação sociológica e antropológica e a que não faltava inspiração haurida em seus contínuos estudos humanísticos.

Pela Academia coube o panegírico ao confrade Alcides Martins, muito justo e preciso em seu louvor; prestaram ainda breves depoimentos os acadêmicos almirante e escritor Antônio M. Braz da Silva, o admirado poeta Olavo Dantas, o Prof. Sílvio Elia, os acadêmicos e escritores Rosa Garcia, Arnaldo Machado, Marita Vinelli – que leu poema de sua autoria – e o jornalista Antônio Picoto.

Em nome da família, falou agradecendo em singelas e comovidas palavras a filha do mestre falecido, Angela Cunha.

Encerrando a sessão, o Presidente, Dr. Kepler Alves Borges, situou muito bem o sentido da homenagem que acabava de ser prestada, em sessão solene, à inapagável memória do grande lusista e douto brasileiro que foi Ovídio Gouveia da Cunha. O Instituto de Língua Portuguesa, do Liceu Literário Português, associa-se, profundamente sentido, a esse preito de saudade e admiração a um dos mais denodados vultos da indissolúvel comunidade luso-brasileira, de que foi figura exemplar.

\*

De 15 a 17 de dezembro de 1994, realizou-se em Nápoles, Itália, O *Congresso Portugal e os Mares: um Encontro de Culturas*, promovido pela Facoltà di Lettere e Filosofia do Istituto Universitario Orientale, sob a presidência e direção da Prof<sup>a</sup> Maria Luisa Cusati. As respectivas *Atas* se acham em vias de publicação, do que nos traz substancial informação folheto recentemente recebido.

As referidas *Atas* constarão de três volumes, assim distribuídos: volume 1, sem título geral, mas que bem poderia denominar-se "Portugal nação-navio", tema da conferência do Prof. Eduardo Lourenço, o primeiro nome da longa relação dos intervenientes; uma segunda parte do volume se ocupa com estudos sob a designação *Tra Portogallo e Americhe*. O 2º volume tem o título geral *Il Portogallo e il Mare*, e nele se incluem comunicações sobre *Tra Portogallo e Oriente* e *La Galassia delle Lingue*. A matéria do terceiro volume se desdobra em *Tra Portogallo e Africa* e *Tra Portogallo ed Europa*. Na sessão de encerramento falou a Prof<sup>a</sup> Luciana Stegagno Picchio sobre os *1500 anni del Trattato de Tordesilhas. Postille italiane alle celebrazioni centenarie*.

Como se vê, o Congresso foi muito concorrido e contou com numerosas comunicações. A título ilustrativo daremos alguns exemplos, em

especial dentro da área luso-brasileira: Virgínia Maria Gonçalves (*Naufrágios e perdições na literatura portuguesa*), Walnice Nogueira Galvão (*O Périplo segundo Guimarães Rosa: numa aldeia, no sertão*), Maria Rita Santos (*Iracema: uma narrativa da colonização portuguesa na América*), Maria do Pilar Figueiredo (*Goa hoje. Um breve olhar*), Isaiás Gomes dos Santos (*A expansão portuguesa mudou o futuro do mundo*), Sonia Netto Salomão (*Antônio Vieira: a língua como viagem entre culturas*), Carmen Lucia Tindó R. Secco (*O mar no imaginário poético africano*), Silvina Rodrigues Lopes (*A idéia de Europa em Eduardo Lourenço*). Dentre os lusitanistas europeus aprez-nos citar os eminentes mestres italianos Ettore Finazzi-Agrò (*Il mondo a dismisura. Il senso dello spazio nei primi documenti sul Brasile*) e Silvano Peloso (*Fernando Pessoa e il "mar português": l'avventura della differenza*). O Instituto de Língua Portuguesa esteve representado por um seus diretores, o Prof. Evanildo Bechara, que contribuiu com uma comunicação sobre *José Agostinho de Macedo e a Censura das Lusíadas: aspectos lingüísticos*.

Congressos como este mostram a contínua vitalidade da cultura lusíada, tão florescente no Brasil, e da maior importância na modelagem do mundo novo, que já começa a delinear-se nos ainda indecisos e imprecisos albos do terceiro milênio, em cuja aldeia global só se manterão de pé os povos que souberem fortalecer as raízes que lograram implantar com o vigor e a grandeza do espírito no solo da História.

\*

O Núcleo Internacional de Estudos Camonianos fará realizar juntamente com a Sociedade Brasileira de Língua e Literatura, no período de 21 a 25 de julho próximo, o seu já tradicional *Congresso Brasileiro de Língua e Literaturas de Língua Portuguesa* (o XXIX !), simultaneamente com o *1º Congresso Internacional de Estudos Camonianos*. O evento terá por sede o Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O primeiro dos Congressos supracitados voltar-se-á em seu temário para o estudo da língua e literatura portuguesas em toda a sua extensão cronológica, ou seja, do período medieval ao que se vem chamando Pós-Modernismo; o segundo ocupar-se-á com a crítica textual da produção camoniana, em suas fontes impressas e manuscritas, com o estudo da forma e conteúdo da obra do poeta máximo da língua, seja na épica, na lírica, na contribuição dramática ou epistolográfica. Como convidados especiais do Exterior já foram anunciados vários expoentes, dentre os quais, entre outros de igual valor, Albano Martins, Alfredo Margarido, Ana Hatherly, Arnaldo Saraiva, Arthur Lee-Francis Askins, Barbara Spaggiari, Eduardo Lourenço, Federico Mayor Zaragoza, José Blanco, J. G. Herculano de Carvalho, Luciana Stegagno Picchio, Maria do Carmo Henríquez Salido,

**Maurizio Perugi, Paul Teyssier, Roger Bismut, Silvano Peloso, Vitor Manuel de Aguiar e Silva. Mais uma prova de que os estudos luso-brasileiros continuam pujantes no âmbito universitário internacional.**

**\*\*\***

## COLABORADORES DESTA NÚMERO

- ÁLVARO DE SÁ. Pesquisador da Sociedade Brasileira de Língua e Literatura – SBL, poeta e crítico de texto literário.
- ANTÔNIO GERALDO DA CUNHA. Lexicógrafo e pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa. Autor de dicionários histórico-etimológicos, vocabulários e índices vocabulares.
- ANTÔNIO GOMES DA COSTA. Presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras e Presidente do Real Gabinete Português de Leitura.
- EVANILDO BECHARA. Professor Titular nos cursos de graduação e pós-graduação dos Institutos de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense. Professor *Emérito* pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- JOSÉ G. HERCULANO DE CARVALHO. Professor Catedrático da Universidade de Coimbra e Doutor honoris causa pela Universidade Federal Fluminense e autor de livros clássicos sobre lingüística geral e portuguesa.
- JOSÉ ROGÉRIO FONTENELE BESSA. Doutor em Letras Vernáculas, antigo Professor Adjunto da Universidade Federal do Ceará, membro da Academia Cearense da Língua Portuguesa, e da Equipe Científica do Projeto "Atlas Etnolingüístico do Estado do Ceará".
- OLMAR GUTERRES DA SILVEIRA. Professor Emérito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Língua Portuguesa e Língua Latina na Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- RAIMUNDO BARBADINHO NETO. Professor do Colégio Pedro II, antigo Catedrático do Colégio Estadual de Sergipe, membro da Academia Brasileira de Filologia, e autor de importantes livros sobre a língua dos modernistas brasileiros, entre os quais *Tradição Lingüística do Modernismo Brasileiro, Tendências e Constâncias da Língua do Modernismo, Textos Clássicos do Português Contemporâneo*.
- SÍLVIO ELIA. Professor nos cursos de pós-graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense. Antigo Catedrático de Latim no Colégio Pedro II e Titular de Lingüística da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- VIVIANE CUNHA. Professora Assistente de Filologia Românica da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Publicou vários trabalhos em anais de congressos nacionais e internacionais.